

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

SHEILAVELEDA SALDANHA CHANTRE NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM COPACABANA ATRAVÉS DE ORGANIZAÇÕES
DA SOCIEDADE CIVIL**

RIO DE JANEIRO

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SHEILAVELEDA SALDANHA CHANTRE NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM COPACABANA ATRAVÉS DE ORGANIZAÇÕES
DA SOCIEDADE CIVIL**

**Dissertação apresentada à Universidade
Estácio de Sá, no Programa de Mestrado
em Educação, como requisito parcial
para a obtenção de grau de Mestre em
Educação.**

Orientação: Prof. Dr. Victor de Araujo Novicki

**Rio de Janeiro
2006**

À **DEUS**, Todo Poderoso, Criador do Céu e da Terra.
À meu pai **José Chantre**, que está na Glória de DEUS.
À minha mãe **Romilda**, amiga de fé, sempre companheira.
Aos meus amados filhos, heranças de Deus para mim:

Sâmia, José Dahás, Samir e Sara

Ao meu marido **Vinícius**,

Aos meus irmãos e sobrinhos.

Aos meus tios e primos.

Dedico este trabalho pelo incentivo e companheirismo que tanto demonstraram, apostando sempre na capacidade que parecia não existir dentro de mim.

AGRADECIMENTOS

Às professoras **Alda Mazzotti** e **Ivone Jardim** pela sensibilidade e compreensão que demonstraram ter diante das dificuldades que surgiram.

Ao professor **Victor Novicki**, por ter demonstrado sua capacidade profissional, mesmo desenvolvendo tantos papéis.

Às professoras **Maccariello** e **Gonzalez**, por terem aceitado fazer parte da banca, dispensando-me suas valorosas atenções.

Às minhas amigas de curso, pelas trocas feitas ao longo de nossas jornadas.

À CAPES, pela confiança e credibilidade depositada em minha proposta.

À todos os professores e funcionários do Mestrado em Educação.

Aos representantes das Organizações entrevistadas, pelos trabalhos desenvolvidos e efetiva participação nesta pesquisa,

O meu **MUITO OBRIGADA.**

Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos,
se não tiver amor, serei como bronze que soa ou como
címbalo que retine.
(1 Co 13:1) .

Bem-aventurado o homem
Que não anda no conselho
 Dos ímpios,
Não se detém no caminho
 Dos pecadores,
Nem se assenta na roda
 dos escarnecedores.
Antes, o seu prazer está
 Na lei do Senhor,
E na sua lei medita de dia
 E de noite.
Ele é como árvore
Plantada junto a corrente de águas,
 Que, no devido tempo,
 Dá o seu fruto,
E cuja folhagem não murcha;
 E tudo quanto ele faz
 Será bem sucedido.
Os ímpios não são assim;
São, porém, como a palha
 Que o vento dispersa.
Por isso, os perversos
Não prevalecerão no juízo,
 Nem os pecadores,
Na congregação dos justos.
 Pois o Senhor conhece
 O caminho dos justos,
Mas o caminho dos ímpios
 Perecerá.
 (SALMO 1)

RESUMO

Considerando que Copacabana é um dos bairros da zona sul do Rio de Janeiro que mais apresenta problemas socioambientais, este estudo objetivou analisar as atividades de Educação Ambiental desenvolvidas por organizações da sociedade civil (associações de moradores, ONGs, clubes de serviços) que atuam naquele bairro, enfatizando a análise das concepções de desenvolvimento sustentável, meio ambiente e Educação Ambiental. Adotou-se nesta investigação uma abordagem teórico-metodológica pautada em uma perspectiva crítica, que considera fundamental a defesa de uma “sustentabilidade democrática” em oposição ao “ambientalismo de mercado”; a articulação entre as questões social e ambiental, o que implica em considerar o ser humano como “naturalmente humano” ou “humanamente natural”; o entendimento de que a Educação Ambiental é uma tematização de valores, que visa através de “temas geradores” discutir a sociedade, o nosso modo de produzir e consumir. Selecionou-se oito organizações da sociedade civil: Sociedade Amigos de Copacabana, Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha, Câmara Comunitária de Copacabana, Lions Clube Copacabana, CoopBabilônia, Associação de Moradores do Leme, Academia Brasileira de Meio Ambiente e Associação de Moradores do Morro da Babilônia. O levantamento de dados/informações foi realizado através de documentos e material de divulgação produzidos pelas organizações, entrevistas realizadas com os dirigentes destas instituições, visando conhecer as atividades de educação ambiental desenvolvidas ou em fase de desenvolvimento, visando reverter o quadro de degradação e a forma como as questões sociais e ambientais são abordadas, bem como a avaliação que fazem sobre a eficiência de suas ações. A atuação das organizações foi classificada em três grupos: a) as que não estão desenvolvendo atividades relacionadas com o meio ambiente, b) organizações que entendem sua função como servir de intermediário entre o cidadão e os órgãos de defesa do meio ambiente e c) as que efetivamente têm projetos voltados para preservação do meio ambiente. Percebe-se que as organizações que efetivamente têm algum trabalho voltado para a questão ambiental apresentam diferentes concepções de Educação Ambiental, pautadas em diferentes matrizes teóricas. A visão reducionista de meio ambiente, que não incorpora as dimensões social, ética, política e cultural da temática ambiental, foi predominante. Apesar da maioria das respostas, obtidas através das entrevistas, nos remeter a uma visão social articulada com o ambiental, na prática, o que se observa é uma visão reducionista dos problemas ambientais na maioria das organizações que desenvolvem propostas de Educação Ambiental.

Palavra-chave: Desenvolvimento Sustentável. Meio Ambiente, Educação Ambiental, Organizações da Sociedade Civil. Copacabana.

ABSTRACT

The aim of this project is to analyze activities of environment's education developed by civilian society organizations in Copacabana, which is one of the southern Rio de Janeiro's neighborhoods that present high levels of social - environmental problems. An theoretical-methodological approach based on a critical perspective was adopted in this investigation, considering fundamental the defense of "democratic sustainability" in opposition to the "market environmental", the relation between the environmental and social subjects that implies in considering human being as "naturally human" or "humanly natural". Eight organizations were selected: Sociedade Amigos de Copacabana, Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha, Câmara Comunitária de Copacabana, Lions Clube Copacabana, CoopBabilônia, Associação de Moradores do Leme, Academia Brasileira de Meio Ambiente e Associação de Moradores do Morro da Babilônia. The data/information was obtained from documents produced by the organizations, interviews with the managers of these institutions, in order to know the environmental educational activities developed or in development phase, with the purpose of inverting the degradation and the way that environmental and social questions have been discussed, as well as the evaluation done about their action's efficiency. The actuation of the organizations was classified in three groups: a) organizations not developing environment related activities, b) organizations that understand its function as intermediary between the citizen and the environment defense organs and c) organizations that actually have projects to preserve the environment. Those organizations that actually work to preserve the environmental have different conceptions of environmental education based in different theoretical matrices. The vision of most organization is reductive, because they do not consider all the aspects, for example: social, ethics, political and cultural. Despite of most answers showing an articulated vision of the society with the environment, in reality a reductive vision of the environmental problems is observed in almost all organizations developing projects to environmental education.

Key word: Sustainable development. Environment. Environmental Education. Civilian Society's Organization. Copacabana.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMALEME – Associação de Moradores do Leme
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.
APA - Área de Proteção Ambiental.
C.C.C – Câmara Comunitária de Copacabana
CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.
CETESB/ SP – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana.
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.
CoopBabilônia – Cooperativa de Trabalho em Reflorestamento e Serviços Ambientais da Babilônia
ESA – Escola Superior de Advocacia.
FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente.
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDL – Índice de Desenvolvimento Humano
IEF – Instituto Estadual Florestal.
IESAE – Instituto Superior de Estudos Avançados em Educação
INPC – Instituto Nacional de Preços ao Consumidor.
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia.
MEC – Ministério da Educação e Cultura.
MINC – Ministério da Cultura.
MMA – Ministério do Meio Ambiente.
ONG's – Organizações Não Governamentais.
ONU – Organização das Nações Unidas.
PNEA – Política Nacional e Educação Ambiental.
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente.
PRONEA – Programa Nacional de Proteção Ambiental.
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RJ – Rio de Janeiro
SAC – Sociedade Amigos de Copacabana.

SACHA – Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente.

SIBEA – Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis.

SMTU – Superintendência Municipal de Transportes Urbanos.

SUDEHVEA – Superintendência do Desenvolvimento da Borracha.

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza.

UNESA – Universidade Estácio de Sá

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	12
2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TRAJETÓRIA INTERNACIONAL E BRASILEIRA	18
2.1 Conferências Internacionais	19
2.2 Meio Ambiente e Política Educacional	27
3 – DIFERENTES CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	37
4 - COPACABANA	50
4.1 Copacabana: um pouco de sua história	50
4.1.1 – O Transporte de Copacabana	52
4.1.2 – O Desenvolvimento do Bairro	53
4.2 Caracterização Socioambiental de Copacabana	65
5 – AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE COPACABANA	73
5.1 Caracterização das Organizações	73
5.2 Organizações da Sociedade Civil: propostas e práticas	84
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
ANEXO	123

1 – INTRODUÇÃO

Considerando os problemas socioambientais de Copacabana, este estudo tem como objetivo analisar as atividades de Educação Ambiental desenvolvidas em Copacabana por organizações da sociedade civil (associações de moradores, ONGs e clubes de serviços) em Copacabana–RJ, enfatizando a análise das concepções de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Educação Ambiental.

A minha relação com esta pesquisa iniciou-se há quase dez anos, quando tentei buscar explicações para os problemas do bairro onde vivo, cansada de assistir à degradação que ocorria, recebendo inclusive, por conta disto, o convite para ser uma das diretoras da Sociedade Amigos de Copacabana (SAC), que fundaríamos mais tarde, em 1998.

Além de vivenciar a crise pela qual passa o bairro de Copacabana, pude observar em minha trajetória na Sociedade Amigos de Copacabana, que a questão socioambiental vem ganhando espaço e relevância nas reuniões das associações de moradores, que mostram uma preocupação em debater os problemas socioambientais e o desenvolvimento do bairro. Daí a importância desta pesquisa, que buscou identificar e analisar as propostas e práticas de Educação Ambiental em Copacabana, já que, como ensina Loureiro (2000), apenas percepção e sensibilização para a problemática ambiental não expressam aumento de consciência.

A degradação social e ambiental tem suas origens no modelo de desenvolvimento gerado a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII, que provocou um acelerado processo de destruição da natureza, no intuito de atender a demanda pela sobrevivência e pelo desenvolvimento, visando lucro para uns poucos em detrimento da natureza e dos seres humanos. A evolução do homem deixou marcas profundas na natureza e o capitalismo fez crescer uma distância ainda maior entre os pobres e os ricos.

As Conferências internacionais, como por exemplo, Tbilisi, recomendam que a Educação Ambiental deve estar voltada para a resolução dos problemas socioambientais locais/concretos. Diante disto, este estudo tem como objetivo identificar e analisar os problemas socioambientais focalizados pelas organizações da sociedade civil de Copacabana e as propostas e práticas de Educação Ambiental desenvolvidas por essas organizações, enfatizando as concepções de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Educação Ambiental.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que o planejamento metodológico não é completamente determinado e fechado antes do início da pesquisa, possibilitando assim que

esta evolua em função dos resultados que vão se delineando, fazendo com que a cada etapa o pesquisador se constitua como a principal ferramenta metodológica.

Segundo Alves–Mazzotti; Gewandsznajder (1999), existem 3 paradigmas na pesquisa educacional: a) Pós-positivismo: este paradigma para Ludke; André (1998, p.6/7), apresenta uma concepção de história com uma preocupação sincrônica, ou seja, o fenômeno é analisado independentemente de sua evolução no tempo, oferecendo uma visão geral e instantânea, como uma fotografia; b) Construtivismo Social: este paradigma apresenta uma maior preocupação com o processo do que com o resultado. Segundo Gamboa (1997, p.104), compara-se a radiografia, que desvela ou mostra a estrutura interna, ultrapassando a aparência fenomênica; c) Teoria Crítica: este paradigma tem a práxis (reflexão – ação – reflexão) como categoria fundamental, concebendo uma relação dialética entre sujeito e objeto. Com base na teoria crítica, esta pesquisa buscou ser dialógica, transformadora, pois “esta metodologia seria coerente com o objetivo de aumentar o nível de consciência dos sujeitos, com vistas à transformação social” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p.141).

Esta pesquisa foi realizada entre os meses de agosto de 2004 à fevereiro de 2006. Para conduzi-la, desenvolvemos as seguintes atividades: a) revisão bibliográfica visando dar suporte às questões teóricas que surgiram no decorrer da pesquisa, b) levantamento dos problemas socioambientais e de programas, projetos e atividades de Educação Ambiental, desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento por órgãos públicos (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente; Secretaria do Estado de Meio Ambiente; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) e pela sociedade civil organizada, c) levantamento de documentos, folhetos, material didático para caracterização das organizações selecionadas, do perfil da equipe de educadores ambientais destas organizações e análise do material, d) entrevista com os dirigentes das organizações sociais selecionadas, visando um diagnóstico de como é tratada a temática ambiental, quais são suas concepções sobre Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Educação Ambiental.

Nesta pesquisa apresentamos, além desta Introdução, a seguinte estrutura de capítulos. No capítulo 2, abordamos as trajetórias internacional e brasileira da Educação Ambiental destacando, entre outras, as mais importantes Conferências Internacionais, onde pudemos mostrar uma preocupação mundial com o acelerado processo de destruição da natureza, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano; a

Conferência de Tbilisi; o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento conhecida como Comissão Brundtland; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro, no ano de 1992, e deu origem ao Tratado de Kioto e a Agenda 21, entre outras.

Abordamos também como a temática Ambiental surge na Política Educacional, como na Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Apresentamos entre outros acontecimentos, a promulgação da nossa Constituição Federal, que em seu artigo 225, se reporta ao Meio Ambiente, impondo a todos o dever de protegê-lo e preservá-lo; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); os temas transversais selecionados pelo MEC e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795 promulgada em 1999, que trata da educação não formal, objeto do nosso estudo, pois se refere ao caráter formal e não-formal.

No capítulo 3, argumentamos que a Educação Ambiental não é um consenso, e que vários paradigmas ou abordagens teórico-metodológicas convivem nos dias atuais e informam diferentes visões de mundo. Acsehrad (2001) nos apresenta 5 matrizes discursivas sobre Desenvolvimento Sustentável: matriz da eficiência, da equidade, da auto-suficiência, de novos padrões de produção e consumo, e a da ética. Neste estudo, destacamos o estudo das matrizes: da eficiência; da auto-suficiência e da equidade.

No capítulo 4, apresentamos um histórico do desenvolvimento do bairro de Copacabana e o início dos problemas socioambientais, já que Copacabana cresceu e atraiu moradores de classe média de diversos bairros e Estados, que chegaram para disputar o espaço com a elite carioca. A Copacabana que o carioca tem na cabeça se tornou internacional, todos em busca do glamour que Copacabana conferia aos seus moradores, mesmo que para viver em espaços apertados. Morar em Copacabana virou símbolo de status, noção que estimulou uma ocupação desordenada, mesmo com as comunidades das favelas a poucos metros da elite aristocrática que habita a Avenida Atlântica.

No capítulo 5, identificamos e caracterizamos oito organizações da sociedade civil, que em princípio desenvolvem atividades de Educação Ambiental. Essas organizações foram selecionadas pelos seguintes critérios de escolha:

- Sociedade Amigos de Copacabana (SAC), por ter representantes de diversos segmentos da sociedade;

- Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha (SACHA), pelo fato de estarem em contato direto com a única área verde do bairro de Copacabana;
- Câmara Comunitária de Copacabana, Bairro Peixoto e Leme, por atender uma maior área de extensão;
- Lions Clube Copacabana, que apresenta um trabalho distinto do trabalho das associações, por ser um clube de serviço;
- Cooperativa de Trabalho em Reflorestamento e Serviços Ambientais da Babilônia (CoopBabilônia), por se tratar de uma cooperativa que recebe apoio de órgãos públicos;
- Associação de Moradores do Morro da Babilônia, onde a população é carente e absorve diretamente os efeitos da degradação ambiental;
- Academia Brasileira de Meio Ambiente, por desenvolver um trabalho de grandes repercussões;
- Associação de Moradores do Leme, a AMALEME, por apresentar um trabalho direcionado a um pequeno número de moradores do bairro.

Ainda no capítulo 5, analisamos as questões centrais desta investigação. Procuramos verificar se os entrevistados articulavam as questões social e ambiental, e analisar a concepção de Meio Ambiente e de Educação Ambiental que a organização pratica, se as mesmas fazem algo para mudar o atual quadro, sua verdadeira proposta de trabalho, se as organizações têm uma proposta de simplesmente fazer uma palestra, ou um trabalho de conscientização visando uma mudança de comportamento, se o tema Meio Ambiente estaria inserido nas preocupações da organização e sobre sua relação com os problemas ambientais locais. Pretendíamos analisar a eficiência das ações das organizações para dizer se ocorreu ou não a formação crítica do cidadão, se as organizações perceberam que com o tempo, as pessoas voltaram a ter as mesmas atitudes de antes ou se houve realmente mudança de comportamento, se houve mudança de atitude e de valores, se houve transformação do cidadão para um cidadão crítico.

Gostaríamos de saber o que os levou a introduzir a questão do Meio Ambiente em sua proposta de trabalho. As organizações que não realizam ações sobre o Meio Ambiente o porquê de não realizarem, o que cada representante pretendia fazer agora em relação à Educação Ambiental, depois de saber ser esta de responsabilidade não só da escola, mas também da sociedade. Isto porque se ele estava fazendo algo, é um cidadão consciente, e se não estava, que fique informado da conscientização que temos que ter como cidadãos conscientes.

Nas Considerações Finais consolidamos argumentos e análises desenvolvidas neste estudo, onde pudemos apresentar as diferentes concepções de Educação Ambiental que os representantes das diversas organizações possuem, além de uma análise dos seus conceitos.

2 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TRAJETÓRIA INTERNACIONAL E BRASILEIRA.

No entender de Loureiro (2000), as causas da degradação ambiental e da crise na relação sociedade-natureza não emergem apenas de fatores conjunturais ou do instinto perverso da humanidade, e as conseqüências de tal degradação não decorrem apenas do uso indevido dos recursos naturais; mas sim de um conjunto de variáveis interconexas, derivadas das categorias: capitalismo, modernidade, industrialismo, urbanismo, tecnocracia, e de um complexo interativo de fatores econômicos, políticos, tecnológicos e culturais. Este autor, em síntese, entende que a dinâmica capitalista é a base estrutural dessa degradação. Segundo Dias (2000, p.139), "o ser humano precisa reeducar-se, perdido que está no emaranhado dos interesses econômicos e políticos que geraram um modelo baseado no lucro, no consumo crescente, na espoliação generalizada dos recursos naturais e na exploração das pessoas"..

Para Barbieri (1997), os problemas de ordem planetária começaram a preocupar a humanidade tardiamente, e que somente no pós-guerra é que se verifica, de modo acentuado, uma preocupação com o meio ambiente dentro de uma perspectiva global, pois foi nesta época que ocorreu, em algumas partes do mundo, um desenvolvimento bastante acelerado. Apesar disto, mesmo com a evidência de problemas ambientais pelo mundo e o surgimento de uma enorme preocupação com as conseqüências já aparentes do desgaste da natureza pelo homem, apenas na década de 1970 começou a haver uma mobilização de ambientalistas no sentido de tentarem recuperar os danos ocorridos ao longo de todo esse tempo na natureza. Dias (2000, p.126) nos ensina que: "se a pessoa não é sensibilizada, ela não valoriza o que está sendo degradado ou ameaçado de degradação. Sem a valorização, não há envolvimento. O ser humano é movido por emoções. Caso elas não sejam estimuladas, a resposta não ocorre".

É necessário que mudanças de hábitos existam em benefício do Meio Ambiente, pois sabemos que a crise é civilizacional, já que é a humanidade que está em desarmonia com a natureza. Isto nos faz valorizar ainda mais a Educação Ambiental e assumir a sua importância, tal como é afirmado por expressivos organismos internacionais e também por renomados educadores:

A Educação Ambiental é parte integrante do processo educativo. Deve girar em torno de problemas concretos e ter um caráter interdisciplinar. Sua tendência é reforçar o sentido dos valores, contribuir para o bem-estar geral e preocupar-se com a sobrevivência da espécie humana. Deve, ainda, aproveitar o essencial da força da iniciativa dos alunos e de seu empenho na

ação, bem como inspirar-se nas preocupações tanto imediatas quanto futuras (UNESCO, 2002, p.34).

A Educação Ambiental teria como finalidade promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar a qualidade ambiental; induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, tornando-a apta a agir em busca de alternativas de soluções para os seus problemas ambientais, como forma de elevação da sua qualidade de vida (DIAS, 2003, p.83).

Neste capítulo iremos nos reportar às mais importantes Conferências Internacionais, visando mostrar a preocupação mundial com o acelerado processo de destruição da natureza, e, num segundo momento, como a temática ambiental foi incorporada na política educacional brasileira.

2.1 – Conferências Internacionais.

No século XIX, apesar de não haver ainda mobilização em torno dos problemas ambientais, alguns se dedicavam ao estudo dos mesmos, e foi nesse sentido que Ernst Haeckel no ano de 1869, propôs o vocábulo “ecologia” para os estudos das relações entre as espécies e seu ambiente. Em 1872, devido a esta preocupação, foi criado o primeiro parque nacional do mundo, o “Yellowstone”, nos Estados Unidos.

No século XX, inúmeros trabalhos foram apresentados devido às preocupações com o estado em que se encontrava a natureza depois de tanto desgaste. Em 1947, foi fundada na Suíça a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e, logo após, em 1952, ocorreu um acidente de poluição do ar em Londres provocando a morte de 1600 pessoas.

Em 1962, o livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, alertava sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o ambiente, como por exemplo o uso de pesticidas e, em 1965, é utilizada a expressão “Educação Ambiental” na “Conferência de Educação” da Universidade de Keele, Grã Bretanha. Em 1966 foi criado o Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos – Assembléia Geral da ONU. Nasce, em 1968, o Conselho para Educação

Ambiental, no Reino Unido. Neste mesmo ano, surge o Clube de Roma que, em 1972, produz o relatório “Os Limites do Crescimento Econômico”, chamando a atenção para a finitude dos recursos naturais, e estudou ações para se obter no mundo um equilíbrio global como a redução do consumo tendo em vista determinadas prioridades sociais.

De acordo com Barbieri (1997), em 1969, o governo da Suécia propôs à Organização das Nações Unidas (ONU) a realização de uma conferência internacional para tratar de problemas, tais como, a poluição de rios internacionais, a chuva ácida provocada pela emissão de gases em diversos países, o efeito estufa e outros. Então, em 1972 foi realizada em Estocolmo, a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na intenção de se prevenir um prejuízo maior ainda ao Meio Ambiente, e:

O que se verificou na conferência de Estocolmo de 1972 foi a explicitação de conflitos entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos. Os primeiros preocupados com a poluição industrial, a escassez dos recursos energéticos, a decadência de suas cidades e outros problemas decorrentes dos seus processos de desenvolvimento; os segundos, com a pobreza e a possibilidade de se desenvolverem nos moldes que se conhecia até então. A maior poluição é a pobreza foi a mensagem de Indira Gandhi, Primeira Ministra da Índia, no plenário da Conferência de Estocolmo (BARBIERI, 1997, p.19).

Para Dias (2000), foi depois desta conferência que o ambiente passou a ser definido por uma abordagem holística, como formado pelos aspectos bióticos, abióticos e a cultura do ser humano.

A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi o marco do movimento em prol do Desenvolvimento Sustentável e da Educação Ambiental. Para Dias (2000), a partir de Estocolmo começaram a surgir encontros e acordos internacionais, no intuito de equilibrar a relação homem-natureza.

A delegação brasileira na Conferência de Estocolmo declarou, que o país está “aberto à poluição, porque o que se precisa é dólares, desenvolvimento e empregos”. O Brasil lidera os países do Terceiro Mundo para não aceitar a Teoria do Crescimento Zero proposta pelo Clube de Roma.

Ocorreu em 1975, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Conferência de Belgrado, realizada na Iugoslávia, com a participação de 65 países, onde um documento chamado Carta de Belgrado censurava o desenvolvimento de um país às custas de um outro menos desenvolvido, defendendo a erradicação da pobreza, do analfabetismo, da fome, da poluição etc; e que, de maneira alguma fosse diminuída as condições de vida e de qualidade do Meio Ambiente, com formulação de orientações para que a Educação Ambiental fosse contínua e multidisciplinar.

Como marco histórico para a evolução da Educação Ambiental, realiza-se, em 1977, a Conferência de Tbilisi, promovida pela UNESCO em Tbilisi, Geórgia, a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental.

A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Conferência de Tbilisi) é a referência internacional para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental e apresenta uma visão da realidade bastante crítica demonstrando que a origem da crise ambiental está na visão economicista, ou seja, na explosão demográfica, na agricultura, na concentração populacional e na industrialização. Estabelece princípios orientadores da Educação Ambiental e remarca seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador. Este evento representou um marco histórico para a evolução da Educação Ambiental, pois foram definidos os objetivos, recomendações, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento da Educação Ambiental. A Educação Ambiental precisa ir onde a pessoa estiver, qualquer que seja sua idade e a sua formação, através da educação formal ou da educação não formal.

Segundo Afonso (1998), a não formalidade, contém uma organização e uma estrutura diferente da formal-escolar no que diz respeito a flexibilização da adaptação de conteúdos em relação ao movimento de aprendizagem de cada grupo e não fixação de tempo/espço, visando sempre a necessidade real dos sujeitos e/ou grupos. Porém, apesar disso, pode levar os sujeitos a uma certificação do conhecimento, já que a educação não formal é caracterizada pela possibilidade de transformação social.

No entender de Layrargues (1999), o documento de Tbilisi postula que o processo da Educação Ambiental deve proporcionar a construção de valores e a aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades entre outras coisas.

Dias (1991) afirma que o conceito de Educação Ambiental, surgido na Conferência de Tbilisi considerou alguns critérios para sua efetivação, que serviram de base para uma

reorientação e articulação de conhecimentos e práticas educativas, são eles: os aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, éticos, culturais e ecológicos.

A educação formal e não-formal estão contempladas em várias recomendações de Tbilisi e também em outros eventos. No caso desta pesquisa, estamos buscando conhecer o que se tem feito em relação à Educação Ambiental não-formal, através de organizações da sociedade civil, o que elas estão oferecendo aos moradores e frequentadores do bairro de Copacabana, pois entendemos que a formação do cidadão é de responsabilidade também da sociedade e não só da escola.

Um dos supostos básicos da educação não formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações – problemas (GOHN, 2001, p.103).

A conferência de Tbilisi defende ou propõe como princípios básicos da Educação Ambiental, construir-se num processo contínuo e permanente, através de todas as fases do ensino formal e não-formal; deverá atingir todos os grupos de idade e todos os níveis de educação formal, assim como as diversas atividades de educação não-formal; e as universidades devem dar mais ênfase as pesquisas sobre educação formal e não-formal. Reconhecendo a grande influência dos meios de comunicação social no comportamento do consumidor, recomenda que as autoridades educacionais competentes fomentem a inclusão deste aspecto nos programas de educação formal e não-formal que deverá dispor da ajuda de material didático na educação formal e não-formal, devendo existir programas e estratégias relativos à informação do Meio Ambiente dentro do setor da educação formal e não-formal.

De acordo com Dias (2000), a Conferência de Tbilisi recomenda que os Estados incluam em suas políticas educacionais medidas que incorporem conteúdos e atividades ambientais; que as autoridades de educação intensifiquem seus trabalhos em relação à Educação Ambiental; que os Estados membros participem de um intercâmbio de suas experiências, pesquisas e materiais colocando-os a disposição de outros países. Da

comunidade internacional ela solicita que haja uma ajuda no fortalecimento de uma solidariedade de todos os povos para promover a compreensão internacional e a causa da paz.

Isso nos parece claro quando lemos na alínea “d” da Recomendação nº 1 de Tbilisi que aborda o tema responsabilidade e solidariedade entre os países e as regiões.

A maior parte dos sintomas de degradação ambiental representa efeitos de tomadas de decisões políticas erradas, controversas e afastadas dos interesses comuns da comunidade. Normalmente favorecem um pequeno grupo de pessoas em detrimento da degradação do ambiente, que vai afetar a qualidade de vida de um grande grupo de pessoas. Essa é a norma em que quase todo o mundo e que o novo paradigma do desenvolvimento sustentável busca corrigir (DIAS, 2000, p.122).

De acordo com Barbieri (1997), para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, no documento denominado Nosso Futuro Comum, Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades. Este conceito nos faz entender que deixe existir aqui uma solidariedade intergeracional. Desenvolvimento Sustentável é, então:

Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (BARBIERE, 1997, p.24).

Em 1987, aconteceu o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, em Moscou, que realizou a avaliação dos avanços desde Tbilisi, reafirmando os princípios de Educação Ambiental e assinalando a importância e necessidade da pesquisa, e da formação em Educação Ambiental. O Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental promovido pela UNESCO, foi realizado 10 anos após a Conferência de Tbilisi, e contou com 300 especialistas de cem países. O objetivo deste congresso foi a discussão das dificuldades encontradas e dos progressos alcançados em relação à Educação Ambiental, tendo em vista que de acordo com Dias (2000), não se encontrou sinais de que a crise ambiental houvesse diminuído, ocorrendo inclusive um maior abismo entre as nações.

Dentre as importantes observações do congresso de Moscou, gostaríamos de destacar que:

Os objetivos de Educação Ambiental não podem ser definidos sem que se levem em conta as realidades sociais, econômicas e ecológicas de cada sociedade ou os objetivos determinados para o seu desenvolvimento; deve-se considerar que alguns objetivos da educação ambiental são comuns à comunidade internacional (DIAS, 2000, p.142).

O Seminário Latino-Americano de Educação Ambiental (Argentina, 1988), promovido pela Unesco/Pnuma, recomenda a reformulação da Educação formal e não-formal, em função de uma concepção ambientalista que se deve traduzir em um enfoque interdisciplinar.

E 1990 foi realizada a Conferência Mundial sobre Ensino para Todos (satisfação das necessidades básicas de aprendizagem), Jomtien, Tailândia, destacando o conceito de Analfabetismo Ambiental, e a ONU declara o ano 1990, o Ano Internacional do Meio Ambiente.

Com representantes de nada menos que 178 países, ocorreu no Rio de Janeiro, no ano de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que deu origem ao Tratado de Kioto e a Agenda 21, ambos com interesses internacionais. A agenda 21 é um documento que estabelece um protocolo de intenções e traça metas para que se tente reverter um quadro de degradação ambiental já existente.

Para o nosso trabalho, o capítulo 27 da agenda é de grande importância, pois ele se refere aos trabalhos desenvolvidos pelas organizações não-governamentais, afirmando que elas desenvolvem um papel responsável: “as ONGs desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa e tem credibilidade que repousa sobre o papel responsável e construtivo que desempenham na sociedade” (AGENDA 21, 1992).

No capítulo 36, a agenda nos fala sobre a falta de informação que existe para que se tenha consciência da inter-relação existente entre as atividades humanas e o Meio Ambiente. Fala sobre a necessidade de se fazer com que o público seja sensibilizado à participar de soluções.

Os países devem incentivar as organizações não-governamentais a aumentar seu envolvimento nos problemas ambientais e de desenvolvimento por meio de iniciativas

conjuntas de difusão e um maior intercâmbio com outros setores da sociedade (AGENDA 21, 1992, cap.36).

Neste mesmo ano de 1992, foi promovido por representantes da sociedade civil, o Fórum Global 92 que deu origem a “Declaração do Rio”, ou, “Carta da Terra”, Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e FORUM das ONG’s, compromissos da sociedade civil com a Educação Ambiental e o Meio Ambiente. A Carta Brasileira de Educação Ambiental aponta as necessidades de capacitação na área.

Em 2002, ou seja, 10 anos após a Conferência Rio-92, foi realizada a Conferência da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, na África do Sul, para analisar os resultados obtidos pela eco-92.

Conforme publicado na revista SENAC e EDUCAÇÃO AMBIENTAL, o autor Procópio Mineiro diz que:

Na visão de diversos especialistas, o encontro da África do Sul brutalizou os compromissos da Rio 92 e restabeleceu a prioridade dos interesses industriais e da sustentação do modelo econômico responsável pelos desequilíbrios ambientais. Um abismo se abriu entre os objetivos do desenvolvimento sustentável e os interesses comerciais: a primazia dada a estes provocou um retrocesso, que teria transformado a Rio + 10 numa verdadeira Rio – 10 (MINEIRO, 2002, p.39).

Para este mesmo autor, a opinião dos ambientalistas é a de que os acordos firmados, por serem muito genéricos tendem a não serem cumpridos, e caso não sejam, punição alguma haverá. Dependerá, com certeza, da consciência ambiental de cada sociedade e também do empenho que possa ter individualmente cada governo.

2.2 – Meio Ambiente e Política Educacional.

A criação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro aconteceu em 1808, o que foi, inegavelmente uma aquisição de suma importância para a cidade. Em 1850 houve a promulgação da Lei 601 de Dom Pedro II, que proibia a exploração florestal nas terras descobertas, mas ela foi ignorada, continuando o desmatamento para implantação da monocultura de café. Em 1876, André Rebouças sugere a criação de parques nacionais na Ilha de Bananal e em Sete Quedas. Foi criado, em 1896, o primeiro parque estadual em São Paulo, o Parque da Cidade.

Jânio Quadros declara, em 1961 o pau-brasil como árvore símbolo nacional, e o ipê como a flor símbolo nacional.

A Delegação Brasileira na Conferência de Estocolmo declara, em 1972, que o país está “aberto a poluição, porque o que se precisa é dólares, desenvolvimento e empregos”. Apesar disto, contraditoriamente o Brasil lidera os países do Terceiro Mundo para não aceitar a Teoria do Crescimento Zero proposta pelo Clube de Roma. Foi criada, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do Ministério do Interior, que entre outras atividades, começa a fazer Educação Ambiental. A SEMA e a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Universidade de Brasília realizam, em 1976, o primeiro curso de Extensão para professores do 1º Grau em Ecologia. Em 1977, a SEMA constitui um grupo de trabalho para elaboração de um documento de Educação Ambiental para definir seu papel no contexto brasileiro, e também neste mesmo ano, acontecem os Seminários, Encontros e Debates preparatórios à Conferência de Tbilisi realizados pela FEEMA-RJ. Ainda em 1977, a disciplina Ciências Ambientais passa a ser obrigatória nos cursos de Engenharia.

O Ministério da Educação (MEC) e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB/ SP), publicam, em 1979, o documento “Ecologia uma Proposta para o Ensino de 1º e 2º Graus”.

A Lei N. 6938 de 31 de Agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Presidente Figueiredo). Esta lei, conhecida como PNMA, inclui a Educação Ambiental da comunidade, dispondo em seu artigo 2º, inciso X o seguinte princípio:

Art. 2º. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas;
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

A SEMA junto com a Universidade Nacional de Brasília, organiza, em 1986, o primeiro Curso de Especialização em Educação Ambiental (1986 a 1988). Acontece também em 1986 o I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente.

O MEC aprova o Parecer 226/1987 do conselheiro Arnaldo Niskier, em relação a necessidade de inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º Graus.

O Brasil incluiu em 1988, em sua Constituição Federal a temática ambiental, o que foi um grande avanço. Para Dias (2003), o movimento ambientalista saiu vitorioso com essa inovação, podendo ser observada em seu artigo 225 que diz:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ANO, p. XXXXX).

Neste mesmo ano, Paulo Nogueira Neto representa o Brasil na Comissão Brundtland, e em 1988 também, a Fundação Getúlio Vargas traduz e publica o Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo e a CETESB, publicam a edição piloto do livro “Educação Ambiental” guia para professores de 1º e 2º Graus. A Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), pela fusão da SEMA, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDEHVEA) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) ocorre em 1989, nele funciona a Divisão de Educação Ambiental.

O MEC resolve, em 1991, que todos os currículos nos diversos níveis de ensino deverão contemplar conteúdos de Educação Ambiental (Portaria 678 de 14/05/91). Neste mesmo ano acontece o Projeto de Informações sobre Educação Ambiental, IBAMA/MEC; o Grupo de Trabalho para Educação Ambiental coordenado pelo MEC, preparatório para a Conferência do Rio-92 e o Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para Educação Ambiental (MEC/ IBAMA/ Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República/ UNESCO/ Embaixada do Canadá). O Encontro Técnico da Educação Ambiental da Região Norte (Manaus, AM, 1992) recomenda criar condições para que no ensino formal a Educação Ambiental seja uma processo contínuo e permanente, através de ações interdisciplinares e globalizantes. O Encontro Técnico da Educação Ambiental da Região Nordeste (Natal, RN, 1992) recomenda estimular estudos e pesquisas sobre a Educação Ambiental no ensino fundamental e médio, além da melhor utilização da extensão universitária na educação formal e não-formal com relação à preocupação ambiental.

O I Encontro Nacional dos Centros de Educação Ambiental (Foz do Iguaçu, PR, 1992) diz que a educação não-formal também pode ser desenvolvida através dos meios de

comunicação de massa, com a família e com a comunidade em geral, e a I Conferência Nacional de Educação Ambiental (CNEA, Brasília, DF, 1997) aponta o papel e desafios da Educação Ambiental formal, recomendando o incentivo à criação de mestrados e doutorados em Educação formal. Fomentar a articulação entre educação formal e não-formal.

Em 1992 ocorre a Criação dos Núcleos Estaduais de Educação Ambiental do IBAMA, NEA's; a Participação das ONG's do Brasil no Fórum de ONG's e na redação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Destaca-se o papel da Educação Ambiental na construção da Cidadania Ambiental. O MEC promove, também em 1992, no CIAC do Rio das Pedras em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, o Workshop sobre Educação Ambiental cujo resultado encontra-se na Carta Brasileira de Educação Ambiental, destacando a necessidade de capacitação de recursos humanos para Educação Ambiental.

A aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), com a participação do MMA/IBAMA/MEC/MCT/MINC foi dada em 1994 como também a Publicação da Agenda 21 feita por crianças e jovens em português – Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o 3º Fórum de Educação Ambiental. Foi determinado, em 1995, que todos os Projetos Ambientais e/ou de Desenvolvimento Sustentável devem incluir como componente atividades de Educação Ambiental.

Acontece em 1995, o início da construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). De acordo MEC/SEF (1997), 700 sugestões surgiram para a elaboração de sua versão final, que ocorreu em 1997, que abrangia as primeiras quatro séries do ensino fundamental. E em 1998 foram publicados os PCN abrangendo as quatro últimas séries.

No ano de 1998, o MEC incluiu a temática ambiental como um tema transversal a ser abordado, através dos Parâmetros Curriculares. A temática ambiental passou a ser obrigatória através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20 de

dezembro de 1996 (BRASIL,1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Temas Transversais (MEC/SEF,1998).

Os Parâmetros curriculares nacionais propõem uma educação comprometida com a cidadania, atendendo às diferentes áreas do conhecimento através dos temas transversais. Os temas transversais tratam, de acordo MEC/SEF (1998), de processos que estejam sendo intensamente vividos pela sociedade, comunidade, famílias, alunos e educadores no dia-a-dia de suas vidas, e por isso exigindo ensino e aprendizagem de conteúdos tanto no âmbito social quanto no âmbito pessoal.

Dias (2000) afirma que a Educação Ambiental deve estar presente em todas as disciplinas, dadas suas múltiplas interações de fundo ecológico, político, social econômico, ético, cultural, científico e tecnológico, não se podendo tratar do assunto em única disciplina.

Seria, inclusive, pouco provável que um educador, qualquer que seja ele, tivesse condição de focar todos esses assuntos, já que teria que aproveitar o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada.

Os temas transversais selecionados pelo MEC são ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho e consumo (este último somente no 2º segmento da educação fundamental), o que para o MEC não constituem novas áreas. São temas que devem ser abordados de modo transversal nas diferentes disciplinas, integrados nas diferentes áreas. Os critérios adotados para a escolha dos temas foram, segundo MEC/SEF, (1998), pela urgência social para preservar a dignidade das pessoas e sua qualidade de vida; abrangência nacional, por sua pertinência em todo país; possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, pela capacidade da aprendizagem nesta etapa da escolaridade e por favorecer a compreensão da realidade e a participação social, que tem a intenção de fazer com que os alunos desenvolvam a capacidade de se posicionarem diante das questões de uma forma responsável.

A abordagem transversal da temática ambiental em todas as disciplinas tem como objetivo a conscientização, ou seja, a formação de cidadãos conscientes, para que tenham uma conduta com sensibilidade, conservando o ambiente saudável.

O tema transversal Meio Ambiente é composto por três blocos de conteúdo, sendo eles: O conteúdo “A natureza cíclica da natureza”, que se reporta ao ambiente natural; o

conteúdo “Sociedade e Meio Ambiente”, que se reporta ao ambiente construído, e por fim o conteúdo “Manejo e Conservação Ambiental”, onde o aluno é estimulado a propor soluções para os problemas que a existência do homem acarreta na natureza.

Em 1999, ocorreu a Criação da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Gabinete do Ministro, aprovando a Lei 9.597/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795 promulgada em 1999, trata da educação não-formal, objeto do nosso estudo, no seu artigo 2º, dispondo que:

A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não- formal.

No artigo 5º desta mesma lei estão enumerados os fundamentos da Educação Ambiental, como podemos ver a seguir:

Art. 5º São objetivos fundamentais da Educação Ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

No seu artigo 9º, esta lei conceitua Educação Ambiental formal como educação escolar em instituição pública ou privada. E no artigo 13º é definida a Educação Ambiental nãoformal:

Art. 13. Entendem-se por Educação Ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as

questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do Meio Ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao Meio Ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à Educação Ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de Educação Ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

Então, são ações e práticas de sensibilização da coletividade, em defesa da qualidade do Meio Ambiente fora das escolas, para a comunidade, como nas diversas organizações da sociedade civil, objeto do meu estudo, pois entendemos que:

Há sempre uma dimensão pedagógica em todo o encontro entre pessoas. Toda a relação pode embutir e fazer valer algum momento de mútua aprendizagem, dentro do qual acaba sendo vivido, de maneira mais ou menos motivada, um gesto de trocas de saberes. Um começo a um convite de reciprocidades entre imaginários, entre idéias e entre valores. Sempre que eu saio diferente e melhor do que eu era antes, por haver compartilhado algo com alguém, houve ali um momento de ensino e aprendizagem entre nós (BRANDÃO, 2002, p.327).

Foi lançado, em 2002, o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA), e surgiu o Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, como:

Art. 2º Fica criado o Órgão Gestor, nos termos do art. 14 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental, que será dirigido pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação.

Art. 5º Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se:

I - a integração da Educação Ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e

II - a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

De acordo (MEC/SEF,1998), para os especialistas que participam de encontros, tanto os nacionais como os internacionais, o Brasil é considerado um dos países com mais experiência em Educação Ambiental, com iniciativas originais. Uma verdadeira riqueza de experiências que não pode ser inibida.

Segundo os levantamentos preliminares, (ANPED, 1997, 1999) não detectamos investigações (dissertações e teses) sobre o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental em Copacabana. Para Novicki (2003) a produção discente fluminense em Educação Ambiental entre os anos de 1981 e 2002 foi em número de 40 (quarenta), distribuídas pelas instituições da seguinte maneira: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – 11; Universidade Federal Fluminense (UFF) – 09; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – 08; Instituto Superior de Estudos Avançados em Educação (IESAE) – 07; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – 03 e Universidade Estácio de Sá (UNESA) – 02.

Verifica-se ainda hoje que 26,5% dos projetos/atividades de Educação Ambiental, desenvolvidos por agências públicas estatais e organizações não-governamentais brasileiras, privilegiam uma leitura reducionista da temática ambiental, baseada exclusivamente nos aspectos biológicos do Meio Ambiente (MMA, 2000).

Novicki (2003), apresenta sua pesquisa realizada entre o ano de 1981 e 1998, onde foi constatado que houve um crescimento da produção discente nacional em Educação Ambiental:

A produção discente nacional em EA, entre 1981 e 1998 (ANPED, 1999), apresenta algumas características que devem ser destacadas: a) em 1996, a produção discente nacional em EA representava 0,99% da produção total dos PPG-EDU (6.935 dissertações/teses) e, em 1998, 1,07% (8.687 dissertações/teses), correspondendo ao crescimento de 34,7% nesta produção, ocorrido nos anos de 1997 e 1998, de 69 para 93 dissertações/teses, b) forte desequilíbrio inter-regional, observável pela concentração desta produção na região sudeste (61,3%), c) da mesma forma, causa surpresa e preocupação a ausência de pesquisas discentes em EA produzidas na Região Norte, dada sua importância socioambiental planetária, d) em 1996 (ANPED, 1997), identificamos a seguinte distribuição regional: sudeste (46 dissertações/teses), sul (11), centro-oeste (9) e nordeste (3). Em 1998 (ANPED, 1999), constatamos uma mudança neste cenário, pois a região centro-oeste superou a região sul, que passou a ocupar o terceiro lugar em volume de produção discente.

A PNEA (BRASIL, 1999), prevê a capacitação de profissionais para trabalhar a Educação Ambiental, abordando a questão da capacitação de recursos humanos no seu artigo 8º, Parágrafo 2º:

A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

I – a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

II – a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

III – a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

IV – a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V – o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

Para Novicki; Gonzalez (2003), não se forma técnicos em Meio Ambiente críticos, comprometidos com a superação da degradação socioambiental brasileira a partir da visão de mundo informada pelas concepções de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Educação Ambiental formuladas pelo MEC.

Sabemos, portanto, que, mesmo após a conferência de Tbilisi, a Constituição Federal, a lei e outros eventos históricos da Educação Ambiental anteriormente citados, obstáculos persistem não permitindo que haja o crescimento ideal de interesse pela temática ambiental, podendo ser citado como exemplo, entre outros, a falta de formação de professor.

3 – DIFERENTES CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Não existe um consenso na definição de Desenvolvimento Sustentável e de Educação Ambiental. Vários paradigmas ou abordagens teórico-metodológicas convivem nos dias atuais e informam diferentes visões de mundo. De acordo com Acselrad; Leroy (1999), os modelos sociais de apropriação no mundo material, chamados “modelo de desenvolvimento” articulam simultaneamente: formas técnicas, formas sociais e formas culturais, onde a sustentabilidade tende a ser entendida como o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais.

Para Dias (2000), buscar um desenvolvimento que garanta o espaço social e a distribuição de benefícios econômicos e sociais para todos, enquanto resguarda a qualidade ambiental para as gerações presentes e futuras, precisa primar pelo envolvimento de todos: esferas pública, privada e sociedade civil.

O Desenvolvimento Sustentável, proclamado pelo Relatório Brundtland é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (ACSELRAD; LEROY, 1999, p.17). Para estes autores,

O modelo brasileiro de desenvolvimento vem apresentando um padrão de apropriação territorial com dupla articulação com o meio ambiente. A primeira se refere à privatização do meio ambiente comum. Está em curso uma verdadeira mercantilização da vida; cultura, lazer, vida espiritual, vida social (os espaços de relações) são vendidos e comprados. A visão de desenvolvimento sustentável já caracterizada reforça esta tendência, sempre auxiliada pela crença de que as empresas vão cuidar melhor do ambiente se forem alçadas à condição de suas proprietárias (ACSELRAD; LEROY, 1999, p.43).

A recomendação da Declaração da ONU sobre Meio Ambiente Humano, para os países que dela participaram foi de que:

A fim de lograr um ordenamento mais racional de recursos e, assim melhorar as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado da planificação de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade do desenvolvimento, com a necessidade de

proteger e melhorar o Meio Ambiente humano, em benefício de sua população (DIAS, 2003, p.371).

Sobre as mudanças do paradigma dominante de desenvolvimento, de acordo com Acsehrad; Leroy:

A noção de sustentabilidade, entendida como preocupação ambiental embutida em modelos de desenvolvimento, vem sofrendo modificações em seu conteúdo e significado. Essas modificações buscam traduzir projetos de mudança do paradigma dominante do desenvolvimento, com base em princípios de justiça social, ancorados no dinamismo dos atores sociais da construção democrática. A sustentabilidade do desenvolvimento democrático será alcançada pela democratização dos processos decisórios, que tornarão a questão ambiental um momento estratégico do debate sobre as finalidades legítimas da apropriação do mundo material (1999, p.24).

As organizações da sociedade, em particular os movimentos e organizações populares são os interlocutores principais nesse debate. Cabe à sociedade a responsabilidade de construção de um Desenvolvimento Sustentável (ACSELRAD; LEROY,1999, p.45).

Acsehrad (2001) nos apresenta cinco "matrizes discursivas" de Desenvolvimento Sustentável (matriz da eficiência, da equidade, da auto-suficiência, de novos padrões de produção e consumo, e a da ética) e, neste estudo, privilegiaremos as matrizes: da eficiência; da auto-suficiência e da equidade.

A matriz da eficiência é hegemônica, e é defendida pelo Estado e pelo empresariado. Para Deluiz; Novicki (2004), na eficiência, há necessidade de novos padrões tecnológicos que projetem a racionalidade econômica para o conjunto dos recursos planetários, tornando-os duradouros e assegurando os meios materiais requeridos para a continuidade do desenvolvimento econômico e social. Nesta perspectiva,

O Desenvolvimento Sustentável, proclamado generosamente pelo relatório Brundtland como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" não escapa a hegemonia do mercado, nítida quando, na Introdução, a Sra. Brundtland salienta que "hoje, precisamos de uma nova era de crescimento econômico, um crescimento vigoroso e, ao mesmo tempo, social e ambientalmente sustentável"(ACSELRAD; LEROY,1999, p.17).

Para Deluiz; Novicki (2004), esta concepção de Desenvolvimento Sustentável tem como princípio norteador o crescimento econômico e a eficiência na lógica do mercado, estando os seus pressupostos ancorados na economia política clássica, no liberalismo econômico de Adam Smith e também no neoliberalismo de F. Hayek.

A eficiência pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade econômica ao "espaço não-mercantil planetário" (ACSELRAD, 2001, p.27).

Segundo essa matriz, o Desenvolvimento Sustentável é aquele que garante um crescimento econômico vigoroso e, ao mesmo tempo, social e ambientalmente sustentável (DELUIZ; NOVICKI, 2004). Existe nesta matriz, a liberdade para se buscar o lucro, sem a interferência do Estado, onde o mercado pode tudo. É o Estado mínimo (antítese da ética paternalista cristã).

Em relação ao Desenvolvimento Sustentável podemos dizer que o papel da tecnologia seria o máximo aproveitamento dos recursos naturais com o mínimo de efeitos nocivos, buscando-se uma relativa redução de consumo, contando exclusivamente com a tecnologia para a solução dos problemas ambientais.

Para Deluiz; Novicki (2004), nesta matriz o homem e natureza estão subsumidos à supremacia do capital, o trabalho humano gera lucro e a natureza é a matéria prima. A concepção de Desenvolvimento Sustentável desta matriz tem, para Deluiz; Novicki (2004), como princípio norteador o crescimento econômico e a eficiência na lógica do mercado. Nesta matriz, o que se busca é a conservação do *status quo*.

Para Smith (1985), não há antagonismo, mais harmonia entre os interesses individuais e o interesse geral, sendo a liberdade na procura de riqueza a condição de todo progresso. Sua idéia central, é a de que a riqueza das nações é determinada pelo aumento da produtividade do trabalho, que tem origem em mudanças na divisão e especialização do processo de trabalho. Segundo Cordeiro (1995), Adam Smith era totalmente voltado para o futuro, sua teoria era fundada no senso comum e seus erros identificados depois de muitos anos. O alicerce fundamental da doutrina econômica do liberalismo clássico era a divisão do trabalho. Só reivindicavam a interferência governamental nos assuntos econômicos que estabilizassem os negócios e ampliassem as possibilidades de lucro:

A análise dos pressupostos que norteiam esta concepção de Desenvolvimento Sustentável permite-nos compreender a necessidade do aumento da competição, da maior mobilidade de capital, dos processos de acumulação e de alocação de capital, de busca cada vez maior de aumento da produtividade do trabalho pelo capital e de eficiência, na dinâmica capitalista

de geração de valor. Permite-nos compreender, igualmente, que na concepção de Desenvolvimento Sustentável centrada na lógica do capital, o livre mercado é o instrumento da alocação eficiente dos recursos planetários e, neste sentido, a relação trabalho e Meio Ambiente está subsumida à supremacia do capital, com sérias conseqüências para o mundo do trabalho e para os recursos naturais (DELUIZ; NOVICKI, 2004, p.22).

Na matriz da eficiência, o conceito de Meio Ambiente significa “entorno”. O homem aparece como elemento separado, superior, dominador da natureza, que pode modificá-la e explorá-la através da tecnologia. Segundo Grun (1996), esta concepção naturalista de Meio Ambiente, pautada numa visão reducionista, reflete o dualismo cartesiano, pois desconsidera o ser humano e as relações sociais, separação entre sujeito e objeto, ente e corpo, entre seres humanos e a natureza. É uma leitura reducionista da temática ambiental.

Foladori (2001), critica o tecnicismo ao afirmar:

Busca-se corrigir os efeitos da produção capitalista pela via técnica, isto é, pondo filtros aqui e ali, estabelecendo cotas ou impostos em outros casos etc. Sem discutir neste momento a eficiência de totais medidas técnicas, é evidente que nenhuma delas afeta a forma social capitalista de produção. Neste sentido, posições classistas de defesa, obviamente, da classe capitalista, proprietária dos meios de produção e, portanto, dos instrumentos com os quais transforma a natureza em objetos e espaços úteis (p.106).

Segundo Grün (2000), uma das principais causas da degradação ambiental tem sido identificada no fato de vivermos sob a égide de uma ética antropocêntrica, onde o homem é o centro de todas as coisas, é autônomo e está fora da natureza. É considerado o centro de tudo e todas as demais coisas existem em função dele. Uma das características centrais do cogito cartesiano é sua autonomia e, de certa forma, este é um dos elementos que nos impedem de compreender o meio ambiente em sua estrutura complexa. Para ele, o modelo advindo do cartesianismo impede abordar a crise ecológica em sua forma complexa e multifacetada, vetando por isso uma proposta de educação que seja realmente ambiental, já que não estariam presentes os fatores éticos e políticos da devastação ambiental.

A matriz discursiva da ecoeficiência, defendida pelos “capitalistas verdes” (WALDMAN, 1998), propõe a relativa redução de consumo de matéria e energia a partir da maior eficiência tecnológica, e tem, portanto, como princípios norteadores o crescimento econômico e a eficiência na lógica do mercado: taxa verdes, “princípio poluidor pagador”, correção de falhas dos mecanismos de ajuste do mercado. O antropocentrismo (o homem no centro do Universo) leva a uma concepção de Desenvolvimento Sustentável pautada na lógica do

mercado, que atribui exclusivamente à tecnologia a capacidade de solução dos problemas ambientais que são conseqüências de um desenvolvimento descontrolado.

Waldman (1998), afirma que para o capitalismo verde, a defesa da ecologia passa pela fabricação de carros que ‘poluam menos’ e não pela defesa de meios alternativos de transporte (como as ciclovias) ou melhoria do transporte público. Propõe métodos de reciclagem e recuperação de matérias-primas, mas não produtos com maior coeficiente de durabilidade.

Na opinião de Acselrad; Leroy (1999), para o senso comum empresarial, Desenvolvimento Sustentável significa produzir sujando menos: “capitalismo verde”. Apenas uma minoria mais sofisticada acompanha o debate econômico ambiental.

A Conferência de Tbilisi (UNESCO, 1980) defende, em suas recomendações, que a Educação Ambiental deveria abranger prioritariamente a resolução dos problemas ambientais como atividade-fim ou tema gerador. O autor Layrargues questiona a visão reducionista cartesiana da atividade-fim quando diz que:

Por maior que seja o aprendizado da experiência prática e o desenvolvimento de qualidades dinâmicas e ativas, fomenta a percepção equivocada de que o problema ambiental não está inserido numa cadeia sistêmica de causa – efeito, e que sua solução encontra-se na órbita da esfera técnica. Toma-se a parte pelo todo, e reduz-se a causa pela conseqüência. Acaba por promover a realização de projetos reformistas, cuja mudança será de ordem puramente comportamental, reduzindo a zero o risco da ameaça de desestabilização da ordem ideológica vigente (LAYRARGUES, 1999, p.143).

Para Novicki; Maccariello (2002, p.3), 26,5% das atividades de Educação Ambiental desenvolvidas pelo poder público e por organizações não-governamentais no Brasil, costumam ser inseridas na proposta de educação utilizando-se de uma concepção reducionista, privilegiando exclusivamente os aspectos biológicos do meio ambiente, sem considerar o homem e as relações sociais.

A Educação Ambiental presente neste paradigma busca a conservação do *status quo* e está mais próxima de um “adestramento ambiental” (BRÜGGER, 1994) do que de uma Educação propriamente dita, objetiva somente mudança de atitude, de comportamentos individuais (sem uma conscientização do “porquê” da mudança). A separação cartesiana entre natureza e cultura é, segundo Grün (1996), a base da educação moderna, impedimento certo para uma educação eficaz.

Layrargues (1999) questiona o modelo de Educação Ambiental pautado somente no ecológico, transformando as questões ambientais na maioria das vezes em situações distantes da realidade, como algo que não exigisse uma participação ativa e constante, quando na verdade, seria necessário, como ponto primordial a

resolução de problemas socioambientais locais vinculando escola na construção de uma sociedade sustentável. Neste paradigma, a transformação da sociedade se deve exclusivamente à transformação individual de cada um.

Para Smiht (1985), a educação deveria ser a mínima necessária para qualificar o sujeito para o campo da educação, das atividades comuns, do trabalho e uma socialização mínima. Waldman (1998) afirma que a educação para o Meio Ambiente só teve sua importância no cenário nacional após os movimentos ambientalistas.

Na matriz da auto-suficiência, o homem é visto, para Deluiz; Novicki (2004), em posição de subserviência em relação à natureza. É a matriz correspondente a idéia da fisiocracia de François Quesnay, que defendia uma relação harmônica entre o homem e a natureza. Esses autores vêem como princípios norteadores desta matriz a lógica da auto-suficiência e da auto-regulamentação na busca do equilíbrio homem/natureza.

Para Acsegrad (2001), a sustentabilidade seria alcançada com a construção e preservação de comunidades tradicionais, primitivas ou sustentáveis, e por outro lado, pelo fortalecimento dos Estados Nacionais.

A auto-suficiência prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais do fluxo do mercado mundial como estratégia apropriada a assegurar a capacidade de auto-regulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento (ACSELRAD, 2001, p.27).

Existe uma subsunção do Homem à natureza e do indivíduo à comunidade, tornando-o uma mera função social (o liberalismo vem questionar isso).

Para Deluiz; Noviki (2004), na auto-suficiência, para a construção de competências para uma gestão territorial compatível com a conservação material do desenvolvimento deve-se conhecer as populações locais, e compreender os riscos da expansão generalizada das relações de mercado para a preservação da estabilidade cultural, e capacidade reprodutiva da base material das comunidades tradicionais.

Em relação ao Desenvolvimento Sustentável, “os fisiocratas buscavam as condições de uma reprodução à longo prazo da vida social, apresentando uma baixa preocupação com o processo de acumulação capitalista” (DELUIZ; NOVICKI, 2004, p.23). Para eles, somente a agricultura gera “excedente” (produto líquido) ou riqueza. François Quesnay (1985) privilegia a riqueza social (valor de uso, conforto) em detrimento da acumulação capitalista (valor de

troca, mais-valia) acumulação privada, questionando a sociedade do ter (consumismo) em favor da sociedade ser (riqueza real).

Cordeiro (1995) entende que a Fisiocracia apresentou-se rígida, hierarquizada, onde a ordem social obedeceria a ordem natural, sendo seus erros identificados imediatamente, já suas idéias duraram 10 anos, e o seu olhar voltado para o passado. Fisiocracia é governo da natureza, com as leis naturais governando as atividades econômicas. A base da fisiocracia é de que só a agricultura gera excedente econômico (no crescimento de classe produtiva). É contra o comércio, contra o lucro. Queria continuar no feudalismo, com riqueza para todos, e uma melhor qualidade de vida (Sociedade do Ser). Não quer a tecnologia, nem a intervenção do Estado. Na matriz da auto-suficiência se nega a lógica do capitalismo, do capitalismo globalizado:

Se por um lado, esta concepção de Desenvolvimento Sustentável traz consigo uma crítica ao capitalismo globalizado e regulamentado e seus impactos sobre a autonomia decisória dos Estados nacionais, por outro, ao propor uma volta ao passado, que também se expressa na sacralização das comunidades tradicionais e dos recursos naturais, essa proposta de desenvolvimento sustentável realiza uma inversão dos postulados do paradigma mecanicista e, desta forma, não ultrapassa os marcos do dualismo cartesiano homem-natureza (DELUIZ; NOVICKI, 2004, p.24).

Para Cordeiro (1995), Quesnay foi talvez o primeiro grande economista a ter feito uma opção radical por um Desenvolvimento Sustentável. É o retorno ao “impensado”, retorno de um passado idílico, com uma boa dose de um “romantismo ingênuo” (LOUREIRO, 2000). Está impregnada de uma visão reducionista, pois não critica o modelo desenvolvimentista. É a subordinação do indivíduo em relação à natureza.

O arcaísmo naturalista, ou holístico nostálgico, algumas vezes envolve uma deificação de culturas não ocidentais ou primitivas. A apologia das culturas primitivas e a idealização do passado andam lado a lado no discurso arcaísmo-naturalista na Educação Ambiental (GRÜN, 1996). A Educação Ambiental neste paradigma busca a natureza, a descivilização, em que o homem em comunidades primitivas viveria em comunhão com a natureza. É alvo de críticas permanentes dos ambientalistas que pensam e atuam conforme uma perspectiva social.

Segundo Grün (1996), existem inúmeras variantes do discurso do retorno à natureza. Uma dessas variantes valoriza a experiência direta com a natureza por meio de referências a metáforas inscritas na linguagem do amor romântico. Outra variante desse discurso promove um verdadeiro retorno à natureza através do privilegiamento (e glamourização) de ecologias, cosmológicas e mitologias remanescentes de povos indígenas. A educação tem uma visão conservadora, sem propostas de mudanças, mantendo-se assim a estrutura de classe.

Na matriz da Equidade, segundo Deluiz; Novicki (2004), as sociedades administrariam as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sócios-políticos, que orientam a distribuição dos recursos naturais.

É uma teoria crítica, relacionada à Karl Marx, que analisa as formas sociais de apropriação e uso dos recursos e do meio ambiente, e tem como concepção de Desenvolvimento Sustentável a lógica da sustentabilidade democrática, que é o diálogo entre os diferentes atores: a natureza e os semelhantes.

Ascelrad e Leroy (1999), afirmam que através do princípio da equidade e da justiça social pode ser possível um Desenvolvimento Sustentável dentro dos princípios de uma sustentabilidade democrática e não meramente desenvolvimentista.

Para Deluiz; Novicki (2004), a sustentabilidade democrática necessita ser norteada por um projeto social justo e solidário, com propostas alternativas ao modelo de educação vigente, buscando superar tanto a ecoeficiência como o tecnicismo.

Para Marx (1982), existe uma relação dialética homem-natureza através do trabalho, na medida da necessidade e não como no capitalismo, que é para atender às necessidades de outrem, gerando lucro (e também para não existir o trabalho alienado):

Acima de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1982, p.149).

De acordo com Marx (1982), a divisão social e técnica do trabalho na sociedade geram a alienação do homem em relação ao seu trabalho e a natureza, desumanizando-o:

A concepção de Desenvolvimento Sustentável na lógica da sustentabilidade democrática, a relação trabalho e meio ambiente não está subsumida à hegemonia do capital, mas as categorias trabalho e natureza articulam-se para uma melhor qualidade de vida das populações e também para a superação da exclusão social e da desigualdade socioambiental, entendendo que os menos favorecidos economicamente são as principais vítimas da degradação ambiental. Marx e outros críticos do modo de produção capitalista fazem a sustentação do projeto político dessa matriz (DELUIZ; NOVICKI, 2004, p.23).

Para Deluiz; Novicki (2004), a matriz da equidade entende que desigualdade social e degradação ambiental são inerentes ao modo de produção capitalista, e é essa compreensão que remete a um tratamento conjunto e articulado dos propósitos de erradicação da miséria e proteção ambiental. “A matriz da equidade propõe uma mudança do paradigma hegemônico de desenvolvimento econômico, com base em princípios de justiça social, superação de desigualdade sócio-econômica e construção democrata ancorada no dinamismo dos atores sociais” (DELUIZ; NOVICKI, 2004, p.26).

A Educação Ambiental neste paradigma tem por objetivo a crítica e a transformação social, questionando o modo de produção capitalista. Para Novicki (2003), o homem aqui não se sente expectador, e sim integrado ao Meio Ambiente, existindo uma reação dialética entre o sujeito e a natureza (interdependência), que busca conhecer e entender as causas estruturais dos problemas ambientais, o que corresponde a uma concepção de Meio Ambiente numa perspectiva socioambiental, que busca conhecer e transformar as causas estruturais dos problemas ambientais, por meio da ação coletiva e organizada (NOVICKI, 2003).

Nesta matriz, a formação educacional é vista numa perspectiva omnilateral, ou seja: formação plena, multilateral, completa dos indivíduos. Educação para a democracia, transformação social.

Da mesma forma, a Educação Ambiental deste paradigma tem por objetivo a crítica e a transformação social questionando o modo de produção capitalista. Concebe a educação como formadora do cidadão crítico. Para o autor Layrargues,

A característica mais importante da Educação Ambiental é, provavelmente, a que aponta para a resolução de problemas concretos. Trata-se que os indivíduos, qualquer que seja o grupo da população a que pertençam e o nível em que se situem, percebam, claramente, os problemas que restringem o bem – estar individual e coletivo, elucidem as suas causas e determinem os modos de resolvê-los. Deste modo, os indivíduos estarão em condições de participar na definição coletiva de estratégias e atividades encaminhadas para eliminar os problemas que repercutem na qualidade do Meio Ambiente (UNESCO, 1980, apud LAYRARGUES, 1999, p.133).

Loureiro (2000) coloca em discussão a questão da alienação propondo debater as contradições capitalismo/ambientalismo e a relação com a degradação ambiental. Afirma que

seria impossível na sociedade moderna dissociar a teoria social crítica da questão ambiental, e que o debate deverá incorporar o caráter crítico das relações na sociedade, e desta com o meio ambiente. Novicki; Macariello (2002), afirmam que desigualdade social e degradação ambiental sempre andam juntas.

A Educação Ambiental crítica se opõe ao modelo reducionista e fragmentador, buscando a formação de valores éticos e construindo assim, um novo modelo de sociedade.

A Educação Ambiental pautada por uma abordagem teórica socioambiental ou crítica tem por objetivo a formação política de cidadãos, visando sua participação ativa e efetiva nos processos de formulação e implementação de políticas públicas, voltadas para a reversão do quadro de degradação socioambiental. Em síntese, o desafio consiste em mudar a relação sociedade-recursos naturais, o que exige simultaneamente transformar a relação Estado-sociedade. Considerando a persistência de uma cultura política autoritária no Brasil, a educação para o Meio Ambiente assume o papel de uma “Educação Ambiental para a democracia” (NOVICKI; MACCARIELLO, 2002, p.11).

A Educação Ambiental que privilegia a resolução de problemas ambientais enquanto “tema gerador”, baseia-se na práxis transformadora. Para Layrargues (1999), existem dois tipos de resolução dos problemas ambientais:

Porém, a estratégia da resolução de problemas ambientais locais como metodologia da educação ambiental permite que dois tipos de abordagens possam ser realizadas: ela pode ser considerada tanto como tema-gerador de onde se irradia uma concepção pedagógica comprometida com a compreensão e transformação da realidade, ou como uma atividade-fim, que visa unicamente a resolução pontual daquele problema ambiental e abordado (p.135).

Isso quer dizer que, se tomarmos a prática de resolução de problemas locais como “atividade-fim”, não poderá haver uma compreensão da complexa inter-relação dos componentes político, econômicos e sócio-culturais da questão ambiental. Valores não podem ser transmitidos, eles devem ser construídos.

A concepção conservacionista se preocupa apenas com a mudança de comportamento, simples prática, desvinculada dos fatores sociais, culturais e políticos. Já a concepção que

privilegia a resolução dos problemas ambientais enquanto “tema gerador”, procura a práxis transformadora, discutindo os direitos de cidadania, passando a fazer uma opção consciente por um modo de vida sustentável na coletividade.

Guimarães (2000), nos mostrar às diferenças entre as concepções conservadora e crítica da Educação Ambiental:

Há uma abordagem que homogeneiza e superficializa o discurso de Educação Ambiental – com perda do caráter crítico – e esta postura serve a – e está a serviço de – uma concepção de sociedade e seu projeto de Educação que busca ser hegemônico. Entende-se, neste estudo, por caráter crítico o que aponta a opressão do homem e da natureza, desnudando as relações de poder na sociedade, em um processo de politização das ações humanas (GUIMARÃES, 2000, p. 20).

Segundo este mesmo autor a ação política do novo cidadão passa por uma nova visão da questão ambiental:

O cidadão planetário deverá ser aquele que, ao sentir-se integrado a uma existência única, planetária, se reconhece como parte, em sua diversidade, necessária a sua complementaridade de um todo orgânico. Essa consciência construída na participação crítica e não em uma participação executora de ações predeterminadas pela lógica dominante dessa sociedade, potencializará a capacidade de atuação-transformação desse sujeito no processo social, direcionando essas ações para a construção de um novo modelo de sociedade baseado em uma ética nas relações entre os seres humanos e destes com a natureza (GUIMARÃES, 2000, p.81).

O que se espera é a formação de cidadãos mais conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida e com o bem-estar de cada um, da sua comunidade e da sua sociedade como um todo. Para isto é necessário mais que informações e conceitos. É fundamental que o trabalho seja feito com formação de valores e atitudes, para que se possa, de fato, contribuir para a formação da identidade como cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o Meio Ambiente, e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele, buscando a equidade e nova forma de governo onde a participação social esteja presente, onde busque a construção de valores éticos na construção

de novas bases da relação humana, de um novo modelo de sociedade, através de um novo processo que articule reflexão e ação, ou seja: a práxis transformadora .

4- COPACABANA

4.1- Copacabana: um pouco de sua história

Neste capítulo apresentaremos de maneira sucinta um histórico do bairro de Copacabana (surgimento e desenvolvimento) e uma sucinta caracterização socioambiental que servirá como parâmetro de análise das concepções e práticas das organizações em relação a temática socioambiental.

Este levantamento tem por objetivo, simultaneamente, permitir uma melhor visualização dos problemas socioambientais de Copacabana, e avaliar a adequação (contextualização) das atividades de Educação Ambiental em relação à realidade do bairro.

No começo era tudo um imenso areal. “Imenso areal que tanto impressionou e comoveu estrangeiros, hoje uma cidade, a mais bela cidade do mundo gritam, não apenas o nosso sentimento patriótico, mas vozes as mais diversas, de forasteiros que por aqui aportam” (MORAIS, 1959, p.6).

De acordo com a autora Moraes (1959), existe nas margens do Lago Titicaca uma pequena península entre o Peru e a Bolívia. Um Templo Sagrado foi erguido pelos Incas e foi por eles chamados de Copacabana, expressão que vem de Copa e Caguana, que em quíchua, idioma antigo dos peruanos, significa lugar luminoso, ou ainda com costa de Copacabana, azul e Cahuana, mirante, observatório, e portanto significado mirante ou observatório do azul. Esse santuário foi destruído pelos espanhóis, companheiro de Pizarro e Almagro, e, mais tarde, o Conde de Lemos, vice-rei do Peru, ali construiu outro templo, substituindo o antigo ídolo aborígine por uma imagem da Virgem Maria sob a invocação de N. S. das Candeias ou Candelária. Essa imagem criou fama, tantos os milagres realizados, recebendo a denominação de N. S. de Copacabana.

Presume-se que essa imagem foi trazida por um dos “peruleiros”, homens que faziam viagens de negócio até o Peru, a qual permaneceu por muitos anos na Igreja da Misericórdia.

Copacabana era apenas uma grande praia, até que foi ocupada pelos portugueses. Era delimitada por uma cadeia de morros e habitada por índios Tamoios, que a chamavam Sacopenapã, denominação que será encontrada nos mapas da cidade até meados do século XVIII.

Em 1746 o bispo D. Frei Antônio do Desterro, ao regressar de uma viagem a Angola, já próximo ao litoral de Copacabana, escapou com vida de um naufrágio. Em meio ao desespero da situação, D. Antônio prometeu a Santa que se sobrevivesse à intempérie construiria uma igreja em gratidão. Assim, no mesmo ano

foi construída a igreja em devoção à virgem de Copacabana onde hoje funciona o forte de Copacabana, no Posto 6 (BAIRROS DO RIO, 2000, p.13).

A dificuldade de se chegar ao bairro, cujos acessos se davam pelas trilhas tortuosas através dos morros que protegiam o extenso areal, era o principal fator do isolamento de Copacabana, que seguia alheia ao crescimento dos demais pontos da cidade. Mesmo assim, os pescadores que habitavam o local viram o surgimento de chácaras e sítios, onde os moradores abastados de outros bairros desfrutavam seus períodos de veraneio (BAIRROS DO RIO, 2000, p.14).

Como afirma Morais (1959), no século XVIII, os terrenos de Copacabana eram bastante aproveitados para a lavoura. Seus produtos eram transportados para a cidade, para fora da barra ou conduzidos em lombo de burros até o rio Berquó (Botafogo, na altura de São Clemente), na época perfeitamente navegável. Ali eram colocadas em pequenas embarcações, seguindo para o Saco de São João de Souza (Botafogo) e depois, por via marítima até a cidade. Eram muito afamados os ananases de Copacabana.

Antes da implantação de serviço de bondes, apenas as antiquadas diligências faziam o transporte para Copacabana, atendendo a poucos passageiros. Na verdade, serviam apenas aos convalescentes, banhistas e hóspedes da casa de saúde e do hotel do Dr. Figueiredo Magalhães, que durante algum tempo, manteve o serviço de diligências e fez a conservação da “estrada de Copacabana”. Mas a manutenção do caminho era esporádica. (CARDOSO ET AL, 1986, p.61)

Em 1873, o Barão de Mauá obteve autorização para instalar os primeiros fios telegráficos através do mar, por um cabo submarino. Os trabalhos começaram num terreno desmembrado da Fazenda de Copacabana, na praia das Pescarias, atual Posto Seis. Entre cajueiros e pitangueiras foram construídas duas casas, uma por onde passava o cabo submarino e a outra, ao lado, para os funcionários, era a casa dos ingleses. De Copacabana, a partir de junho de 1874, o Brasil passou a ser ligado à Europa por esse cabo submarino¹

4.1.1 – O Transporte de Copacabana

O transporte de Copacabana evoluiu da seguinte maneira: a 6 de julho de 1892, o engenheiro José de Cupertino Coelho Cintra entrega pronto o Túnel de Copacabana, inaugurando-o nesta data, para dar passagem ao primeiro bonde, ainda de tração animal. Em 1901 surgem os primeiros bondes movidos à eletricidade para o ramal do túnel de Copacabana (MORAIS, 1959, p.19).

¹ FONTE: www.copacabanaonline.com.br/história.asp. Disponível em 16/02/2006.

De acordo com Laumanier (2001), a primeira estação de bondes da Cia. Ferro-Carril Jardim Botânico, foi construída em 1892, na esquina das Ruas Copacabana e Barroso, atual Siqueira Campos, ao lado da Praça Malvino Reis, hoje Serzedelo Corrêa. A estação era conhecida como o “Ponto do Cem Reis”, por ser o valor da passagem do bonde.

O bairro só passou a ser sistematicamente ocupado à partir de 1892, após a abertura do túnel Real Grandeza (atual túnel Velho) pela Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico, permitindo a ligação de Copacabana a Botafogo. A linha de bonde se estendeu do bairro vizinho à Praça Malvino Reis (atual Serzedelo Correia). Dois anos mais tarde, o bonde chegava à igreja de Copacabana, no posto seis e, em 1900, outro ramal, partindo da Praça Malvino Reis, fez a ligação com o Leme. Com o acesso facilitado, começou a abertura de ruas e a proliferação dos loteamentos. (BAIRROS DO RIO, 2000, p.14)

A inauguração do túnel do Leme (atual túnel Novo) aconteceu em 1906, mesmo ano em que foi aberta a Avenida Atlântica. No início do século XX, na gestão Pereira Passos, os banhos de mar entraram na moda, em horários regulamentados pela Prefeitura. Por conselho médico, os banhos só deviam ocorrer “ao morrer da madrugada” e pouco antes de “o sol se pôr”. Em 1918, quando o bairro já tinha um aspecto residencial mas definido, a igreja de Copacabana foi demolida para dar lugar à construção do Forte de Copacabana, no posto seis. Em 1931, o transporte coletivo ganhou novo impulso com a circulação dos ônibus da Light (BAIRROS DO RIO, 2000, p.16-17).

Segundo Cardoso et al (1986), desde 1931 circulavam os ônibus da Light e o transporte individual iniciava sua expansão. Bondes, ônibus e automóveis disputavam os espaços nos túneis que ligavam o bairro ao resto da cidade.

4.1.2 – O Desenvolvimento do Bairro

De acordo com o site: www.copacabana.com, (16/02/2006), a pintora e escritora inglesa Maria Graham, em 1824, publicou o primeiro livro que mencionava [Copacabana](#). Em seu livro Diário de uma viagem ao Brasil, a autora fez o seu relato: disse que depois que voltou, juntou-se a um alegre grupo num passeio a cavalo à [Copacabana](#), pequena fortaleza que defende uma das baías atrás da Praia Vermelha, e de onde se pode ver algumas das mais belas vistas. As matas das vizinhanças são belíssimas e produzem grande quantidade de excelente fruta chamada cambucá, e nos morros o gambá e o tatu encontram-se freqüentemente.

Haverá em todo o mundo praia mais bela que Copacabana? Cremos que não, e estão pensando conosco todas as pessoas viajadas, as que melhor conhecem as praias de França, dos Estados Unidos, da Itália, as mais famosas e as mais freqüentadas pelos turistas. Nada nos falta para sermos o

grande centro de atração turística da capital. Temos hotéis de luxo asiático, confortáveis como os melhores de Nova York. Essa beleza e excelência de Copacabana nós nunca poderemos nos cansar de apregoar aos quatro ventos, como bons Copacabanenses, ávidos de progresso e de riqueza. Um programa de atração de turistas precisa ser levado a efeito pelo Governo da Cidade, em benefício desta, tendo Copacabana como eixo. Só assim, os bairros Atlânticos, darão o pulo da prosperidade (LAMAUNIER, 2001, p.111).

De acordo com Morais (1959), em 1843 a ecologia estrangeira divulga Copacabana: o botânico Sir Weddell descreve Copacabana do ponto de vista da sua flora.

Em 1904 foi fundado o primeiro estabelecimento Comercial de Copacabana, na esquina da Rua Barroso, atual Siqueira Campos, com Rua Copacabana. Era a Casa de Comestíveis “U BOM MARCHÉ” (LAUMANIER, 2001, p.140).

Para Morais (1959), entre os símbolos cariocas mais famosos, o mosaico da calçada da Av. Atlântica, com os seus 5.150m de extensão, é o complemento perfeito para um dos cartões postais de maior beleza do Rio de Janeiro-Copacabana, construído em 1906. Seu desenho em duas cores, formando ondas pretas e brancas, transformou-se na identidade do próprio bairro. Esse motivo em ondas, com origem em Portugal do século passado, foi adotado pelo Prefeito Pereira Passos, que, em seu discurso assim se referiu ao calçamento “[...] passeio que constituirá de futuro, um dos encantos da cidade”.

A urbanização do bairro começou pelo Leme, pela área em torno da atual Praça Serzedelo Correa e pela Igrejinha. Antes da Construção da Av. Atlântica, a praia não passava de fundo de quintal das casas da orla. Em 1909, depois da abertura do Túnel Novo, o metro quadrado do Leme “valia uma fortuna” (CARDOSO ET AL, 1986, p.70). A moda dos banhos de mar pegou, e em 1909 a Prefeitura resolveu regulamentar o seu funcionamento (MORAIS, 1959, p.8). Em 1910 foi fundado o primeiro cinema do bairro, na praça Serzedelo Correa (CARDOSO ET EL, 1986, p.98), e em 1914 foi inaugurado o Forte de Copacabana (MORAIS, 1959, p.21).

De acordo com o autor Laumanier (2001), em 1916, sob os auspícios do jornal “Copacabana” foram realizados os dois primeiros concursos de beleza para apurar qual é o mais “feio” morador de Copacabana e qual a Senhorita mais famosa. É do “Copacabana” de 24 de dezembro de 1916 que extraíram a relação de inscritos, sendo que os vencedores foram: O mais feio: Gastão Lamounier, com 151 votos, e a mais formosa, com 257 votos, foi a sortuda Virgínia Serrano.

Conta-nos este mesmo autor, Laumanier, que o banho de mar em Copacabana só era utilizado, inicialmente por recomendação médica. À partir da década de 1910, transformou-se numa agradável forma de

lazer. A princípio, as famílias mais requintadas, antes de existir o serviço de salvamento, se utilizavam de indivíduos acostumados ao mar, de um modo qual, pescadores da região para acompanhá-los nesse divertimento. As passagens de bondes, compradas nas estações, continham propaganda, escritas em versos recomendando esse hábito saudável.

Em 1917, o Prefeito Amaro Cavalcante baixava decreto regulamentando o uso do banho de mar:

O banho só será permitido de 2 de Abril e 30 de Novembro, das 6:00 às 9:00 e das 16:00 às 18:00 horas. De 1º de Dezembro a 31 de março, das 5:00 às 8:00 e das 17:00 às 19:00 horas. Nos domingos e feriados havia uma tolerância de mais uma hora cada período. O mesmo decreto cuidava da pudicícia dos trajes, recomendando “vestuário apropriado com a necessária decência e compostura”. Outro item referia-se aos ruídos e vozerios, tanto para a praia quanto para o mar, que eram absolutamente proibidos. Aos transgressores aplicavam-se multa de vinte contos de reis ou cinco dias de xadrez (RIOTUR, 1992, p.91).

Em 5 de julho de 1922 aconteceu o episódio conhecido como a Revolta dos 18 do Forte, quando as tropas do Forte de Copacabana tomaram parte no movimento tenentista contra o Governo Epitácio Pessoa. Durante o incidente, o Forte do Leme foi atingido por dois tiros de canhão da fortificação revoltosa. Ao fracassarem as negociações, 32 soldados abandonaram o Forte para combater na Av. Atlântica. Um civil aderiu ao grupo e, após a debandada de vários praças, 18 chegaram à areia, onde acabaram mortos ou gravemente feridos pelas tropas legalistas. Destes, somente Eduardo Gomes e Siqueira Campos sobreviveram ao último tiroteio. Os 18 do Forte tornaram-se símbolo da resistência à velha ordem e da luta pela modernização (BAIRROS DO RIO, 2000, p.16).

Em 1923, com a inauguração do Copacabana Palace, a praia, e por extensão o bairro, ganhou foros de atração internacional.

Segundo Bairros do Rio (2000), o grande impulso de crescimento de Copacabana coincidiu com um movimento especial no país. O movimento Modernista, no campo das artes, e a Revolução de 1930, na área política, colocaram em evidência o Brasil urbano. O Rio de Janeiro, então Capital Federal, viveu uma importante expansão industrial e se tornou o principal centro urbano do país. Com a construção do Copacabana Palace, o bairro entrou para o mapa do turismo internacional e acabou se tornando o palco de uma urbanização singular ao

contrário do centro e de outros bairros mais antigos, Copacabana floresceu em um cenário sofisticado, com grandes edifícios de apartamento e um novo conceito de moradia e vizinhança.

Em 1928, mostra a preocupação que tem o prefeito com o lixo particular (doméstico) já que vem olhando Copacabana com interesse, calçando ruas e praças, arborizando com seus verdes oitis e frondosas amendoeiras (LAUMANIER, 2001, p.121). Prédios estilo art déco começaram a proliferar nos anos 30 (BAIRROS DO RIO, 2000, p.17).

Copacabana já nasceu moderna e cosmopolita, lançando modas e desenvolvendo hábitos e costumes próprios, diferentes daqueles do interior e das vilas e casas dos Subúrbios. Trata-se de um bairro movimentado e com muitos arranha-céus, comércio diversificado e uma noite agitada. Em Copacabana instalou-se a elite urbana do país, estrangeiros, artistas e intelectuais (BAIRROS DO RIO, 2000, p.17).

Com a construção do Copacabana Palace, a vida do Bairro passou a girar entre o hotel e o Lido. Mais tarde, nos anos 30, o Posto 4 era a Zona considerada “chic”. Aos poucos a Av. Atlântica se tornou o local mais procurado para se morar (CARDOSO ET AL, 1986, p.70). Foi o Copacabana Palace que fez com que surgissem, nas suas imediações, boates, situadas nas ruas Rodolfo Dantas e Duvivier. A preferência que sempre mereceu dos estrangeiros tornou Copacabana uma cidade cosmopolita, e nenhum outro bairro jamais conseguirá tão acentuada vida noturna. No verão, muita gente depois de uma sessão de cinema, acaba nos bares da praia “bebericando” chopp ou tomando sorvetes, ou até vão esperar o sol nascer, dentro ou fora de uma boate (MORAIS, 1959, p.13).

Nos anos 30 foram abertas agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, porque “a vida comercial do bairro rivaliza com a do centro”, e em 1934 começa o saneamento de Copacabana, pela Rua Santa Clara, onde se iniciou a construção das galerias para dar vazantes às águas pluviais (LAMAUNIER, 2001, p.120). Uma pedra foi retirada, em 1935, sendo construída em seu lugar a piscina do Copacabana Palace, a outra, ao seu lado considerada uma verruga na paisagem, foi destruída, nos anos 50, sendo substituído por um conjunto de edifícios (CARDOSO ET AL, 1986, p.59).

Cardoso et al (1986), mostram que a Associação do Comércio e Indústria de Copacabana em 1935, revela claramente o predomínio do comércio do bairro, e iniciava uma campanha para que moradores realizassem todas as suas compras em Copacabana. Com um significativo aumento de população com grande poder aquisitivo, Copacabana criou condições para a formação de um importante sub-centro ou centro funcional, caracterizado por acesso facilitado, presença de escritórios e consultórios; serviços financeiros, serviços comerciais múltiplos e especializados, serviços culturais e recreativos, mas o comércio de padarias, quitandas e farmácias continua predominando até os anos 40. Ao lado desses estabelecimentos, eram comuns também as

leiterias e os cafés, com salão de bilhar na sobreloja. Porém, só na década de 40, foi aberto ao público às primeiras galerias comerciais e em 1957, os jornais anunciavam o lançamento, na Rua Siqueira Campos, daquele que seria o primeiro “Super-Shopping Center do Mundo”.

Segundo Bairros do Rio (2000), durante os anos 40, em vez dos tradicionais botequins do Centro, os moradores e freqüentadores do novo bairro começam a freqüentar seus 2 cassinos: O Copacabana e o Atlântico, boates, cinemas e *nightclubs*, vendo assim surgir no bairro sua vocação para uma boemia sofisticada. Durante o dia a praia era um centro de lazer natural, onde além do banho de mar, se praticavam futebol de areia e a peteca. Com o desenvolvimento do bairro, com grandes prédios e muitas esquinas, surgiram os grupos de jovens nas ruas, que ficaram conhecidos como “turmas”, sendo a mais famosa a da rua Miguel Lemos, onde até hoje, as festas e eventos ocorrem animadamente.

Em 1945, já jogava-se “pelada”, peteca, box, luta livre ou simplesmente plantava-se bananeiras, brincadeiras usadas por homens sérios e engravatados quando livres. Afinal, em Copacabana “todos os complexos se acabam, todas as convenções se anulam, todos os preconceitos se destroem”. Nos anos 50 veio a raquetinha, mais tarde denominado frescobol (CARDOSO ET AL, 1986, p.123).

A partir de 1945, estabelecimentos comerciais sediados no Centro abriram filiais em Copacabana. No ramo de eletrodomésticos, foi grande o número de lojas abertas em Copacabana no Pós-guerra, vendendo o que havia de mais moderno nos Estados Unidos. Surgiram também pequenos teatros, ao contrário dos cinemas, sempre grandes e luxuosos, conforme Cardoso et al (1986) e em 1946, Copacabana abriga a primeira pizzaria carioca, a Tamaraty, na rua Domingos Ferreira (MORAIS, 1959, p.21).

Como afirmam Cardoso et al (1996), em 1948 foi aberta uma Clínica de atendimento permanente, 24 horas por dia: Clínica Dr. Galdino Campos, e vários edifícios de escritórios e consultórios médicos e dentários foram construídos. A partir de 1950 ocorreu a abertura de grande número de bares, restaurantes e boates.

Nos anos 50, de acordo com a obra Bairros do Rio (2000), o bairro já concentrava toda vida noturna da cidade e boa parte do comércio. O consumo ganhou nova dimensão. Transitar pelas calçadas de Copacabana passou a ser um exercício de paciência devido a um grande número de pessoas, a maioria em busca das novidades das vitrines, do mesmo modo o número de veículos nas ruas era proporcionalmente comparável ao do centro da cidade, especialmente pela grande quantidade de ônibus e carros de passeio. Rapidamente a passagem da praia foi sendo cada vez mais confinada à estreita faixa delimitada pela Avenida Atlântica, ao mesmo tempo em que os arranha-céus foram ocupando os 5,2 km² do bairro.

Ainda de acordo com a obra *Bairros do Rio* (2000), Copacabana cresceu e atraiu moradores de classe média de outras áreas, que chegaram para disputar o espaço com a elite carioca. Todos em busca do glamour que Copacabana conferia aos seus moradores, mesmo ao preço de viver em espaços apertados. Morar em Copacabana virou símbolo de status, noção que estimulou uma ocupação desordenada.

Em 1952 foi inaugurado o primeiro Bob's, embrião de uma vasta cadeia de lanchonetes na Rua Domingos Ferreira (CARDOSO ET AL, 1986, p.97).

No dia 5 de agosto de 1954, no 2º Governo de Getúlio Vargas, outro evento violento colocou o bairro no centro da história do país. Três pistoleiros tentaram “piratar”, na rua Tonelero, um dos opositores mais ferrenhos de Vargas, Carlos Lacerda. No atentado, morreu o chefe de segurança dele (BAIRROS DO RIO , 2000, p.18).

Mostram ainda Cardoso et al (1986), que em 1956 foi criada uma legislação especial para Copacabana, que restringia a ocupação total do terreno, e que só no ano de 1956, Copacabana fez brotar 225 novos prédios. O Barata Ribeiro 200 foi um símbolo desses prédios, sendo provavelmente o que abrigava o maior número de pessoas. No edifício de 10 pavimentos, residia uma população de cerca de 2.500 pessoas. Em 1957, por determinação legal ficou obrigado a construção de vagas para automóvel de acordo com o número de apartamentos.

Em termos sócio-econômicos, o recorte do bairro tem entre dimensão, que pode ser medida pelo valor dos aluguéis, de acordo com o ponto. O inusitado crescimento do bairro colocou, lado a lado, o pequeno e o grande burguês, sobrando ainda um bom espaço para a classe média (CARDOSO ET AL, 1986, p.73).

Como afirma Gilberto Velho, em seu conhecido estudo sobre Copacabana, “A Utopia Urbana”, não se pode explicar Copacabana a partir de uma “Teoria Conspiratória”, “em que meia dúzia de empresários corruptos resolveu criar uma empreitada lucrativa às custas dos pobres inocentes”. A criação do Mito de Copacabana não se deu num vazio e sim explorando determinadas condições tanto econômicas, dadas pelo mercado imobiliário; quanto jurídicas, dadas pela permissividade da legislação urbanística, e ideológicas, dada pelo desejo latente de certos grupos sociais que identificavam prestígio social com local de residência. Podemos afirmar que a Copacabana que o carioca tem na cabeça e que se tornou internacional se deve, em síntese, a três fatores: ao desenvolvimento da produção capitalista na moradia (a incorporação imobiliária), ao crescimento das camadas médias na cidade, e à procura de prestígio social dado pelo local em que se mora (CARDOSO ET AL, 1986, p. 132).

Segundo a obra *Bairros do Rio* (2000), o bairro viu surgir no fim dos anos 50, a bossa nova, movimento musical que transformou o perfil da música popular brasileira e chamou a atenção do mundo para a produção artística do país. Nesta década, especialmente nos anos de Juscelino Kubitschek, quando a economia do país

experimentou um de seus momentos mais vigorosos, Copacabana viveu seu apogeu e foi o retrato do Brasil Moderno.

Em 1960, o gabarito dos prédios foram liberados e em 1963 por decreto foi sustada a construção dos prédios conjugados, conhecidos também como *Kitchnettes*. Nesta década de 1960 Copacabana se tornou auto-suficiente, pois, já era possível nascer, viver e morrer sem sair do bairro. A febre imobiliária de Copacabana começou a chegar nos bairros vizinhos, onde se encontrava boa parte da elite carioca. E, a partir dos anos 70, estes bairros, aparentemente mais tranquilos, começaram a “roubar” o status de Copacabana como locais elegantes, sem o caos urbano em que se transformara o gigante da Zona Sul devido ao crescimento desordenado.

De acordo com a obra *Bairros do Rio* (2000), Copacabana por ter se transformado em uma das maiores concentrações urbanas do país, com problemas decorrentes dessa ocupação, perdeu o status de bairro sofisticado, o prestígio do bairro entrou em decadência, mas mesmo assim manteve sua singularidade e vocação cosmopolita, sendo ainda uma das principais referências de Modernidade do Rio de Janeiro.

Apesar do prestígio não ser o mesmo dos anos 50, Copacabana continua sendo um dos bairros mais célebres da cidade. A decadência é o preço da sua ocupação acelerada, sobretudo a partir da década de 70. Mesmo assim, Copacabana ainda é referência de urbanismo e modernidade. Seu amplo comércio atrai consumidores de todos os níveis sociais, que procuram desde minúsculos armazinhos, perdidos em galerias obscuras, até shoppings centers (BAIRROS DO RIO, 2000, p. 28).

Copacabana também abre espaço para a boemia e a cultura. Restaurantes de vários estilos, boates, inferninhos, *nightclubs*, lanchonetes, teatros, cinema, bibliotecas, centros culturais e livrarias garantem uma extensa circulação noturna, que faz de Copacabana um bairro que não dorme. Com o raiar do dia, é possível encontrar na mesma calçada os últimos boêmios, a terceira idade iniciando sua caminhada, e aqueles que estão saindo para trabalhar. Cada um na sua (BAIRROS DO RIO, 2000, p.28).

O bairro é uma síntese da singularidade que faz do Rio de Janeiro uma das cidades mais interessantes do planeta. O convívio de diversas classes e tribos se soma à beleza natural, marcada pela orla e pelos últimos redutos verdes. As comunidades das favelas estão a poucos metros da elite aristocrática que habita a Avenida Atlântica (BAIRROS DO RIO, 2000, p.29).

Cardoso et al (1986), mostram que construíram-se estacionamentos e garagens, foram alargadas ruas e abertos novos túneis em 1960; (o túnel Sá Freire Alvim, entre as ruas Barata Ribeiro e Raul Pompéia) e em 1963 o Túnel Major Rubens Vaz, entre as Ruas Tonelero e Pompeu Loureiro. O alargamento da Av. Atlântica permitiu à cidade renovar um de seus cartões-postais preferidos. Com o seu novo desenho urbano, a praia de

Copacabana passava a ostentar uma faixa de areia mais larga, duas pistas de tráfego, recuo para estacionamento e um vasto calçada que seria rapidamente ocupado pelos automóveis.

Em 1962 é criada a Região Administrativa de Copacabana, no governo Carlos Lacerda (MORAIS, 1959, p.22).

Um outro ponto de vista sobre essa fragmentação do bairro é oferecido pelo urbanista grego Doxiadis, que identificava nos anos 60, sete comunidades no bairro: o Leme, o Lido, os Postos 3, 4, 5 e 6 e o Bairro Peixoto. Desse conjunto, até certo ponto indiferenciado, que forma a grande Copacabana, destacam-se apenas as favelas, o Leme e o Bairro Peixoto (CARDOSO ET AL, 1986, p.72).

Nos anos de 1970, destacamos que: a) Em 1970 foi novamente liberado o gabarito dos prédios, fixado em 10 pavimentos, o que permaneceu até o ano de 1975. Nesta época, no entanto, foram construídos os dois prédios mais altos do bairro, os Hotéis OTHON e MÉRIDIEN, favorecidos por legislação especial sob alegação de incentivo à indústria hoteleira (CARDOSO ET AL, 1986, p.188); b) Em 1970 surge o primeiro supermercado da cidade aberto 24 horas por dia, fato que só podia ocorrer em Copacabana, devido ao seu intenso movimento noturno (CARDOSO ET AL, 1986, p.98); c) Em 1971 é inaugurada a obra de alargamento da Av. Atlântica (MORAIS, 1959, p.22); d) A primeira Associação de Moradores de Copacabana foi a do Bairro Peixoto e a segunda, foi a da Praça Cardeal Arcoverde, na década de 70 (CARDOSO ET AL, 1986, p.126); e) Em 1976 instituiu-se o *reveillon* de Copacabana, por iniciativa do Hotel Méridien-Rio, que promoveu uma deslumbrante queima de fogos (MORAIS, 1959, p.23). De acordo com o site copacabana.com, antes, o Reveillon era uma festa de cunho religioso e freqüentada por poucos milhares de moradores de Copacabana e devotos. Desde meados da década de 80 do século passado, com a sofisticação, adesão dos [hotéis da orla da praia de Copacabana](#) e o apoio das autoridades, o Reveillon de Copacabana transformou-se num dos principais eventos de final de ano do mundo, recebendo mais de 2 milhões de pessoas que juntas celebram o novo ano e a paz. f) No final da década de 70, a multinacional Mac Donald's abriu a

primeira de suas lanchonetes brasileiras na Rua Hilário de Gouveia (CARDOSO ET AL, 1986, p.98).

Afirmam Cardoso et al (1986), que uma pesquisa realizada pelo Jornal do Brasil, em 1983, informava que na esquina da Rua Figueiredo Magalhães com a Av. Atlântica passavam diariamente, entre às 5:00 horas da manhã e meia noite, 6.600 ônibus, o que significava na hora do pique, quase 11 ônibus por minuto. A mesma pesquisa indicava que existiam menos de 60.000 garagens no bairro para 100.000 imóveis, o que significa que 26.100 carros estavam estacionados na rua. A saturação do bairro não se deu da noite para o dia e tem por trás de si uma longa história.

Em 1984, Copacabana, que durante décadas perdeu ou viu diminuir sua área verde, ganhou o Parque da Chacrinha. Nele foi plantado um espécime raro, a *Eugenia Copacabanensis*, araquá da praia, planta nativa de Copacabana, que havia desaparecido com a urbanização daquele “imenso areal deserto” (CARDOSO ET AL, 1986, p.127).

Em 1985, o prefeito Marcelo Alencar, atendendo à reivindicações da comunidade, manda plantar verdadeiros oásis de coqueiros na areia de Copacabana (MORAIS, 1959, p.23).

Em Setembro de 1985, o Governo Brizola instalou um elevador sobre plano inclinado, com 130m de extensão em uma das favelas de Copacabana, meio de acesso inédito nas favelas do Rio (RIOTUR, 1992, p.68).

O copacabanense, pela facilidade de absorver com muita peculiaridade conceitos modernos, passou a ser o ponto de identificação para tudo e todos que ali chegam.

Aliás, basta pisar em Copacabana e pronto, vem logo a necessidade de adquirir o mesmo jeito descontraído de seus moradores, com pele sempre bronzeada e boa forma física devido à praia, que incentiva uma saudável preocupação com o corpo (MORAIS, 1959, p. 90).

A especulação imobiliária ocorreu a uma velocidade muito grande, como podemos verificar a seguir:

Copacabana definiu-se inicialmente como bairro exclusivamente residencial porque não houve interesse nem condições para a localização industrial, como ocorreu com o Jardim Botânico e a Tijuca. No entanto, em pouco tempo, devido a presença da praia, o bairro tornou-se um centro de lazer. Assim, foi sendo montada toda uma infra-estrutura turística, incluindo balneários, pensões, hotéis e bares-restaurantes (CARDOSO ET AL, 1986, p.23).

Desde 1915, a empresa de construções civis, reclamava que seus terrenos nas encostas dos morros vinham sendo invadidos. A mata estava sendo derrubada para a construção de casebres, em desacordo com as posturas municipais, surgindo assim as nossas tão conhecidas favelas.

A indústria imobiliária, estimulada pela demanda e pela falta de lei de Zoneamento e ocupação, construiu freneticamente novos edifícios, de estilo duvidoso e muito menos glamurosos dos que os de 1930. Ao lado dos palacetes de portarias suntuosas surgiram a partir dos anos 50, os edifícios chamados “cabeça-de-porco”. Apartamentos conjugados passaram a ser ocupados por famílias economicamente menos favorecidas, em prédios com centenas de unidades (BAIRROS DO RIO, 2000, p. 20-21).

O *boom* imobiliário aconteceu com mais força nos anos 40 e 50. As áreas verdes deram lugar a uma selva de concreto e o bairro cresceu verticalmente. O *boom* imobiliário abalou fortemente toda a estrutura urbanística da cidade. Copacabana, durante esse período, concentrou toda a problemática da expansão capitalista subdesenvolvida: crescimento desordenado, alta densidade demográfica, código de obras deficientes, falta de regulamentação, companhias-fantasmas, aventureirismo, crescimento predatório, despreocupação, formas arquitetônicas e à organização do espaço interno etc (sti.br.inter.net/rafaas/cidaderj – 16/02/2006).

Segundo a obra Bairros do Rio (2000), o senso demográfico entre 1920 e 1970, década a partir da qual começou o declínio da fama ou do prestígio do bairro, a população de Copacabana cresceu quase 1500 % ao passo que a cidade expandiu-se apenas em 240%. Em 1963 foi proibida a construção de novos edifícios com apartamentos conjugados que proliferaram no bairro. Entre 1945 e 1965, o número de habitantes praticamente dobrou e que estudos realizados nos anos 70, tomando por base o preço do aluguel residencial, mostraram que, de um modo qual, as classes mais ricas ocuparam as áreas da orla; a camada média, ocupava o trecho entre Av. Copacabana e a Rua Barata Ribeiro e as ruas transversais e a classe média baixa, se situava em trechos do posto quatro e dois. Área onde há grande concentração de comércio, bares e restaurantes têm o aluguel mais barato, assim como os trechos próximos às favelas.

Copacabana cresceu e muito! Sua população passou de 17.823 habitantes em 1920 para 228.252 habitantes em 1980, levando a que, a partir de 1940 e até 1970, o crescimento anual médio do bairro fosse maior do que a própria cidade. Tão grande foi esse crescimento, que no seu pico, durante os anos 70, a densidade populacional chegou à atingir a patética cifra de 700 habitantes/há, bem diferente daqueles 47 habitantes/há de 1920. Tamanho afluxo de população resultou em que 98% de suas construções se constituísse de edifícios. Soma-se a essa população residente as milhares de pessoas que deslocam-se diariamente para o bairro para fazer

compras ou trabalhar, acrescenta-se um punhadinho de turistas, junta-se milhares de carros e centenas de ônibus e teremos uma exata noção de como Copacabana cresceu (CARDOSO ET AL, 1986, p. 64).

4.2- Caracterização Socioambiental de Copacabana

Nos anos 30 quando floresceram os palacetes e prédios suntuosos de Copacabana, faziam parte do cenário, já em proporções razoáveis, as favelas nos Morros da Babilônia, Leme e do Cantagalo, pois desde 1915, as empresas de construção civil reclamavam que seus terrenos vinham sendo invadidos e que as encostas estavam sendo desmatadas para a construção de barracos.

As favelas do Pavão, Cabritos, Chapéu Mangueira e Babilônia formam hoje Comunidades importantes, com grandes representações e enorme número de moradores.

No dia 06/06/1926 foi notícia na Revista Beira Mar: “O espantoso progresso de Copacabana, que cresce na proporção de 2 casas por dia, concorre para o congestionamento em certos trechos, que são como as suas embocaduras” (LAUMANIER, 2001, p.78).

Beira Mar, 1927: Copacabana sob a vigilância da Guarda Noturna; Dados positivos sobre o utilíssimo serviço desta instituição. Discorre sobre redução os serviços que prestam à ordem e à calma de que gozam os moradores, tudo devido a vontade férrea de seus dirigentes, que não poupam esforços no sentido de bem servir ao público, com seus 35 anos contra os delitos noturnos (LAUMANIER, 2001, p.118).

Nos anos 30, a prostituição é, sem dúvida, uma das marcas registradas do calçadão da Av. Atlântica. Esse fato não é novidade: desde 1940, causava preocupação a presença de mulheres desocupadas na Av. depois das 23 horas, oferecendo “flagrantes deprimentes e vergonhosos para as famílias” (CARDOSO ET AL, 1986, p.111). Causava também preocupação a segurança. “A falta de segurança é um velho problema da cidade e de seus bairros. O assalto a uma loja na Av. Copacabana em 1933, causava escândalos devido a audácia dos ladrões, a moda dos gangsters, sem dúvida influenciados pelos métodos apreendidos no cinema” (CARDOSO ET AL, 1986, p.140).

Como afirma Morais (1959), o aristocrático bairro de Copacabana já possuía, em 1934, favelas de grandes proporções: a do Morro da Babilônia e a do Cantagalo, tanto que, foi construída no local a Casa do Pobre, com o objetivo de evitar a invasão dos morros, mas a proposta não vingou e a cadeia de montanhas que circunda Copacabana continuou a receber um número cada vez maior de barracos, inclusive todas elas com associação de moradores.

Com a necessidade de abrirem ruas, mostram-nos Cardoso et al (1986) que desapareciam os espaços livres, e que aumentava a população de toda Copacabana, tornava-se patente à falta de praças públicas. Em 1935, uma comissão de moradores solicitava ao prefeito Paulo Ernesto a criação de uma praça ajardinada na Av. Atlântica, entre as ruas Bolívar e Barão de Ipanema, à semelhança do Lido, argumentando que Copacabana se ressentia da falta de Jardim. A reivindicação não foi atendida; pelo contrário, a antiga Praça Barão de Santa Leocádia, cedida no final do século anterior por Guimarães Caipora à Companhia Jardim Botânico, foi ocupada por prédios, inclusive o do cinema Roxy. Assim, o bairro conseguiu a triste proeza de não aumentar suas áreas livres e verdes e ainda vê-las diminuir. Fato que se agravaria mais ainda no futuro, pela ação da própria Prefeitura, que reduziu as áreas de praças, ocupando-as com escolas e transformando outras em ilhas quase inacessíveis, cercadas de vias de tráfego intenso.

Ainda em 1935, reivindicava um pouco mais de sombras para as praias com a implantação de amendoeiras, como no Posto 6. Apesar da previsão no projeto de alargamento da praia, em oásis em diversos pontos da areia, os moradores teriam que esperar 50 anos por esse melhoramento, pois somente em 1985 foram plantados coqueiros na areia junto à calçada (CARDOSO ET AL, 1986, p.59).

Em 14/05/1938, diz o autor Lamaunier (2001), que a revista Beira Mar já anunciava o problema do transporte para Copacabana: “São insuficientes os transportes atuais - Urge modernizar esse serviço e dotar o nosso bairro de maior número de veículos”. O problema do tráfego em Copacabana é, evidentemente, uma questão que merece o mais rápido estudo dos poderes competentes. A população, com os arranha-céus, os novos hotéis e novas construções, tem aumentado aqui de maneira espantosa. Não há ônibus e bonde que chegue em certas horas para transportar convenientemente todos os que demandam os seus serviços ou regressar ao lar, já cansados, depois de um dia de intenso labor. Conhecendo a boa vontade do prefeito Henrique Dodsworth poderemos discorrer sobre o assunto: Somente tirar os postes de iluminação do centro da Av. Atlântica, fazer passar alguns ônibus pela rua Copacabana, tudo isso o mais que consegue é desafogar por algum tempo o atropelo dos veículos, sem proporcionar ao público o sossego para as suas viagens, o que poderá ser resolvido com o aumento do número de ônibus e bonde e isso viria agravar a situação. Para o estado em que chegamos, só há duas soluções: Uma é o planaereo e a outra o Metrô. Há na Prefeitura um

projeto de construção de sistema de transportes aéreos, idêntica a que existe na Inglaterra, em Colasgow. Liga todos os morros com esse meio de locomoção, mas a comunidade não quer isso. Quer o Metrô. Copacabana necessita desafogar o seu movimento de veículos sem perda de tempo. O nosso bairro precisa receber o benefício do metrô, que virá descongestionar o movimento cada vez maior de Copacabana, e serão necessárias no mínimo cinco estações.

Observamos também através de Cardoso et al (1986), que em julho de 1938, o Correio da Manhã anunciava que “garotos maltrapilhos”, na maioria “negrinhos” invadiam o bairro devido o aumento das favelas, criando muitos problemas para os moradores. Eles foram chamados de pivetes.

O Rio de Janeiro sem o metrô não pode se orgulhar de ser uma grande cidade, ou melhor, uma das mais importantes do mundo como merece. Londres, Paris, Berlin, Buenos Aires, Nova York e todas as cidades notáveis possuem metrô [...] (LAMAUNIER, 2001, p.86-87).

De acordo com o autor Lamaunier (2001), em 10/10/42 é noticiado na revista Beira Mar o “Socorro Urgente de Copacabana” que era uma turma de choque que se destinava a uma situação restrita ao campo dos acontecimentos civis resolvendo conflitos de menor extensão, acidentes de rua, desordens, depredações. Cooperava com as autoridades distritais no saneamento da Zona, limpando-as de malandros, gatunos e desordeiros.

Cardoso et al (1986) afirmam que as dificuldades no trânsito se agravavam devido ao fato de Copacabana ser caminho para Ipanema e Leblon. Foram apresentadas diversas soluções para o problema de estrangulamento dos acessos, sendo escolhida a proposta de alargamento e duplicação do túnel Novo e conseqüente alargamento da Avenida Princesa Isabel. Essas obras foram inauguradas em 1949, poucos anos depois, abria-se o Túnel do Pasmado, permitindo um fluxo ainda maior para Copacabana. As décadas seguintes seriam marcadas pelo intenso desenvolvimento da indústria automobilística. O bairro naufragou em meio a milhares de veículos, que traziam a reboque os congestionamentos, a poluição do ar e sonora, e para os quais se impunha o que já faltava aos moradores: o espaço. Era necessário espaço para o automóvel circular e estacionar. Foi a partir da década de 1970 que a Avenida Copacabana começou a apresentar um alto índice de ruído devido ao tráfego intenso.

Pelo fato de ter uma população em torno de 161 mil habitantes (26,7% maiores de 60 anos) e a maior densidade habitacional da cidade do Rio de Janeiro, com 31.728 habitantes por Km², mesmo tendo um Índice de Desenvolvimento Humano (IDL) de 0,956, é de se esperar que Copacabana apresente diversos tipos de problemas socioambientais (IBGE, 2002).

Esse bairro sofre hoje com a ocupação irregular das encostas, pois possui quatro favelas (Pavão – Pavãozinho; Morro dos Cabritos; Chapéu Mangueira e Babilônia) que somam uma população em torno de 8 mil habitantes. Tem aproximadamente 67.491 domicílios e 350 pessoas morando nas ruas, algumas inclusive, assaltando e assustando idosos, mulheres e turistas principalmente. O tráfico de drogas tem como mão-de-obra menores das quatro comunidades carentes existentes, por serem pobres e sem nenhuma perspectiva. A prostituição é imensa e conhecida mundialmente, atraída pelo enorme número de turistas vindos de vários estados e países, tornando-se freqüente o turismo sexual. Existe ainda o excesso de comércio de mercadorias piratas nas calçadas do bairro pelos camelôs. Pelos dados da COMLURB (2003), são recolhidos mais de 5 toneladas de lixo por dia.

Com um crescimento desordenado, que ocorreu há algumas décadas criou-se um paredão de prédios na Av. Atlântica, principal rua do bairro, que não permite a circulação do ar.

Dados da Secretaria Municipal de Transporte indicam que existem 31 pontos de táxi, que totalizam mais ou menos 150 vagas regulamentadas, o que contribui para prejudicar ainda mais o trânsito do bairro e a falta de vagas para que se estacionem os carros particulares. A poluição do ar também é grande devido ao alto número de carros, porém hoje se encontra em nível aceitável devido à diminuição da construção civil que deixou de fazer poeira, os prédios deixaram de usar incineradores, as padarias trocaram forno à lenha pela energia e os carros sofreram mudanças devido à Resolução CONAMA 18 de 06/05/1986 (Programa de controle de Poluição do Ar). De acordo com dados da Prefeitura, a Secretaria de Meio Ambiente (SMAC) vem monitorando a qualidade do ar na Cidade do Rio de Janeiro desde setembro de 2000, através de quatro estações fixas instaladas, dentre elas, uma na Praça Cardeal Arcoverde – Copacabana, que monitora monóxido de carbono (CO), dióxido de enxofre (SO₂) e partículas inaláveis (PM10), além da temperatura e umidade relativa. A estação

móvel monitora além dos parâmetros já citados para as estações fixas, ozônio (O₃), óxidos de nitrogênio (NO_x), direção e velocidade do vento, radiação solar e pressão atmosférica.

Copacabana é o quinto bairro da cidade em poluição sonora, escuta-se barulho de freios e buzinas de carros e ônibus o tempo todo, por ser um bairro muito populoso e de passagem para outros bairros. Dados da Prefeitura nos mostram que a fiscalização de poluição sonora foi realizada inicialmente tendo como base os níveis de ruído estabelecidos no Decreto Municipal nº 5.412, de 24/10/1985. Em 2001, a Lei Municipal 3.268 de 29/08/2001 foi fixada estabelecendo procedimentos de proteção contra poluição sonora e os novos limites de ruído. Posteriormente, a Lei Municipal nº 3.342 de 28/12/2001 alterou alguns itens desta última. Em 2002, através da CCA, a SMAC elaborou a Resolução SMAC nº198 de 22/02/2002 que padroniza os procedimentos de fiscalização de poluição sonora e estabelece os limites nos diversos zoneamentos da Cidade. Desde então, a fiscalização da poluição sonora vem sendo realizada de acordo com esta Resolução.

De acordo com o site copacabana.com, o bairro tem 78 ruas, 5 avenidas, 7 travessas e 3 ladeiras. Os transeuntes (moradores e/ou turistas) percorrem as ruas durante a madrugada, brincando, brigando e falando alto. Os bares (mais de 500, conforme dados da Prefeitura) fecham muito tarde, desrespeitando o Decreto nº 18.989/2000 art. 7º § único que dispõe: “Fica proibido no horário entre 1 h (uma hora) e 5h (cinco) horas o funcionamento de estabelecimentos com atividades de lanchonete, bar e botequim situados em prédios com unidades residenciais”.

Estes estão sempre cheios e são excessivamente barulhentos. Há também os que param nas portas dos bares com o som de seus carros no último volume.

Existem no bairro, pelos dados do site copacabana.com, 14 escolas municipais, 11 estaduais e 25 particulares; 2 hospitais particulares; 1 posto de saúde; 1 Batalhão da Polícia Militar; 1 Batalhão do Corpo de Bombeiros; 1 Posto Salva Mar; 2 Delegacias da Polícia Civil, 2 estações do metrô e mais de 120 hotéis.

Considerando que a praia é a principal atração para os turistas e o mais apreciado lazer do bairro de Copacabana, existe uma preocupação com a qualidade de suas águas. É parte do trabalho da SMAC, de acordo com dados da Prefeitura, a avaliação da qualidade das águas das praias e sua divulgação diária, inclusive com

prognósticos para o dia seguinte. As águas das praias são classificadas de acordo com a legislação Resolução CONAMA nº 274, de novembro de 2000. Segundo esta legislação, as praias são impróprias para banho quando apresentam número de *E. coli* acima de 800 ou de Coliformes Totais acima de 5.000.

Os indicadores de qualidade quanto às condições de banho nas praias são os índices de coliformes fecais na água. As areias são, no entanto, uma possível fonte de contágio de microorganismos patogênicos. A presença excessiva de pombos nas praias é um outro exemplo, onde pode ocorrer a contaminação das areias com fungos nocivos, os quais associados ao lixo despejado, fazem desse local um propício meio de cultura.

A despoluição da praia depende da despoluição da Baía da Guanabara. Copacabana é arborizada apenas nas vias públicas, contando com raros jardins particulares, o que não é o ideal. Quanto mais árvores, mais fresco e agradável será o ambiente.

5 – AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE COPACABANA

Neste capítulo, procuramos verificar se os entrevistados articulavam as questões social e ambiental e analisamos as concepções de Meio Ambiente e de Educação Ambiental que as organizações praticam, se as mesmas fazem algo para mudar o atual quadro, se as organizações têm um trabalho de conscientização visando uma mudança de comportamento, se o tema Meio Ambiente estaria inserido nas preocupações da organização e sobre sua relação com os problemas ambientais locais. Pretendíamos analisar a eficiência das ações das organizações para dizer se ocorreu ou não a formação crítica do cidadão, se houve mudança de atitude e de valores, se houve transformação do cidadão para um cidadão crítico.

Gostaríamos de saber o que os levou a introduzir a questão do Meio Ambiente em sua proposta de trabalho. As organizações que não realizam ações sobre o Meio Ambiente o porquê de não realizarem, o que cada representante pretendia fazer agora em relação à Educação Ambiental, depois de saber ser esta de responsabilidade não só da escola, mas também da sociedade

5.1- Caracterização das Organizações

Identificamos e caracterizamos oito organizações da sociedade civil, que em princípio desenvolvem atividades de Educação Ambiental. Essas organizações foram selecionadas pelos seguintes critérios de escolha:

1. Cooperativa de trabalho em reflorestamento e serviços ambientais da Babilônia (CoopBabilônia), por se tratar de uma cooperativa que recebe apoio de órgãos públicos.
2. Academia Brasileira de Meio Ambiente, por desenvolver um trabalho de grandes repercussões.
3. Associação de moradores do Morro da Babilônia, onde a população é carente e absorve diretamente os efeitos da degradação ambiental;
4. Associação de moradores do Leme, a AMALEME, por apresentar um trabalho direcionado a um pequeno número de moradores do bairro.
5. Câmara Comunitária de Copacabana, Bairro Peixoto e Leme, por atender uma maior área de extensão;
6. Sociedade Amigos de Copacabana (SAC), por ter representantes de diversos segmentos da sociedade;
7. Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha (SACHA), pelo fato de estarem em contato direto com a única área verde do bairro de Copacabana;

8. Lions Clube Copacabana, que apresenta um trabalho distinto do trabalho das associações, por ser um clube de serviço.

A cooperativa de trabalho em reflorestamento e serviços ambientais da Babilônia (CoopBabilônia) atua no reflorestamento do Morro da Babilônia desde 2000. O grupo possui hoje 20 integrantes, que para se tornarem cooperados fizeram um curso com duração de um ano, e se dedicam ao reflorestamento de 28 hectares de encosta do morro, que ganharam 2.500 mudas cada um. Este trabalho é o resultado de uma parceria - Programa Mutirão de Reflorestamento -, desenvolvida em cerca de 90 comunidades, entre a prefeitura e associações de moradores do Rio de Janeiro. O projeto conta com a participação da iniciativa privada, através de um financiamento do Condomínio do Edifício Rio Sul Center em convênio firmado como parte de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Segundo seu representante, o presidente Palô, os objetivos do trabalho incluem: a prevenção de incêndios na mata e a recuperação do ecossistema original, garantindo, assim, a estabilidade das encostas e a diminuição dos riscos de assoreamento e alagamento.

O grupo ampliou o trabalho da cooperativa, atuando em outras áreas além do reflorestamento da encosta. Ele buscou parcerias para colocar em prática três projetos desenvolvidos com o Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental (APAs): Leme, Babilônia e São João; formação de condutores para

orientar nas visitas à trilha colonial do morro da Babilônia; realização de coleta seletiva de lixo e reciclagem; formação de agentes ambientais para conscientizar a comunidade; sinalização da trilha e ecoturismo. Apesar de estarem situadas na mesma região de Copacabana, esta cooperativa não é a Associação de Moradores do Morro da Babilônia, mas é parceira desta em alguns projetos.

Academia Brasileira de Meio Ambiente (ABMA) foi idealizada e fundada por sua atual presidente Nilza Pinheiro de Athaíde Lieh, que é pós-graduada em Direito Ambiental pela E.S.A. e também em Ciências Políticas e Estratégias.

A A.B.M.A. fica sediada à Av. Copacabana, 748/grupo 803. Sua presidente nos informou ser esta a primeira academia de Meio Ambiente do mundo, e por isso ela já se encontra registrada no INPC.

A Academia tem como atividades palestras proferidas por eméritos ambientalistas (além dela, e não citou o nome dos outros, o que disse apresentar em outra ocasião), e também tem como atividade, exposições temáticas.

Perguntada sobre os temas das palestras respondeu que costumam falar sobre florestas, queimadas, Amazônia água e calha norte.

Disse que as reuniões ocorrem uma vez por mês e que em média, costuma ter um público de 50 pessoas.

Perguntei se ela fala, em Copacabana, sobre os problemas do bairro e quais seriam eles no seu entender. Ela respondeu que ainda não falou, mas vai falar e que são eles: o uso indevido das praias e sua degradação, ruas com cachorros, seres humanos, péssima qualidade de vida.

A Associação de Moradores do Morro da Babilônia está situada no complexo comunitário do morro, onde podemos encontrar a sede da associação, a Escola Tia Percília e a rádio comunitária. O presidente da associação afirma que “a comunidade é amiga da natureza, cuidando e respeitando os princípios da comunidade

que é o de não retirar os frutos verdes: tirou tem que comer! Não pode sujar a água da nascente; respeito aos mais velhos etc. Essa educação é passada de geração em geração. A comunidade é bastante solidária e tudo é feito em mutirão”.

Em relação ao Meio Ambiente, o presidente da associação diz que a comunidade é bastante engajada nas campanhas, que contam com o apoio da rádio comunitária para a divulgação entre os moradores. Atualmente, há uma campanha cujo objetivo é o extermínio do caramujo gigante africano. Para tanto, a associação tem mobilizado a Defesa Civil municipal e estadual, além da Secretaria de Saúde do município, para a conscientização da comunidade quanto à gravidade do assunto, pois a criação deste molusco foi introduzida no sul do Brasil com fins comerciais, sem a devida autorização. Com a falência dos criadores, muitos animais foram soltos no meio ambiente, e tornaram-se uma perigosa praga, transmissora de muitas doenças. A situação se agrava quando os moradores tentam combatê-los sem orientação de profissionais, pois a droga usada para matá-los, mata também animais, plantas e crianças.

Francisco Nunes, que é carinhosamente conhecido no Leme como Chicão, assumiu a presidência da Associação de Moradores do Leme, a Amaleme em 13 de julho.

Apesar de ter vários projetos para o bairro, ele esteve envolvido por dois meses na recuperação da credibilidade da associação junto aos seus moradores. Está trabalhando em parceria com a Amababi, e a Amachapéu, isto para que exista uma interação entre todos os moradores do Leme e para que eles possam contar com uma melhor qualidade de vida.

Seu trabalho na associação está apenas começando, mas a Amaleme já desenvolve, ainda que timidamente, trabalhos sociais, como a distribuição mensal de cestas básicas doadas por uma empresa para moradores incapacitados para o trabalho. Ele acha que ainda poderá fazer muito mais, pois só na fila de espera já são 80 famílias que também necessitam. Ele faz algumas campanhas, e entre elas a campanha “não dê esmolas”, para que a mendicância não seja estimulada e que mendigos não permaneçam nesta parte do bairro. Fez também uma campanha para que a comunidade recolha com um saco plástico os dejetos de seu cão, e agora vai iniciar uma campanha de conscientização da população para com o Meio Ambiente, pela importância da limpeza nas ruas e nas praias. Acha que o certo seria que pessoas interessadas

em ajudar enviarem cestas básicas para a associação ou qualquer outra instituição de ajuda aos necessitados, e esta se encarregaria de distribuí-las.

Chicão tem o interesse de que o espaço da associação seja utilizado por ações e atividades que beneficiem a comunidade, já que este espaço também é aberto a ela, tanto assim, que já conta com uma voluntária que oferece um curso de etiqueta totalmente gratuito a todos que se interessarem em conhecer boas maneiras. Ele diz que um papel importante da associação de moradores é a reivindicação de suas melhorias e uma delas é a poda das árvores junto aos Parques e Jardins e junto à COMLURB pela limpeza das ruas e da praia. Foi iniciada a pintura das rampas para os deficientes físicos.

Está agora solicitando às autoridades competentes a reforma do Caminho dos Pescadores para que seus muros sejam refeitos devido à sua deteriorização e também a deteriorização de suas correntes tendo em vista que sem estas, os que por ali passarem, estarão colocando suas vidas em risco. Informa ainda que não existe nenhum tipo de aviso onde diga que, em época de ressaca, quando o mar fica revolto, o caminho fica mais perigoso que nos dias comuns.

Sua preocupação é tão grande com essa situação que está pensando em como colocar um portão ali, e uma placa avisando do perigo que pode haver caso a época não seja a ideal para se ver de perto o mar.

Os moradores do Leme reclamam, e levam para a associação de moradores suas reclamações, confiantes de que o novo presidente tentará ao máximo resolver as questões apresentadas. Reivindicam melhorias para a segurança, para o problema da população de rua, para a sujeira que é deixada e também para a precariedade do transporte coletivo, pois os ônibus demoram muito a chegar e o número de linhas é bastante pequeno, além do péssimo estado de conservação dos mesmos.

Pensando em quitar as dívidas da associação e também gerar renda para os artesãos, Chicão gostaria muito de realizar uma feirinha na Praça Júlio de Castilho, mas, devido a uma liminar da Justiça, isto é proibido. Alegam, para proibir qualquer tipo de evento, que o barulho iria incomodar muito, mas o presidente tem opinião distinta, dizendo que a praça é dos moradores mas estes não podem aproveitar o espaço que os pertence. Para arrecadar fundos para a associação ele cadastrou todos os moradores e pede uma contribuição de R\$ 5,00 aos que puderem colaborar, pois quando o morador precisa, a associação está de portas abertas, já que a associação é a voz da comunidade. Esta contribuição será importante, já que, além das dívidas, a associação tem gastos com luz, telefone e funcionários, além de despesas extras com necessidades que surgem e não se tem como negar ajuda.

A Amaleme já faz parte do Conselho Comunitário de Segurança como membro efetivo. Já realizou a desobstrução das galerias de águas pluviais, pois quando chovia, várias ruas ficavam alagadas. Replanteio nos canteiros abandonados há algum tempo e sem manutenção. Trocou um bueiro que estava quebrado há quase um ano na rua Anchieta com Ribeiro da Costa. A pedido da Amaleme, a Cedae limpou as galerias de esgotos, onde haviam constatado irregularidades com passagem de gordura, que obstruíam o sistema de algumas ruas. A Polícia Militar, também a pedido da associação, permanece 24 horas por dia na rua Ribeiro da Costa, atuando no túnel Novo e no Caminho dos Pescadores.

O presidente nos informou que pretende reformar a cabine da Polícia Militar que fica na Av. Atlântica, esquina com a rua Anchieta a partir das doações recebidas, mais a vontade que tem de fazer. Isto para ele ainda é muito pouco, mas tem certeza de que seu trabalho crescerá muito, porque vontade é o que não falta.

Na opinião de seu presidente, a Amaleme tem feito tudo o que pode pela comunidade, e pede a esta, que esteja enviando sugestões, que colabore e que participe para que melhore o bairro. Ele inclusive envia regularmente um questionário onde procura saber o que agrada e o

que desagrada ao morador, e envia também um informativo para que a comunidade esteja inteirada das ações do representante do seu bairro.

A presidente da Câmara Comunitária de Copacabana é a Ema Fonseca. Tivemos acesso ao seu informativo de outubro de 2005, Ano 6, Número 1, mostrando primeiramente os quatro quiosques da Av. Atlântica que irão substituir os que hoje ocupam toda a orla carioca, em fase de construção.

Afirma o informativo que moradores e turistas ganharão opções diversificadas de gastronomia, com mais higiene e segurança. A princesinha do mar foi à escolhida para abrigar o plano piloto do projeto “Orla Rio”, que vai criar mais atrativos em Copacabana, onde serão realizadas as provas de Triatlon e Vôlei de Praia dos jogos Pan Americanos de 2007.

Esses quiosques contarão com câmaras internas e externas integradas com um botão de alarme ligado diretamente às centrais da guarda municipal e da polícia militar, que garantirão a segurança do local.

Fala do acesso à estação do metrô Siqueira Campos pelo seu abandono, dificuldade de travessia e congestionamento, pois a mesma, segundo o informativo, recebe cerca de 70.000 mil usuários por dia, e reivindica a construção de mais dois acessos, conforme projeto inicial, que permanece sem possibilidade de execução por falta de repasse de verbas do BNDES. Imóveis desapropriados para tal fim servem hoje como dormitório para moradores de rua que praticam pequenos furtos. A Câmara Comunitária de Copacabana esclarece que encaminhou solicitação de investigação ao Ministério Público, e está até o momento aguardando a solução da mesma.

A propósito, a integração Metrô x Ônibus foi uma sugestão da Câmara Comunitária de Copacabana (C.C.C) para ampliar a oferta de linhas de ônibus da zona sul, e onde o usuário pagasse apenas o valor de um bilhete unitário. A luta da C.C.C. foi tão intensa e vitoriosa, que a Secretaria Municipal de Transportes implantou outras integrações. Publicou carta de um(a)

leitor(a) reclamando do Boteco Belmonte, à rua Domingos Ferreira esquina com a Bolívar, onde diz que a obra realizada modificou a fachada do prédio sem autorização, e que o boteco comercializa diretamente na calçada e no meio da rua, servindo e cobrando, tudo em via pública, com uma multidão que fala auto e com aparelhos de som ligado nos automóveis. O boteco fecha apenas às 4:00h, quando então começa a faxina do mesmo, arrastando-se para isto os barris de chopp e os galões de lixo, lavando-se e varrendo-se as calçadas. Quando chega o caminhão de lixo especial ele faz aquele barulhão para triturar latões de óleo, vidros e o restante do lixo.

Ninguém consegue dormir, muito menos as pessoas da terceira idade e doentes que fazem parte dos habitantes de Copacabana. Sem contar a desvalorização que ocorreu com os imóveis no referido prédio.

O(a) leitor(a) termina a mesma, com o pedido de que a C.C.C. interceda por eles junto às autoridades.

Outra carta reclama também do barulho, mas desta vez vindo dos morros Pavão-Pavãozinho, onde as festas de fim-de-semana têm música de ensurdecer.

Apresenta casos de atropelamento na ciclovia em frente ao clube Marimbas, mas que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente já informou que está discutindo com o clube as medidas cabíveis para maior segurança de pedestres e ciclistas.

Publicou também que a Rio-Águas, atendendo as solicitações das entidades de Copacabana, realizará obras para eliminar a língua negra que polui a praia, próximo à rua Santa Clara, nos dias sem chuva.

A C.C.C. e outras entidades solicitaram que o posto da Rio Ônibus, que distribui o Riocard, o vale transporte eletrônico, estivesse funcionando em um local de fácil acesso para todos. Foi atendida a sugestão e o parque Garota de Ipanema foi o local escolhido.

Alerta para que os moradores estejam vigilantes quanto ao gabarito de quatro andares do Bairro Peixoto, pois na rua Santa Clara, 3 casas foram vendidas juntas e provavelmente se transformarão em um edifício.

Por fim, noticia que a Secretaria Municipal de Transporte (SMTU), proibiu o tráfego de ônibus e caminhões na Ladeira do Leme, com exceção apenas para os veículos de órgãos militares. A Câmara fica situada na rua Santa Clara 75 / 408.

A Sociedade Amigos de Copacabana (SAC), foi fundada em novembro de 1988, tendo como principal objetivo maior zelar pela manutenção e melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro de Copacabana, exercendo representatividade junto às autoridades públicas nas mais diversas esferas, nas questões relativas à qualidade de vida de Copacabana: saneamento básico e esgotos, segurança pública, transportes, saúde, educação, Meio Ambiente etc além de congregar a comunidade implementando atividades sociais, esportivas, culturais e em campanhas reivindicatórias. Sua atuação no bairro envolve: apoio no encaminhamento de reivindicações e reclamações dos moradores aos órgãos competentes; desenvolvimento de campanhas reivindicatórias; intercâmbio com outras associações comunitárias na busca de objetivos comuns; encontros com políticos e autoridades; apoio a diversas iniciativas comunitárias, culturais, esportivas etc. Segundo seu representante, o presidente Horácio Magalhães, a entidade trata as questões ambientais do bairro encaminhando as reivindicações aos órgãos competentes, contando para isso com o projeto SAC PROMOVENDO, onde são realizadas diversas palestras de interesse comunitário, com a presença de personalidades especializadas no assunto, como segurança, menor de rua, saúde.

Com o projeto Copacabana Solidária, angaria doações de alimentos não perecíveis para as comunidades carentes do bairro, conta também com o projeto A Música vai a Praia, que visa levar ao morador uma alternativa de lazer e entretenimento.

Realizou movimentos importantes para a qualidade de vida do bairro, como a defesa da permanência do 19º Batalhão de Polícia Militar e do Posto de Saúde no bairro, a reforma da 12ª e 13ª Delegacias de Polícia, a criação da Creche 24horas Irmãs Batistas na rua Siqueira Campos, a construção do Metrô, o aumento do policiamento em vários pontos do bairro, o Tombamento do único cinema do bairro atualmente, que é o Roxi, e do projeto original do Copacabana Palace Hotel dentre outros.

Participa de diversos Conselhos temáticos, tais como Conselho Comunitário de Segurança, Conselho Distrital de Saúde, Conselho das Águas da Zona Sul etc.

Com aproximadamente 300 associados, que buscam soluções para os problemas do bairro, a SAC oferece reuniões toda última segunda-feira do mês, onde comparecem pouco mais de dez pessoas.

A Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha (última área verde de Copacabana), conhecida no bairro como SACHA, tem, há mais de 15 anos, a mesma presidente. Ela nos informou que a entidade não desenvolve nenhuma atividade de Educação Ambiental no Parque desde 2002, pois a partir desse ano ele passou a ser administrado pelo Instituto Estadual Florestal (IEF). A sociedade, que já contou com quase 400 associados, mantinha, nesta época, o parque, que se apresentava tratado e zelado. Inclusive, por conta deste trabalho, a organização participava do programa de dona Ruth Cardoso, que fornecia professores de ginástica, artes plásticas etc, para o desenvolvimento de projetos educacionais no Parque. A verba para a manutenção vinha do que era arrecadado através de uma escola de educação infantil que existia na área do Parque, e que teve suas atividades encerradas por divergências com o presidente do IEF, há dois anos.

A sociedade conta agora com cerca de 20 associados, que contribuem voluntariamente. A presidente nos informou que hoje a atuação da sociedade se restringe a levar aos administradores do parque as reclamações dos visitantes, como: banheiros

entupidos, quebra do bebedouro, presença de usuários de drogas, falta de conservação dos brinquedos e bancos, entre outras. A presidente da associação também afirmou que o representante do IEF, em resposta às solicitações intermediadas pela entidade, alega que providências serão tomadas assim que seja efetivado um convênio que traga verbas para a manutenção do Parque, sem maiores especificações sobre datas ou valores.

O Lions Clube é uma rede de clubes de serviços congregados a uma organização internacional, na qual seus sócios são chamados de leões e têm seu relacionamento baseado no companheirismo. Segundo os representantes da entidade, os integrantes do Clube dedicam parte do tempo em benefício dos menos favorecidos, melhorando as condições de vida nas comunidades. Para isso, promovem palestras sobre o uso de drogas, diabetes e na prevenção de doenças oftalmológicas, como a catarata e o glaucoma. Atendem deficientes visuais e auditivos fornecendo transporte para levá-los ao tratamento em hospitais e clínicas. Possuem um programa de intercâmbio juvenil, serviços educacionais, de saúde e recreativos. Sua atuação em relação ao Meio Ambiente se restringe ao encaminhamento aos órgãos competentes de denúncias que chegam ao clube por intermédio de seus integrantes.

5.2 – Organizações da Sociedade Civil: propostas e práticas

O começo da entrevista foi marcado por uma série de frases prévias informais, inclusive, em alguns casos, por visitas à comunidade antes mesmo da entrevista.

O encontro foi realizado de forma amigável, onde ficou esclarecido a cada um dos representantes das organizações o que se desejava deles e qual poderia ser sua contribuição, da maneira mais explícita possível.

Apesar de não haver a obrigatoriedade da gravação das entrevistas, optamos pelo método por entender que desta forma, a contribuição seria ainda melhor.

Foi estabelecido horário e locais possíveis de entrevistas e fixadas, mais ou menos, a duração das mesmas.

Como vimos no capítulo 3, Copacabana possui inúmeros problemas socioambientais, dentre eles a ocupação irregular das encostas, 350 pessoas morando nas ruas, apresenta o problema da prostituição, que é imensa e conhecida mundialmente. Copacabana é o quinto bairro da cidade em poluição sonora e poluição do ar e, pelos dados da COMLURB (2003), são recolhidos mais de 5 toneladas de lixo por dia.

Nossa primeira preocupação ao elaborarmos a pergunta: quais são os problemas socioambientais de Copacabana, foi identificar o entendimento que os representantes das várias organizações têm sobre os problemas socioambientais do bairro. Procuramos verificar também se os entrevistados articulavam bem as questões social e ambiental.

A importância dessa nossa primeira questão então, reside em primeiro lugar, em saber se eles conhecem os problemas socioambientais do bairro, já que essa é a função precípua de uma organização que pretende solucionar os mesmos.

Em segundo lugar, porque essa pergunta nos informa a concepção de Meio Ambiente e de Educação Ambiental que a organização pratica.

A representante da Academia Brasileira de Meio Ambiente respondeu que os problemas são inúmeros, mas apesar disso só enumerou a poluição, uso desordenado das areias da praia, má distribuição dos espaços. Ela apresenta uma visão apenas de aspectos ambientais, desprovidos dos aspectos sociais, o que nos remete a uma visão reducionista dos problemas socioambientais:

[...] Os problemas são inúmeros: Muita poluição, uso desordenado das areias da praia, má distribuição dos espaços, o que nós precisamos aqui é procurar

manter com o auxílio das autoridades competentes a melhor qualidade de vida para a população (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE) .

Para o representante da Associação de Moradores do Morro da Babilônia, deve ser grande o número de problemas, mas termina por enumerar apenas alguns. Podemos notar que este representante valoriza o contato das pessoas com a natureza, como se soubesse da interdependência que existe entre as mesmas. Aponta também, população numerosa, que está cada vez mais concentrada na região metropolitana, e a concentração de carros. Apresenta uma visão de aspectos ambientais onde o homem não está apenas como expectador, mas inserido ao Meio Ambiente, o que nos remete a uma visão mais ampla dos problemas socioambientais:

[...] Se eu for identificar [...] Não podemos esquecer das áreas de preservação que temos. É constante. Lá não vemos um trabalho de arborização. Não vemos uma preocupação de manter as pessoas em contato com a natureza como nas favelas. O espaço é mal utilizado. Vemos uma concentração de atividades e carros em Copacabana. A população é muito grande (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA) .

A Amaleme, através de seu representante, nos respondeu que na sua opinião, os problemas existem por falta de recurso, pela inoperância do Poder Público, pela incompetência do Poder Público em não freá-los. De problema mesmo, ele só apontou a degradação do espaço físico com o aumento da favelização, distinguindo a opção por construir nas favelas feitas pelos que precisam morar e pela especulação imobiliária. Apresenta uma concepção reduzida aos aspectos biológicos, quando se refere a área verde (espaço físico), mas apresenta também um aspecto social, que é a favelização. Observamos inclusive uma visão crítica, quando nos informa ser o poder público o responsável por não apresentar um projeto condizente com a situação atual (pois entende que os problemas ambientais e sociais apresentam a mesma origem):

[...] Antes de mais nada gostaria de falar, esse sócio ambientais se for do lado nefasto, eu digo que é por falta de recurso, porque sem nenhum preconceito, mas ao longo dos anos vem havendo toda a degradação do espaço físico, tanto da área verde, quanto aumento da favelização, estou

falando justamente disso: o Poder Público não chegou ao parâmetro básico, que seria dar todo aquele suporte à comunidade. Há o desmatamento para construção de novas casas. Mas o Governo sabe, tanto no âmbito municipal e estadual. Eles sabem, que não são pessoas pobres, o que tem havido é especulação imobiliária do morro e do bairro eu digo a você , que vontade eu tenho, porque moram muita gente ai, porque eu estaria construindo em frentes as pessoas que são meus amigos, que me deram voto de confiança ao assumir a associação, tentar ajudar a amenizar ou então tentar em parceria solucionar esse problema de invasões (AMALEME) .

Pela representante da Câmara Comunitária de Copacabana nos foi dito que, no seu entender, existem vários problemas socioambientais. Apresenta inserido ao conceito, a população de rua, remetendo-nos a uma visão mais ampla de Meio Ambiente, onde os problemas sociais estariam incluídos:

[...] Socioambientais, acho que temos vários problemas, por exemplo: população de rua para mim é um problema socioambiental.; eles sujam coisas; a má conservação pra mim, também é um problema socioambiental, porque chove, o asfalto é ruim, aumenta o buraco. (CÂMARA COMUNITÁRIA DE COPACABANA) .

Indagamos sobre como as organizações analisadas podem fazer algo para mudar o atual quadro, e esperávamos que a resposta nos mostrasse o tipo de atividade proposta por ela para a solução dos problemas do bairro depois de tê-los detectados, e a partir daí, podermos conhecer seu posicionamento em relação à resolução de problemas ambientais locais.

A Associação de Moradores do Morro da Babilônia, respondeu que já tem feito muita coisa para mudar o quadro atual, conseguindo com isso assegurar um desenvolvimento social e econômico para os que precisam, remetendo-nos a matriz da equidade. Citou o fato de não deixar muito lixo ir “lá para baixo”, demonstrando entender que a degradação ambiental aumenta quando não ocorre um tratamento do lixo. Diminuir os focos de dengue e ratos como um compromisso de melhorar o meio onde vive, uma visão responsável, em busca de um Desenvolvimento Sustentável:

[. . .] A gente já tem feito muita coisa, como reciclagem de pet, garis comunitários e mutirão de reflorestamento. A associação tem o compromisso de melhorar o meio onde vive, não deixando muito lixo ir lá para baixo, diminuir os focos de dengue e ratos (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA) .

Ouvimos do representante da Amaleme entre outras coisas, que o seu papel é o de representar os moradores junto ao Poder Público, ou seja: sente-se apenas como um intermediário entre a comunidade e o poder

público, mas apresenta uma visão crítica, na busca de um envolvimento da sociedade civil com as esferas públicas, tendo em vista que esta precisa estar atuando para que seu trabalho tenha respaldo:

A Amaleme tem feito a parte dela de comunicar certas situações adversas, que tem acontecido. Mas, infelizmente, quando voltei a citar a inoperância do Poder Público em não fazer nada, então a Associação fica de pé e mão atadas, porque ela não tem o poder de polícia. Ela tem poder de representar os moradores junto ao Poder Público. Agora, compete ao Poder Público de tomar suas providências e realizar e executar aquilo que o contribuinte lhe paga (AMALEME).

A Câmara Comunitária de Copacabana através da sua representante foi categórica ao responder, dizendo que não tem estrutura, nem real objetivo, de fazer Educação Ambiental. Mas neste momento demonstra entender o conceito de Meio Ambiente, com um conceito socioambiental. Alega que para mudar esse quadro, tem que ser através de um trabalho com a criança na escola e em casa, o que nos faz entender que a mesma valoriza esse tipo de ação, pois sabe que precisa construir um novo modelo de sociedade, ou seja, nova práxis, apesar de não se sentir apta em fazê-lo:

[...] É difícil, porque na verdade isso é uma coisa, que tinha que ser um trabalho. Que tinha que ser feito desde Escola desde criança em casa. A gente aqui não tem estrutura nem real objetivo de fazer isso. Nós temos outro objetivo não esse. Esse está inserido evidentemente no conceito de ambiente, mas não é específico, o que a gente faz é sempre ajudar a participar. O Lions , quando eles fazem mutirões a gente participa, ou o próprio Isaías do morro da babilônia quando precisa de ajuda, mas não é um trabalho que a Câmara desenvolva individualmente (CÂMARA COMUNITÁRIA DE COPACABANA) .

O representante da Sociedade Amigos de Copacabana nos informou sobre um plano diretor do município para o Meio Ambiente. Afirma que o Meio Ambiente não é só o verde, é o todo, saindo de uma concepção restrita a aspectos puramente biológicos para englobar a totalidade. Faz uma observação ao dizer: “até a área urbanizada” o que nos remete a uma visão de espaço físico. Não responde a nossa pergunta, provavelmente pela Sociedade Amigos de Copacabana não ter plano próprio de ação:

[...] Está em curso a discussão do plano diretor do município do Rio de Janeiro. Na esfera do Meio Ambiente, respeitar o eco-limite, preservando o que ainda se pode, e onde houver deficiência tem que haver reflorestamento. Meio Ambiente não é só o verde, é o todo, até a área urbanizada. Copacabana tem uma deficiência na sua urbanização (SAC).

Em relação à Educação Ambiental, nossa intenção aqui era saber que tipo de atividade de Educação Ambiental estas organizações realizam, e fica claro que precisávamos conhecer todo o trabalho da organização,

ou seja: sua verdadeira proposta de trabalho, até porque esse é o modo de sabermos se realmente a organização tem proposta de Educação Ambiental.

O primeiro a responder foi o representante da Coopbabilônia, que nos informou suas ações, e entendemos estar mais próximas de um tema gerador que de uma atividade fim, acarretando por isso, a transformação social, tendo em vista que há uma articulação entre os problemas ambientais, sociais e econômicos. Diz não querer explorar o Meio Ambiente, e sim ter um Meio Ambiente e que lhe possa dar retorno. É a conduta que se deve ter em relação ao Meio Ambiente:

[...] Projetos que vão ser incrementados aqui: um dos principais, além do projeto de reflorestamento e a caminhada programada é um projeto de ecoturismo, que já existe e está sendo incrementado agora. Nós já fizemos um curso. Semana que vem, dia 28, nós vamos dar início ao segundo. Esse projeto tem a finalidade de mostrar para a sociedade tudo que está sendo feito, gerar renda e preservar, ainda mais, o que a gente já tem aqui e em seguida contamos com todos aqueles parceiros. A gente precisa que as pessoas tenham no mínimo dois idiomas para poderem atender o turista internacional, principalmente para moradores daqui, que conhecem esse trabalho, prevenção de acidente, comportamento e segurança na trilha e a idéia é fazer com que eles recebam as pessoas, gerando renda e divulgando cada vez mais o nosso trabalho aqui (COOPBABILONIA).

Já o representante da Associação de Moradores do Morro da Babilônia diz que a Educação Ambiental deve estar presente em todas as atividades. Isto nos informa que ele é conhecedor de que a Educação Ambiental é interdisciplinar. Faz um programa de rádio, proporcionando um maior diálogo com a comunidade. Fala da harmonia entre o homem e a natureza, uma relação dialética entre eles. Falou também do curso de Ecopet, onde existe o reaproveitamento de material usado para criação de novos produtos. Poderemos observar também que oito famílias estão se sustentando com a venda de material coletado, mas não coletam apenas pela remuneração, e sim para que as canaletas não fiquem obstruídas, o que acarretaria um desastre ecológico. Esse representante nos mostrou a intenção em estar ampliando o seu trabalho, pois acha que ainda tem muito que fazer, o que é uma visão holística. Entendemos com isto, que este está a procura de uma sociedade sustentável:

[...] O próprio mutirão de reflorestamento e garis comunitários e as crianças também a gente sempre procura dar uma aula temática, falando sobre a questão porque a educação ambiental eu acredito que ela deva estar presente em todas as atividades. Eu faço um programa de rádio, nele, não posso deixar de falar a questão do lixo, da harmonia entre o homem e a natureza, da importância disso. Educação Ambiental, eu acredito que é uma coisa muito ampla, que pode ser falada na praia e em todos os lugares e nós devemos ter como obrigação falar de Educação Ambiental. As atividades de Educação Ambiental são realizadas com as crianças aqui da escola e com outros jovens, a gente começou um curso de Ecopet, que é mexer e fazer arte com material velho. Essa é uma atividade muito forte nessa questão ambiental, há ainda a reciclagem, além do que a gente cata e repassa. Nós tínhamos muitos problemas com a sujeira das canaletas que obstruíam toda essa coisa que a agente já sabe, então, a partir que a gente colocou 8 famílias dependendo daquela venda e tudo mais começou a melhorar isso dentro da comunidade. Nós temos o mutirão do reflorestamento, manutenção das trilhas ecológicas e muitas atividades ligadas à questão ambiental. A gente vai procurando ampliar isso aí (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA).

A resposta da Amaleme foi a de que não faz quase nenhuma atividade de Educação Ambiental, apesar de enumerar vários trabalhos. Tem como proposta a integração das diferentes comunidades, o que leva a superação das desigualdades, tanto social como econômica. Distingue a cultura de quem vive no sul, dos que vivem nas outras partes do país (de acordo com a colonização de cada um), já que os homens podem vir de culturas diferentes:

[...] Prá ser sincero, de Educação Ambiental quase nenhuma, porque toda campanha que eu tenho feito, justamente, evitando para que não haja depredação do espaço físico, queimada de lixo, jogada de lixo em encosta, porque aqui em baixo hoje em dia a gente tem essa missão de procurar integração para essas duas comunidades, tanto do asfalto como da favela. Pelo contrário, comunidades organizadas que têm todo aparato de infraestrutura, na medida do possível, que falta às vezes a educação, que não têm boa educação, dá mesma forma a má educação lá em cima, que chama de comunidade carente ou favela, acontece aqui em baixo na rua de jogarem ponta de cigarro no chão, papel no chão, lixo no chão, o próprio morador, eu tenho visto isso. No Sul existe todo aquele trabalho de qualidade de vida, porque vieram de uma cultura diferente. Mas, a nossa não, a nossa miscigenada. Hoje em dia trabalho dessa forma, fazendo campanha educativa nos boletins dessa forma: Não dê esmola, não jogue; fazendo todo esse trabalho direcionado, então compete que nós olhamos lá dentro e se procurar ver, nós poderemos melhorar, então, depende do Poder Público, e muitas das vezes depende do nosso Poder de Educação (AMALEME).

Por sua vez, o representante da SAC nos respondeu que o seu trabalho é o de conscientização, dentro de todos os fóruns e reuniões, para que se tenha uma preocupação com o Meio Ambiente, mostrando-nos que para esse representante, a conscientização é feita

somente através de palestras, pois ele não mencionou outros espaços de conscientização. Conceitua mais uma vez o Meio Ambiente, como se fosse um espaço físico, numa visão reducionista:

[...] Conscientização, que é um processo gradual. Dentro de todos os fóruns e reuniões, chamar a atenção do cidadão para que ele tenha uma preocupação com o meio ambiente. O Meio Ambiente é onde vivemos, é seu edifício, sua casa, limpeza da calçada, arborização de rua etc (SAC).

Queremos, agora, saber se as organizações têm uma proposta de simplesmente fazer uma palestra, por exemplo, ou um trabalho de conscientização visando uma mudança de comportamento, ou seja: quais seriam as ações desenvolvidas na conscientização da população realizadas pela organização.

O trabalho que a Coopbabilônia está desenvolvendo, segundo seu representante, é com as crianças. Pois para ele, a criança está em formação, e quando você consegue formá-la, você consegue influenciar o pai e a mãe. Podemos entender com isso, que sua proposta é a de educar, formar cidadão (práxis transformadora), e não simplesmente transmitir informações:

[...] Diretamente voltado para as crianças. Eu acho quando a gente consegue fazer a cabeça de uma criança com um propósito nobre desse, eu tenho certeza que ela vai levar uma mensagem para sua família. O adulto, ele está muito mais voltado para coisas mais rápidas, porque eles estão preocupados em pagar contas, em tirar boas notas e às vezes até com problemas familiares, e as crianças não. A criança está em formação, quando você consegue formar a criança, você vai conseguir com certeza influenciar o pai e a mãe (COOPBABILONIA).

Quanto a Academia Brasileira de Meio Ambiente, sua representante nos informa que a Academia procura seguir os passos do artigo 225 da Constituição Federal do Brasil. Não nos foi dito de que modo, mas esperávamos que a Academia, mesmo sendo nacional, apresentasse propostas para os problemas locais, já que, de acordo com a Rio-92, devemos pensar globalmente e agir localmente, e a Conferência de Tbilisi recomenda também resolução de problemas socioambientais locais:

[. . .] A Academia procura seguir os passos do artigo 225 da Constituição do Brasil de 1988, visa tão somente uma boa qualidade de vida, o desenvolvimento, a sustentabilidade, e nós nos preocupamos, também, com

o estudo de impacto ambiental e política aplicada pelas autoridades competentes. Muitas vezes nos comunicamos com autoridades competentes a fim do Estado, da União a fim de pedir providência. Uma delas que nos preocupa muito é a despoluição da Baía da Guanabara, isso deve ser olhado com muito carinho (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE).

Para o representante da Associação de Moradores do Morro da Babilônia, a rádio comunitária é um instrumento de diálogo com a comunidade em benefício desta. Diz que para conseguir uma relação ideal entre comunidade e Meio Ambiente é necessário investir no campo social. Entendemos assim, que haverá uma condição maior de surgir uma relação entre as necessidades humanas e ambientais, numa visão socioambiental. Este representante nos informa também que os menos favorecidos economicamente são as principais vítimas da degradação ambiental, quando se refere às casas mais antigas e pobres:

[...] A rádio comunitária é um instrumento muito forte, a gente tem uma conectividade muito maior com as pessoas que estão ouvindo e aí a gente usa ela como um instrumento de divulgação, conscientizando, prevenindo de tudo que acontece. No momento da chuva a gente pede para o morador tirar o lixo de cima do telhado. As casas lá de cima que estão mais próximas da área de conservação ambiental ou dentro dela, tem dois fatores a serem observados: são antigas e pobres, mais pobres da comunidade. Então, às vezes, a consciência não está muito bem informada quanto aos riscos. Então a rádio é um instrumento de divulgação que tem além do fluxo de pessoas que frequenta, a associação de moradores e de cada um que entra ali e leva alguma coisa de conscientização (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA).

A representante da Câmara Comunitária de Copacabana nos informa que faz um trabalho social, e entendemos com isso, que sua idéia aqui é a de proporcionar meios de haver um maior desenvolvimento econômico e social para o cidadão através da sua ação. Para ela, de ação socioambiental, só tem uma campanha, a de “Não de Esmolas”, sem se dar conta de que socioambiental é articulação entre social e ambiental:

[...] A gente faz aqui um trabalho social, temos essa feira artesanal, ajuda ao artesão, que é artesão mesmo a expor e comercializar os seus produtos. Às vezes a gente dá alguma palestra, chama alguém. Nós temos parceria com o Hospital CopaDor. Às vezes vamos lá e falamos alguma coisa, mas meio ambiente a gente não tem esse perfil. Essas ações socioambientais, a gente faz é isso, panfletos : Não dê esmola. Dê um cartão telefônico, um vale transporte para a pessoa procurar um abrigo; é isso que a gente faz (CÂMARA COMUNITÁRIA DE COPACABANA).

Gostaríamos de saber os temas abordados para que tivéssemos certeza de que o tema Meio Ambiente estaria inserido nas preocupações das organizações e sobre sua relação com os problemas ambientais locais.

Pelo representante da Coopbabilônia nos foi dito que falam muito da questão das árvores, porque moram numa região privilegiada, então tem o foco voltado para essa questão da preservação dessas espécies. E quando se preservam árvores, se está preservando toda uma fauna e uma flora. Percebemos que a preocupação deste representante é com o equilíbrio ecológico, que precisa ser preservado, tendo em vista que a falta do mesmo pode acarretar a falta do homem:

[...] Olha, a gente fala muito de questão das árvores, porque a gente mora numa região privilegiada, como eu falei, anteriormente num pedacinho do que restou da mata original, da mata atlântica, então a gente tem o foco mais voltado para essa questão da preservação dessas espécies aqui. E quando você preserva essas árvores, você está preservando pássaros, aquele roedor que está lá e toda uma fauna e uma flora (COOPBABILONIA).

A Academia Brasileira de Meio Ambiente aborda temas em suas reuniões como “AMAZÔNIA”, mas deveria estar agindo “localmente”. Mais uma vez nos deparamos com uma informação fora da realidade do bairro em questão, indo inclusive na contramão do que foi recomendado pela Rio-92, que foi pensar globalmente e agir localmente:

[...] Bom, os temas, nós começamos pela Amazônia. Temos que ver aqui o que estão fazendo de errado e eu procuro saber, também, como é olhado a Amazônia no momento de fora para dentro, eu me preocupo com o estudo de fora para dentro da Amazônia, ou melhor, do Exterior, como os estrangeiros estão vendo a Amazônia no momento, o que estão vendo, o que estão pensando, vejo também o que estão fazendo aqui (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE).

A representante da Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha nos pareceu inserir o ser social em suas preocupações, articulando questões sociais e ambientais, com formação de valores: “[...] Brasil, Copacabana, Meio Ambiente geral. Cada um falava também de si, de suas necessidades e aspirações” (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA).

A resposta do Lions Club, através de sua representante, foi mencionar uma praia cheia de objetos estranhos, apresentando uma concepção reducionista de Meio Ambiente, por sinalizar apenas a sujeira: “[...] A

senhora veja essa praia aqui, veja essa praia cheia de objetos estranhos, a própria criança de tenra idade vê que não é próprio da praia portar esses objetos” (LIONS).

Desejamos conhecer a eficiência das ações das organizações para que possamos perceber se realmente a proposta foi pontual ou não, tendo em vista que desta maneira, não se conseguiria perceber o retorno do trabalho apresentado.

Nos foi respondido pela Coopbabilônia, através de seu representante, que têm sido muito eficientes. Diz que as pessoas pensam que as comunidades só podem ser vistas “daquela forma” que estão acostumadas a ver na mídia. Não fala claramente, mas pode estar fazendo menção ao comprometimento de alguns com o tráfico de drogas, que em nenhum momento foi citado. Suas ações nos remete ao entendimento de que sejam para a transformação social, onde existe uma articulação entre os problemas ambientais e sociais:

[...] Têm sido muito boas. A gente tem conseguido mostrar para a sociedade local isso ai; e também para outras comunidades essa consciência. E as pessoas pensam que as comunidades só podem ser vistas daquela forma que a gente está acostumada a ver na mídia, o nosso particular aqui é essa questão ambiental, a educação, a cultura (COOPBABILONIA).

A Academia Brasileira de Meio Ambiente faz menção a um provérbio para dizer que a mudança ocorre mesmo, mas entendemos que as ações educativas, se forem apenas “transmissão de conhecimentos”, pode não responder as expectativas pois têm que haver transformação social: “[...] A Palestra é o que os Chineses dizem no provérbio dos deuses: Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura, então nós temos que inculir na população, através dos formadores” (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE).

A Associação de Moradores do Morro da Babilônia, através do seu representante, nos afirma que se percebe a diferença de comportamento, dentro de casa e na escola. Para ele, a criança dá um retorno muito rápido e, de acordo com isso, entendemos que realmente houve uma Educação Ambiental crítica, para formar um cidadão mais consciente, apto a decidir e atuar com formação de atitudes e valores:

[...] A gente vê, a criança tem a mente mais fértil, o jovem tem a mente mais aberta eu diria até mais eficaz. Bons profissionais que sabem construir a consciência, construtores de conhecimento, bons professores. A criança dá um retorno muito rápido, a gente entende, a gente percebe no comportamento dela dentro de casa e aqui na escola. No caminho o comportamento vai mudando e isso aí é uma coisa muito boa da gente ver (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA).

A representante do Lions Club nos informa que é notada a eficiência até pelas professoras, quando os alunos passam a não jogar mais lixo no chão, mostrando com isso ter havido mudança de comportamento, sugerindo-nos uma visão comportamentista: “[...] Ah, a eficiência vai se notando. As próprias professoras comentam que os alunos passam a não jogar o lixinho nos corredores e já procuram dar um aproveitamento” (LIONS).

Quando nos interessamos por saber que resultados foram alcançados pelas atividades apresentadas, esperávamos respostas de trabalhos concretos, onde seguramente poderíamos afirmar se realmente ocorreu ou não a formação crítica do cidadão.

Ouvimos as seguintes respostas: A Coopbabilônia cita como exemplo de resultado, a diferença da visão do morro da Babilônia, alegando que tem várias espécies de árvores, que haviam desaparecido e já estão retornando. A importância disto é muito grande para que não ocorra o desequilíbrio ambiental, até porque, dois terço da vegetação que anteriormente existia, não existe mais: “[...] Se você for lá hoje e tirar uma foto do mesmo local, você vai perceber a diferença, tanto é que a gente já tem aí várias espécies de árvores, que não existiam mais aqui e estão retornando” (COOPBABILÔNIA).

Para a Academia Brasileira do Meio Ambiente, houve realmente mudança de comportamento, pois já não praticam mais os atos de antes, como por exemplo, jogar latinhas pela janela (Educação Ambiental comportamentista), apesar de estar se referindo as modificações ocorridas no homem, não quer dizer que tenham sido através de suas ações: “[...] Inúmeros, hoje em dia os *modus vivendi* já vão se alterando, chupa uma bala e não joga na rua o papelzinho da bala, toma um refrigerante não joga a lata pela janela do carro. O povo é educado e vai se educando cada vez mais” (ACADEMIA BRASILEIRA DO MEIO AMBIENTE).

De acordo com a Associação de Moradores do Morro da Babilônia, depois das ações, a comunidade está mais limpa, diminuíram as queimadas, que era um hábito antigo. Mostra-nos uma educação voltada para uma formação de cidadãos conhecedores dos problemas socioambientais que têm responsabilidade pela melhora e preservação das condições de vida em que está inserido: “[...] Pudemos observar várias mudanças depois das ações, como por exemplo, a limpeza na comunidade e as poucas queimadas que ainda persistem” (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILONIA).

Para o Lions Club, os resultados foram positivos, e os formandos já servem como formadores, numa visão comportamentalista de fazer Educação Ambiental: “[...] Resultados ultra-positivos. Os alunos das comunidades carentes, eles próprios já servem como formadores” (LIONS).

Achamos importante saber se as organizações perceberam que com o tempo, as pessoas voltaram a ter as mesmas atitudes de antes ou se houve realmente mudança de comportamento. Esta pergunta e as duas últimas se combinam, e uma serve para corroborar a outra, tendo em vista que o que se quer, na verdade, é saber se realmente ocorreu uma mudança de comportamento, se houve mudança de atitude, se houve transformação do cidadão para um cidadão crítico.

Tivemos como resposta pelo representante da Coopbabilônia que as pessoas estão mudando com certeza, porque ele mudou. Novamente nos deparamos com uma educação voltada para a formação de cidadãos conscientes e de sua responsabilidade pela melhoria e preservação das condições de vida. Houve transformação do cidadão:

[...] Quando eu falo das pessoas, eu gosto de falar da minha pessoa, também. Eu fui um grande caçador até meus 20 anos. Hoje a minha consciência é outra. Não adianta você falar que o meio ambiente é bom, mas, para as pessoas você mostra que a sua compostura não está condizente com o que você diz. Então o nosso comportamento tem que ser exemplar, para que as pessoas acreditem naquilo que a gente está falando. Não adianta eu brigar com o cara que jogou o papelzinho pela janela do ônibus, se em seguida eu faço a mesma coisa. As pessoas estão mudando com certeza, porque eu mudei, e isso é uma grande vantagem (COOPBABILÔNIA).

Para a Academia Brasileira do Meio Ambiente houve realmente mudança no comportamento, e já existe uma consciência em relação a isso: “[...] Tem havido mudanças de comportamento para melhor. As pessoas já estão se conscientizando da preservação do Meio Ambiente” (ACADEMIA BRASILEIRA DO MEIO AMBIENTE).

O representante da Associação de Moradores do Morro da Babilônia é de opinião que as mudanças ocorrem, e ocorrem mesmo, desde que o trabalho não seja pontual, só naquele momento, e sim sistêmico.

Entendemos com isso, que é preciso que o morador tenha uma visão socioambiental:

[...] Olha, a mudança de comportamento da pessoa vai ter se o programa for permanente, e para chegar ao ponto da pessoa fazer aquilo sem sentir. Agora se a gente vai vir para uma área e botar panfleto lá, fala e depois não volta para ver o que aconteceu, a pessoa volta a incidir no mesmo erro (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILONIA).

Na opinião do Lions Club, a mudança foi definitiva, tendo em vista que os seus trabalhos já são realizados há mais de dois anos e isso nos remete ao entendimento de que ocorreu uma educação voltada para a formação de cidadãos críticos, preocupados com a preservação das condições de vida na sociedade: “[...] Não, a mudança parece ser definitiva, sabemos disso porque já fazemos isso há mais de dois anos” (LIONS).

Saber o que os levou a introduzir a questão do Meio Ambiente em sua proposta de trabalho nos importa, pois gostaríamos de ouvir aqui como resposta, se a organização realmente tinha como proposta a resolução dos problemas ambientais, por perceberem sua existência, se a pretensão surgiu no decorrer dos trabalhos, tendo em vista a necessidade dos mesmos ou se simplesmente apresentam uma proposta de trabalho sem saber se efetivamente haveria seu cumprimento.

Primeiro respondeu o representante da Coopbabilônia, dizendo que foi uma opção natural, pois como morador, acabou se interessando mais pela própria comunidade. Constituíram uma Cooperativa com moradores e se fortaleceu mais, e se voltou mais para essa questão ambiental ou seja: seguiu os passos da Rio-92 que recomenda pensar globalmente e agir localmente, e da Conferência de Tbilisi, que recomenda a resolução dos problemas socioambientais locais:

[...] Primeiro, foi uma opção natural, porque eu trabalhei muitos anos em vários meios de esportes, de comunicação, trabalhei um pouco no Governo do Estado e a minha experiência como morador aqui acabou me trazendo para a minha própria comunidade, então eu resolvi, entrei com um grupo que começou trabalhando com mutirão de reflorestamento junto à Prefeitura, e depois nós constituímos uma Cooperativa com moradores daqui, e aí isso me fortaleceu mais, e, aí eu voltei mais para essa questão ambiental (COOPBABILÔNIA).

A resposta da Academia Brasileira do Meio Ambiente foi a seguinte: Tudo que preocupa o Brasil, a preocupa, distanciando-se mais uma vez do bairro em

questão, apesar de sabermos que a preservação da natureza é um desafio mundial: “[...] É o fato de eu ser uma estudiosa dos problemas nacionais, e o Meio Ambiente não é problema nacional, é internacional. Tudo que preocupa o Brasil me preocupa” (ACADEMIA BRASILEIRA DO MEIO AMBIENTE).

Já o representante da Associação de Moradores do Morro da Babilônia respondeu a esta informando-nos da transformação social ocorrida em si mesmo, onde pudemos perceber que não houve apenas mudança de comportamento, e sim mudança de valores. Ele também seguiu os passos da Rio-92, que recomenda pensar globalmente e agir localmente e da Conferência de Tbilisi, que recomenda a resolução dos problemas socioambientais locais:

[...] Primeiro é o compromisso comigo mesmo, com a saúde com minha família e com o local onde moro. Eu estou vendo que eu por ser uma pessoa nativa daqui nós temos ameaça de tudo isso acabar, todo esse verde. Eu cresci pescando, pegando jacaré, chupando manga. Eu olhei para mim mesmo e para minha infância, o que tinha sido isso aqui de verde para mim e vejo uma grande ameaça que nem as instâncias governamentais estão conseguindo conter que é o êxodo rural (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA).

O representante da SAC, mais uma vez demonstra saber que o conceito de Meio Ambiente não é tão restrito como nos foi ensinado anteriormente, quando engloba em sua definição que o Meio Ambiente é também segurança, aquecimento demasiado, população de rua etc, articulando os problemas sociais com os ambientais, numa concepção de totalidade:

[...] Porque o Meio Ambiente é tudo, é um conceito muito vasto, é qualidade de vida, pega tudo, população de rua, trânsito, conflito de vizinhança, aquecimento demasiado do bairro que trás problemas respiratórios. Excesso de numero de veículos, déficit de arborização. Até a segurança (SAC).

Indagamos às organizações que não realizam ações sobre o Meio Ambiente o porquê de não realizarem, para procurarmos entender como uma organização poderá vir a desenvolver um trabalho dentro de um bairro que

apresenta um grande número de problemas socioambientais, e que as preocupações com os mesmos não existem, ou se existem, se realmente seu representante conhece o que seja problema socioambiental.

A Amaleme, através do seu representante, respondeu que não tem recursos financeiros, mas que tem vontade. Deu a entender também que é obrigação do poder público e caso quisesse fazer algo, não conseguiria. Entendemos que esta é uma visão crítica da ausência e da falta de vontade política, onde a Educação Ambiental sozinha não logrará êxito:

[...] Olha volto a lhe falar, vontade de apresentar temos, não temos recursos financeiros. Temos uma vontade de realizar e fazer ai. Mas, toda aquela colocação, que é feita ao Poder Público seria obrigação do Poder Público realizar, porque é um desejo dos moradores, o que a Associação hoje apresenta a gente faz, porque quando você cobra esse tipo de deficiência sócio ambiental, você está tocando esse assunto; só que você encaminha para a Prefeitura e encaminha para os Órgãos competentes, ai nós ficamos naquela boa vontade. Fazer, queremos fazer, agora, compete ao Poder Público realizar (AMALEME).

Já a representante da Câmara Comunitária de Copacabana alega não ter condições de realizar e diz que não é este o seu perfil, que não tem esse enfoque. Para ela, fazer Educação Ambiental tem que dar palestra, tem que promover vídeos, chamar gente, numa visão reducionista, sem se dar conta do que seja Educação Ambiental. Com suas ações, ela sem perceber, acaba por fazer justiça social, na busca de um desenvolvimento social e econômico, inerente à matriz da equidade:

[...] Nós não temos condição de realizar. Para fazer Educação Ambiental você tem que dar palestra, você tem que promover vídeos, chamar gente. Nós não temos esse perfil. Temos até um geógrafo que trabalha conosco que poderia fazer, mas nós não temos esse enfoque. A gente faz esporadicamente, como lhe falei uma ajuda. Precisa rodar panfletos, a gente ajuda rodar. Mas, o curso de Educação Ambiental a gente não dá. A gente nem tem espaço para isso (CÂMARA CUMUNITÁRIA DE COPACABANA).

[...] A Câmara oferece muita coisa ao meu ver à comunidade. A gente tem psicólogos gratuitos, voluntários, isso que eu acho mais legal, nós temos advogados, nós temos uma mediadora, que recebe as pessoas gratuitamente. Nós temos, também, um dentista, que está se propondo a fazer um trabalho aqui. O que a gente faz na verdade é uma ajuda individualizada, para realização de sonho de carreira, futuro, ideais, um rapaz, que nós pagamos o Curso Tamandaré, que o sonho dele era entrar para a Aeronáutica e entrou; mandou retrato. Ele tirou a família da favela, não está mais morando no morro que ele morava, melhorou a condição social dele e da família. Nós pagamos esse curso para ele, que é caro, durante 1 ano, para ele fazer essa prova. Isso são oportunidades, tem que dar chance e a pessoa tem que querer, é óbvio, tem que batalhar por isso, a gente está tentando. A gente também fiscaliza, cobra direto das Autoridades, fazemos dossiê do que está de errado, tanto do Estado, quanto da Prefeitura, mandamos, tiramos fotos (CÂMARA CUMUNITÁRIA DE COPACABANA).

A Sociedade de Amigos do Parque da Chacrinha, pelo seu representante, nos disse que atualmente não tem realizado nada porque o parque foi entregue ao IEF e o administrador do mesmo não se interessa por esse tipo de trabalho, demonstrando assim, a importância que há no envolvimento do poder público em benefício da comunidade: “[...] Atualmente não tem realizado nada porque o parque foi entregue ao IEF e o seu administrador não se interessa por esse tipo de trabalho” (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA).

A questão ambiental é de suma importância, todos sabemos disso, e temos certeza de que os representantes das organizações também sabem, mas gostaríamos de ouvir deles o porquê da importância, haja vista que tínhamos como proposta aqui, conhecer o conceito de Meio Ambiente de cada uma das organizações.

Ouvimos do representante da Coopbabilônia o que gostaríamos que todas as pessoas soubessem, isto é, que todos fazemos parte do Meio Ambiente. Este entendimento deixa para trás a expressão “é tudo o que nos cerca”, apresentando um conceito ampliado de Meio Ambiente, onde aspectos sociais, econômicos, culturais e outros deverão estar presente. Este representante, ao dizer que “se destruirmos esse sistema estaremos trabalhando contra a nossa vida” nos informa que a sobrevivência do homem depende da preservação do Meio Ambiente, numa visão socioambiental:

[...] Porque nós fazemos parte desse Meio Ambiente; os indivíduos quando eles falam de Meio Ambiente eles não se colocam como membro desse sistema, e aí fica parecendo que o Meio Ambiente está de um lado e nós estamos do outro. Eu acho que é certamente diferente, o ser humano ele tem que se sentir como membro desse sistema, desse modo a gente vai continuar vendo por aí as florestas sendo agredidas, os rios sendo poluídos e as coisas acontecendo. Então, eu acho que a gente tem que colocar de uma forma que a gente faça parte desse sistema, que enquanto nós tivermos vendo o Meio Ambiente como uma fonte de renda ou uma área que vai ser renovada naturalmente, nós vamos cada vez mais destruir esse sistema e quando nós destruirmos esse sistema estamos trabalhando contra a nossa vida mesmo (COOPBABILONIA).

Para a Academia Brasileira do Meio Ambiente, é de suma importância, mas, numa visão reducionista de Meio Ambiente, só consegue apontar “o que nos cerca”, mesmo sem ter usado esta expressão, mas com um conceito restrito aos aspectos biológicos. Podemos perceber também que para esta representante, a natureza precisa existir para que o homem seja servido, numa visão pautada na matriz da eficiência: “[...] De suma importância,

porque o bem mais valioso que nós temos é a vida, então, temos que tutelar a nossa vida, preservando a boa qualidade através do ambiente, o ar que respiro” (ACADEMIA BRASILEIRA DO MEIO AMBIENTE).

A Associação de Moradores do Morro da Babilônia nos informou, através de suas respostas, que entende haver uma interdependência entre o homem e a natureza (uma relação dialética entre eles). Demonstra saber que existe um equilíbrio ambiental que precisa ser respeitado e que novas formas de relacionamento do homem com a natureza se faz necessário, numa visão bastante ampliada, condizente com a matriz da equidade:

[...] É uma coisa que a gente já tem na consciência. A gente já sabe que os responsáveis somos nós mesmos. As grandes catástrofes ocorrem por acúmulo de sujeira, até mesmo a camada de ozônio [...] nós somos os responsáveis diretos (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA).

A SAC respondeu que é importantíssimo, mas acaba por responder também com uma concepção de espaço físico puramente, numa visão reducionista de Meio Ambiente, desprezando até mesmo conceitos dados anteriormente: “[...] Meio Ambiente é importantíssimo, por ser qualidade de vida. Um local de trabalho que não seja agradável afeta a sua produção. É importante que ele seja agradável. Para que a pessoa trabalhe com prazer” (SAC).

Apesar de termos pretendido saber o que cada representante pretendia fazer agora em relação à Educação Ambiental, depois de saber ser esta de responsabilidade não só da escola, mas também da sociedade, o enfoque foi dado aos que não estão atualmente com nenhuma proposta de trabalho com o tema Meio Ambiente, isto porque se ele estava fazendo algo, é um cidadão consciente, e se não estava, que fique informado da conscientização que temos que ter como cidadãos consciente.

O representante da Coopbabilônia pretende levar as pessoas para lá, para que apresente o seu trabalho, tendo em vista que 80% dos moradores da comunidade apontaram à vegetação como seu maior patrimônio. Teve a preocupação de agir localmente mas

tem a preocupação de que outras comunidades também venham a desenvolver este mesmo trabalho, numa visão ampliada, onde os benefícios se estenderiam também a outras comunidades, conservando uma relação dialética entre o homem e a natureza:

[...] Minha parte aqui como membro de um grupo, que trabalha protegendo é dizer para as pessoas isso, é trazer as pessoas para cá, para elas entenderem isso, se a gente conseguir conscientizar a nossa família, e a nossa comunidade fica mais fácil levar essa proposta para outras pessoas, que não tem, ainda, essa visão. Para você ter uma idéia, há quatro anos atrás foi feita uma pesquisa muito tempo aqui na comunidade e 80% dos moradores da comunidade apontaram a vegetação como maior patrimônio, que a comunidade tem (COOPBABILONIA).

A Academia Brasileira do Meio Ambiente através de sua representante, concordou com a afirmativa mas não respondeu o que fará agora, repassando a obrigação à todos, sem contudo demonstrar saber que a sociedade com certeza deverá cobrar mais de uma organização que se propõe a desenvolver este trabalho: “[...] A responsabilidade cabe à todos nós, como eu já falei, anteriormente, a uma criança de tenra idade ao macróbio” (ACADEMIA BRASILEIRA DO MEIO AMBIENTE).

O representante da Associação de Moradores do Morro da Babilônia, que ao longo de suas respostas demonstrou conhecer e trabalhar as causas dos problemas socioambientais, se apresenta como um eterno lutador, que jamais desistirá, dando-nos a certeza de que continuará propondo uma sustentabilidade democrática, com uma visão correspondente a matriz da eficiência:

[...] A minha luta é que eu serei um lutador inveterado sempre, não vou desistir, e termino com uma frase de Darci Ribeiro dizendo: se no final de tudo, perder essa batalha, essa guerra, eu já vou ser um vencedor, só por não ter passado para o lado deles, os errados [...] (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA).

A representante do Lions Club respondeu de maneira tal, que nos remeteu ao entendimento de que está satisfeita com os resultados alcançados, não precisando acrescentar em nada o seu trabalho, reportando-nos a

manutenção do *status quo*, referente a matriz da auto-suficiência. Dito isso, percebemos que não haverá, por parte do Lions, uma maior participação para uma conscientização em relação ao Meio Ambiente, e que desta forma, Copacabana, a princesinha do mar, verá as coisas acontecerem sem lutas para que hajam mudanças. “[...] Vamos continuar fazendo e solicitando colaboração de todos como já vínhamos fazendo” (LIONS).

No quadro apresentado a seguir mostraremos os problemas identificados pelas organizações e os que mais as preocupam:

Problemas Apresentados:	Citações Feitas:
Má distribuição e conservação dos espaços	6
Desmatamento	5
Poluição	4
Sujeira – Lixo	4
Favelas e seu crescimento desordenado	3
Queimadas	3
Praia	3
Social	2
Inoperância do poder público	2
Falta de educação e falta de cultura	2
População de rua	2
Saúde	1
População numerosa	1
Concentração de automóveis	1
Falta de contato das pessoas com a natureza	1
Falta de recurso financeiro	1
Turismo	1

Segurança	1
-----------	---

Quadro 1 – Citações Feitas

Problemas Apresentados	Organizações
Poluição:	⇒ COOP. ⇒ ABMA. ⇒ LIONS. ⇒ SACHA
População de rua:	⇒ SACHA ⇒ C.C.C.
Turismo:	⇒ SACHA
Desmatamento:	⇒ COOP. ⇒ ABMA. ⇒ AMMB. ⇒ AMALEME. ⇒ C.C.C.
Odor:	⇒ COOP.
Queimadas:	⇒ COOP. ⇒ C.C.C.
Segurança:	⇒ S.A.C
Má distribuição dos espaços:	⇒ COOP. ⇒ ABMA. ⇒ AMMB. ⇒ AMALAME. ⇒ C.C.C. ⇒ SACHA
Concentração de carros:	⇒ AMMB.

Lixo:	⇨ COOP. ⇨ ABMA. ⇨ LIONS. ⇨ SACHA.
Favelas:	⇨ AMALEME. ⇨ S.A.C.
População numerosa:	⇨ AMMB.
Praia:	⇨ S.A.C. ⇨ COOP. ⇨ SACHA.
Falta da relação homem/natureza:	⇨ AMMB.
Saúde:	⇨ LIONS.
Falta de recursos:	⇨ AMALEME.
Inoperância do poder público:	⇨ AMALEME. ⇨ ABMA.
Campo social:	⇨ AMMB ⇨ C.C.C.

Quadro 2 - Organizações

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de haver hoje uma maior preocupação com a temática ambiental, existem diferentes concepções de Educação Ambiental, como tivemos oportunidade de ver no capítulo 3. Entendemos a partir da pesquisa realizada, que em geral, as organizações do bairro de Copacabana apresentam uma visão reducionista dos problemas socioambientais.

Em nossa análise, observamos que mesmo tendo os representantes das organizações respondido a pergunta “quais são os problemas socioambientais de Copacabana?”, podemos afirmar que nem todos conheciam a expressão socioambiental, mas responderam sobre os problemas de Copacabana, sem saber se existe ou não diferenças entre os problemas ambientais, sociais e os socioambientais.

Apesar das respostas nos remeterem a uma visão social articulada com a visão ambiental, ou seja: socioambiental, na prática, essa visão não existe. Essa visão articulada é mais apresentada pelas organizações que não desenvolvem trabalho de Educação Ambiental. Ela nos parece clara, por exemplo, para os representantes da Câmara Comunitária de Copacabana, da Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha e da Sociedade Amigos de Copacabana. Os representantes de organizações que desenvolvem trabalho de Educação Ambiental com esta perspectiva são: Associação de Moradores do Morro da Babilônia e a CoopBabilônia.

Gostaríamos de destacar algumas das preocupações dos representantes destas organizações, como também enumerar assuntos que poderiam ter sido mencionados e não o foram, como por exemplo: as expressões poluição, sujeira e lixo foram citadas por quatro organizações (Coopbabilônia, Academia Brasileira de Meio Ambiente, Lions Club e Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha). A expressão prostituição, não foi encontrada em nenhuma das respostas, mesmo sendo este um problema do bairro que é conhecido mundialmente, e, como vimos anteriormente, já nos anos de 1930. Só a Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha mencionou o turismo, o que também nos chamou a atenção pelo fato de ser o turismo uma das molas mestres da economia do bairro, o que faz com que a segurança seja dobrada, tendo em vista a prática de se assaltar turistas.

Só uma organização, a Sociedade Amigos de Copacabana, mencionou a segurança, quando disse que ela faz parte do Meio Ambiente, e nenhuma organização mencionou ser o tráfico de drogas um problema socioambiental de Copacabana, isto para nossa surpresa, pois não era o que esperávamos, conhecendo o bairro

como conhecemos. Entendemos que as organizações entrevistadas conhecem que a prostituição e o tráfico são problemas do bairro, apesar de não os definirem como problemas socioambientais.

População de rua, um problema que incomoda bastante os moradores do bairro, foi citada apenas duas vezes: Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha e Câmara Comunitária de Copacabana, e cinco das organizações apontaram o desmatamento como problema: Coopbabilônia, Academia Brasileira de Meio Ambiente, Associação de Moradores do Morro da Babilônia, Amaleme e Câmara Comunitária de Copacabana.

Do aumento das favelas e seu crescimento desordenado, falou a Amaleme, e a Sociedade Amigos de Copacabana. Já o Lions Club foi o único que apresentou um trabalho de prevenção de determinados problemas de saúde. Só a Coopbabilônia reclamou do odor que algumas vezes se faz sentir devido ao emissário submarino, do lixo e das queimadas foram citadas pela Coopbabilônia e pela Câmara Comunitária de Copacabana. Seis organizações citaram a má distribuição dos espaços públicos e sua conservação: Coopbabilônia, Academia Brasileira de Meio Ambiente, Associação de Moradores do Morro da Babilônia, Amaleme, Câmara Comunitária de Copacabana e Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha.

Disseram que a praia também é um problema: a Sociedade Amigos de Copacabana, Coopbabilônia e a Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha, esta última, referindo-se aos seus mega-shows. Foram citados só pela Associação de Moradores do Morro da Babilônia a falta de contato das pessoas com a natureza, a população numerosa e a concentração de carros. Falta de recurso foi um assunto só citado pela Amaleme e a inoperância do Poder Público foi citado pela Amaleme e pela Academia Brasileira de Meio Ambiente.

A Coopbabilônia e a Associação de Moradores do Morro da Babilônia trabalham com reflorestamento e ecoturismo. Essas duas organizações afirmam contribuir para mudar o quadro da degradação, e só a Coopbabilônia apresenta um trabalho com caminhadas ecológicas. A Associação de Moradores do Morro da Babilônia é a única que

trabalha com reciclagem, com aula temática para crianças, com garis comunitários e é a única que diz ter compromisso em melhorar o Meio Ambiente em que vive.

Só a Academia Brasileira de Meio Ambiente diz poder mudar através de processos sócio-educativos e na formação de formadores; e só a Amaleme mencionou a falta de educação da população. As organizações Câmara Comunitária de Copacabana e a Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha não desenvolvem nenhum trabalho na área do Meio Ambiente, mas são voluntários quando convidadas, e a Sociedade Amigos de Copacabana não apresentou plano próprio de ação.

Sobre a Educação Ambiental, só a Coopbabilônia e a Associação de Moradores do Morro da Babilônia se pronunciaram. Essas duas têm o mesmo entendimento: a Educação Ambiental deve estar presente em todas as atividades trabalhadas e em todos os locais, nos fornecendo com isso a informação de que esses representantes compreendem ser a Educação Ambiental um tema transversal, além de conhecerem também uma das recomendações da Conferência de Tbilisi, que nos informa que a Educação Ambiental tem que ir onde o homem estiver.

Só a Associação de Moradores do Morro da Babilônia conta com o auxílio de uma rádio para propagar suas atividades e seus conhecimentos sobre o Meio Ambiente, e a Amaleme e a Câmara Comunitária de Copacabana fazem várias campanhas educativas. Quatro das organizações, ou seja: a Sociedade Amigos de Copacabana, a Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha, a Amaleme, a Câmara Comunitária de Copacabana se apresentam muitas vezes como simples intermediários entre o poder público e o morador do bairro. Atuam no trabalho de conscientização a Sociedade Amigos de Copacabana, o Lions Club e a Academia Brasileira de Meio Ambiente.

Todas as organizações apresentam como função conscientizar a população da necessidade da preservação do Meio Ambiente. A Câmara Comunitária de Copacabana se apresenta em escolas, mas afirma não serem essas apresentações campanhas de conscientização dos problemas ambientais.

A Coopbabilônia aborda em seus encontros, temas como: preservação das espécies e das árvores, pois seu trabalho é também o de reflorestar. A Academia Brasileira de Meio

Ambiente aborda a Amazônia, um tema distante da realidade do bairro, caracterizando uma Educação Ambiental desmobilizadora. A Associação de Moradores do Morro da Babilônia, aborda o desmatamento e a construção irregular. A Sociedade Amigos de Copacabana, temas variados e o Lions Club, nos respondeu citando uma praia cheia de objetos.

Em relação às atividades das organizações e sua duração, podemos dizer que: a Coopbabilônia conta com 30 associados e faz caminhadas duas vezes por ano, com a duração de quatro horas. A Academia Brasileira de Meio Ambiente faz palestra mensal, com a duração de duas horas, a Associação de Moradores do Morro da Babilônia promove um curso aos sábados, a Sociedade Amigos de Copacabana promove reunião uma vez por mês com a duração de três horas. O Lions Club promove um curso uma vez ao ano durante dois meses, com uma hora por semana e com alunos de escolas públicas, particulares, pessoas de classe média, moradores do bairro. Sobre os resultados, todas foram unânimes em afirmar que foram positivos, com grandes vitórias. Foram unânimes também ao afirmar que as mudanças de comportamento ocorreram de verdade.

Sobre quais recursos pedagógicos foram utilizados, tivemos como respostas que: A Coopbabilônia tem alguns folhetos em parceria com a Prefeitura, que sempre fornece o material, e com a Riotur também, que tem um folder para divulgar o trabalho da caminhada. Tem o trabalho que é feito no dia-a-dia com moradores, além do apoio da rádio estilo FM da comunidade. A Academia Brasileira de Meio Ambiente diz usar de diversos tipos de recursos, não somente com palavras, exposições. Anualmente, fazem duas exposições. Ela realiza anualmente, no mês de abril, exposição de quadros no Forte de Copacabana, voltado para toda coletividade, não somente para a de Copacabana, mas, para toda população. Sua representante nos informou que no momento não tinha impresso os folhetos e os prospectos desse recurso pedagógico. A Associação de Moradores do Morro da Babilônia disse ter parcerias na questão da limpeza com a COMLURB, que tem os folhetos, e a prefeitura também tem material que deixa com a comunidade. Assim como na área da saúde, que os agentes participam e deixam panfletos para divulgação. Quando o negócio está muito difícil, o próprio representante faz uma carta e espalha, para ter essa relação bem direta com a comunidade. A Sociedade Amigos de Copacabana diz que evoca o

assunto através da internet e pelos informativos mensais, além das reuniões. O Lions nos disse que no momento não tem porque está no final do ano, mas, geralmente desenvolvem junto às escolas, e tiveram a oportunidade de fazer uma cartilha com a professora e os alunos.

Sobre os temas abordados: Pela CoopBabilônia nos foi dito que falam muito da questão das árvores, porque moram numa região privilegiada, no que restou da Mata Atlântica, então tem o foco voltado para essa questão da preservação dessas espécies. E quando se preserva árvores, se está preservando pássaros e roedores que estão lá, e toda uma fauna e uma flora. A Academia Brasileira de Meio Ambiente aborda temas em suas reuniões como “AMAZÔNIA”, mas deveria estar agindo “localmente”. O representante da Associação de Moradores do Morro da Babilônia diz que o tema principal é o da construção irregular, sem as técnicas da engenharia e o desmatamento para a referida construção. O representante da SAC quando fala sobre o Meio Ambiente, afirma que ele não é só o verde, mostrando uma visão mais abrangente de Meio Ambiente, onde engloba casa, população de rua e camelô, além de qualidade de vida. A resposta do Lions Club, através de sua representante, foi mencionar uma praia cheia de objetos estranhos.

Sobre o perfil dos participantes, responderam da seguinte maneira: A CoopBabilônia tem cerca de 20 associados da cooperativa que estão trabalhando efetivamente. No grupo, tem os agentes da associação de moradores, têm os garis comunitários, os diretores, o grupo das escolas, o grupo de teatro que atuam ali, tem o pessoal de uma colônia de férias, também. Todos esses parceiros são voltados, também, dentro do tema de cada um, falar da questão ambiental. A caminhada, ela tem duas vezes por ano, sempre numa data comemorativa; no dia da terra ou no dia da árvore, com início às 11:00 horas e término previsto para às 14:00h. Na Academia Brasileira de Meio Ambiente, o perfil é variável, mas, geralmente, classe média alta. Na Associação de Moradores do Morro da Babilônia, são crianças e jovens da comunidade. Na SAC, são os moradores do bairro de Copacabana. Do Lions Club são alunos das escolas públicas e particulares.

Os motivos que levaram os representantes das organizações a trabalhar com o Meio Ambiente foi para a CoopBabilônia, o fato de seu representante ser morador da comunidade, “foi uma opção natural!”. A representante da Academia Brasileira de Meio Ambiente alega ter sido por uma preocupação nacional, e o representante da Associação de Moradores do Morro da Babilônia pela

transformação que ocorreu no local onde vive. O representante da Sociedade Amigos de Copacabana porque diz que o Meio Ambiente é tudo, e a representante do Lions Club, alega ser para garantir a sadia qualidade de vida.

Todos afirmam saber que a questão ambiental é muito importante e quatro delas (Associação de Moradores do Morro da Babilônia, Amaleme, Câmara Comunitária de Copacabana e Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha) demonstraram conhecer o resultado das agressões da sociedade à natureza. Os representantes da Coopbabilônia, da Amaleme, da Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha e do Lions Club pretendem continuar conscientizando as pessoas da importância de se preservar o Meio Ambiente. A Academia Brasileira de Meio Ambiente não respondeu a essa pergunta. O representante da Associação de Moradores do Morro da Babilônia diz que continuará lutando em favor das causas ambientais, como tem feito e a Câmara Comunitária de Copacabana diz que não trabalha, mas que poderá vir a trabalhar com as questões ambientais.

O conceito de Meio Ambiente dado pela Associação Brasileira de Meio Ambiente, Lions Club, Câmara Comunitária de Copacabana e a Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha é uma concepção de Educação Ambiental pautada na matriz da eficiência, onde o Meio Ambiente é visto como algo separado do ser humano, algo que lhe cerca e precisa ser dominado. Porém, ao ouvirmos o conceito de Meio Ambiente de alguns representantes de organizações, nos deparamos com uma visão diferente, como veremos a seguir:

O conceito de Meio Ambiente nos pareceu ser claro para o representante da Sociedade Amigos de Copacabana quando incluiu “população de rua”. Já o representante da Coopbabilônia, demonstrou entender realmente o que seria, tendo em vista a resposta apresentada: “[...] Nós fazemos parte desse Meio Ambiente [...]”. O representante da Amaleme também discorreu sobre o assunto, respondendo que “[...] ele faz parte de nossa vida [...]”, “[...] ele é tudo [...]”, só não disse que nós fazemos parte dele, apesar de ter falado que “[...] o homem está se destruindo, destruindo a natureza [...]”. Estas respostas nos remetem a matriz da equidade onde o Meio Ambiente é visto com o homem presente e que

qualquer problema ambiental é socioambiental, tendo em vista que está sempre intimamente ligado ao homem. A Educação Ambiental desta matriz tem por objetivo a crítica e a transformação social questionando o modo de produção capitalista. O homem aqui não se sente expectador, e sim integrado ao Meio Ambiente, existindo uma reação dialética entre o homem e a natureza, ou seja: uma interdependência.

Porém, não adianta se conhecer o conceito de Meio Ambiente e não se garantir um Desenvolvimento Sustentável. Para que isso ocorra, a Educação Ambiental deverá ser transformadora.

Quanto aos cursos oferecidos pelas organizações e sua duração, entendemos merecer maior atenção das mesmas pelo fato de que deveria constituir uma educação permanente, geral, que reaja às mudanças que são produzidas neste mundo que está em constante mudança, evoluindo a todo tempo.

Em relação a “falta de educação” que a comunidade apresenta em relação às questões ambientais, citada pela Amaleme, podemos dizer neste momento, que, de acordo com o princípio da omnilateralidade de Marx, toda Educação é Ambiental.

Em relação ao trabalho de conscientização que as organizações afirmam fazer, gostaríamos de dizer que, nos tempos atuais, a consciência ecológica é uma necessidade e está sendo cada vez mais difundida, isto porque a preocupação com a preservação do Meio Ambiente e com a poluição, é cada vez mais evocada.

Sobre as respostas dadas em relação à eficácia das ações das organizações, nos parece que ficou próximo à matriz da equidade, mas para isto, as organizações precisam oferecer a oportunidade de uma visão crítica em relação às questões ambientais e mudança de conduta nos indivíduos, que não seja comportamentalista.

Apesar da Amaleme e da Câmara Comunitária de Copacabana terem nos informado de que não atuam na área ambiental, optamos por considerar várias de suas respostas, pois apresentam o mesmo perfil e desenvolvem o mesmo papel de outras que se dizem fazer Educação Ambiental. Quanto ao importante trabalho social que algumas organizações apresentam e tivemos a oportunidade de conhecer, não analisamos, tendo em vista que não era essa a nossa intenção.

Pudemos perceber em nossa pesquisa, que nas organizações civis que visitamos e que efetivamente têm algum trabalho voltado para a questão ambiental, apresentam diferentes concepções de Educação Ambiental que estão pautadas em diferentes matrizes teóricas. Dividimos as organizações em três grupos:

- A que não está desenvolvendo ou não informou as atividades relacionadas com o meio ambiente: Sociedade dos Amigos do Parque da Chacrinha;
- As que entendem que sua função é servir de intermediário entre o cidadão e os órgãos de defesa do Meio Ambiente: Sociedade dos Amigos de Copacabana, Amaleme e a Câmara Comunitária de Copacabana. Em princípio, todas elas têm esta função com exceção da Academia Brasileira de Meio Ambiente, mas percebemos que as três primeiras organizações citadas atuam quase que exclusivamente desta maneira, como se este fosse o seu objetivo precípua. Quando caracterizamos o Lions, sua presidente à época, nos informou que este clube de serviços só atuava com a questão ambiental como intermediária, mas ao percebermos as informações da representante que nos respondeu, nos deparamos com novas ações, então resolvemos não incluí-la neste primeiro momento. Fazem parte deste grupo também as organizações que entendem que atividade de Educação Ambiental é feita apenas com palestras, que são o Lions e a Associação Brasileira de Meio Ambiente.
- As que efetivamente têm projetos voltados para o Meio Ambiente: CoopBabilônia e Associação de Moradores do Morro da Babilônia.

O primeiro grupo, composto apenas da Sociedade Amigos do Parque da Chacrinha não está atualmente desenvolvendo nenhum tipo de trabalho e não têm projetos em andamento.

O segundo grupo, as que entendem que sua função é servir de intermediário entre o cidadão e os órgãos de defesa do Meio Ambiente e as que entendem que atividade de Educação Ambiental é feita apenas com palestras, nos apontam uma concepção reducionista de Meio Ambiente, na qual se vê na preservação pura e simples a melhor forma do homem lidar com a natureza, atribuindo à tecnologia e à aplicação de punições a capacidade de solucionar todos os problemas ambientais, não questionando as formas de produção e o modelo econômico vigente. Não incorpora o ser humano ou as dimensões social, ética, política e cultural da temática ambiental, assumindo uma postura antropocêntrica onde os recursos naturais são apenas matérias-primas. A preocupação da Educação Ambiental se restringe à preservação dos recursos naturais.

O terceiro grupo, os que têm projetos em andamento: a CoopBabilônia mostrou, inicialmente, uma concepção reducionista da questão ambiental, também entendendo que a conservação e a tecnologia (reflorestamento) solucionariam os problemas ambientais, conforme notamos ser a linha de pensamento das

organizações que formam o nosso segundo grupo. Apesar de se tratar de uma cooperativa, pensamos ainda ser a proposta de uma Educação Ambiental acrítica, pois pudemos observar que a preocupação estava na preservação, no replantio. Porém, os demais projetos da cooperativa foram postos em prática (formação de condutores para orientar nas visitas à trilha colonial do morro da Babilônia, realização de coleta seletiva de lixo e reciclagem, e formação de agentes ambientais para conscientizar a comunidade) e entendemos que aí sim, temos uma Educação Ambiental crítica.

Por fim, a Associação de Moradores do Morro da Babilônia é, para nós, a que tem demonstrado uma preocupação maior no desenvolvimento de Educação Ambiental crítica em seus projetos. Enquanto na abordagem reducionista do Meio Ambiente a tecnologia é vista como solução para os problemas ambientais, na concepção crítica a transformação da sociedade está ligada a uma relação dialética, de causas e conseqüências, onde há uma reciprocidade na transformação do indivíduo e da sociedade (matriz da equidade). Na concepção crítica de Educação Ambiental, o Meio Ambiente é um conjunto de elementos interdependentes. A desarmonia com que a sociedade contemporânea convive com o Meio Ambiente gera uma série de impactos na natureza que agravam ainda mais os problemas ambientais.

É este tipo de educação que pudemos encontrar nas propostas dos representantes das associações de moradores que, em seu discurso e prática, enfatizam a necessidade de se pensar a relação entre homem e Meio Ambiente atrelada às relações sociais. Entendemos que existe o predomínio da visão reducionista, e que a causa seria a ausência de debates sobre a realidade socioambiental. Não basta reflorestar, ou punir, como vimos como ideal para outras entidades, mas é preciso trazer as questões sociais para o debate, conscientizar a população de seu papel de cidadã, incluída socialmente, ciente de suas necessidades e do direito que tem em reivindicar seus direitos, tendo em vista que podemos contar com a tecnologia, com as leis, que existem e estão aí, aguardando a proposição de seus interessados. O que falta então, já que há suporte técnico e leis punitivas e reguladoras?

Cidadania. É isso que falta. É o papel do cidadão consciente que inexistente e se faz necessário para que se complete um triângulo onde há de haver um compromisso com a sustentabilidade, fazendo com isso, que diminua o número de gerações que virão sem ao menos sentir que houve consenso entre seus avós e pais com a perspectiva de lhe entregar um mundo mais humanizado em que as pessoas pudessem viver se respeitando, além de um Meio Ambiente preservado, já que, diz um provérbio indígena que “[...] não herdamos a terra de nossos pais, nós a tomamos emprestada dos nossos filhos [...]”

Portanto, entendemos que esse trabalho deverá contribuir para que novas propostas sejam apresentadas, desta vez, com preocupações em aspectos ambientais, sociais, políticos, econômicos, culturais etc, sempre atreladas às relações sociais, colocando-nos a disposição destas e de quaisquer outra organização para que a mesma possa oferecer um trabalho com o entendimento necessário ao fiel cumprimento do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H.O. (Org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. **Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático**: FASE, 1999. 72 p. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, n. 1).

AFONSO, A. J. Sociologia da educação não-escolar: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES e S.R. Stoer (Orgs.) **A sociologia na escola - Professores, educação e desenvolvimento**. Porto: Afrontamento, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação). **Base de Dados - CD-ROM ANPED (1981-1996)**. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 1997.

ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação). **Base de Dados - CD-ROM ANPED (1981-1998)**. 3. ed. São Paulo: Ação Educativa, 1999.

BAIRROS DO RIO. **Leme e Copacabana**. Rio de Janeiro: Ed. Frahia, 2000.

BARBIERE, J.C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, C. R. **A Educação Popular na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL, MEC. **Decreto 4.281** de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília: Imprensa Nacional, 2002.

BRASIL. **Lei 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: Imprensa Nacional, 1981.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

BRASIL. **Lei 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Imprensa Nacional, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A Educação Ambiental: informe geral**. Brasília, DF: Diretoria de Educação Ambiental, 2000.

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

CARDOSO E. D. et al. **História dos Bairros Memória Urbana**. Rio de Janeiro: Ed. Index, 1986.

CORDEIRO, R.C. Ciência das Riquezas: potência da natureza, fonte de riqueza. In: _____. **Da riqueza das nações à ciência das riquezas**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 63-93.

CULTURA (Org.). **Educação Ambiental, as Grandes Orientações da Conferência Internacional de Tbilisi**. Revisão da tradução: Norma Guimarães Azeredo, Vitória. A. B. Rodrigues. Ed. IBAMA, (Coleção Série Estudos Educação Ambiental - Ed. Especial), 1997, 54 p.

DELUIZ, N.; NOVICKI, V. Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: implicações para uma proposta de formação crítica. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, 30(2) maio/ago. 2004.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8. edição. São Paulo: Gaia, 2003.

DIAS, G. F. **Os Quinze Anos da Educação Ambiental no Brasil: um Depoimento**. Brasília: v. 10, n. 49, jan/março. 1991

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

GOHN, M. G. **Educação Não-formal e Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 2001.

GRÜN, M. **Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária**. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 1996.

GRÜN, M. **Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico, 3. ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental**. Duque de Caxias: Unigranrio Editora, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO, 2002**.

LAMAUNIER, G. J. **Lembrando Copacabana: 109 anos: 1892-2001**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2001. 166 p.

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental. In: REIGOTA, M. **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOUREIRO, C. F. B., Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P. P. & CASTRO, R. S (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, M. E.D.A. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1998.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 1982.

MEC/SEF (Secretaria da Educação Fundamental/MEC). **Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MEC/SEF (Secretaria da Educação Fundamental/MEC). **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MEC/SEF, (Secretaria de Educação Fundamental/ MEC). **Parâmetros Curriculares nacionais (1ª à 4ª série)**, Brasília, 1997 - volumes 1, 8, 9.

MINEIRO, P. A prova de kioto. **SENAC e Educação Ambiental**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 42, setembro/dezembro 2002.

MORAIS, E. **História dos Subúrbios - Copacabana**, Departamento de História e documentação da Prefeitura do Distrito Federal, Revista dos Tribunais Ltda, 1959.

NOVICKI, V. Abordagens Teórico-Metodológicas na Pesquisa Discente em Educação Ambiental: Programas de Pós-Graduação em Educação do Rio de Janeiro (1981-2002). In: 26ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA ANPED, 2003, Poços de Caldas. **Anais...** 2003.

NOVICKI, V. Brasil autoritário: transições negociadas rumo à democracia tutelada. In: _____. **Política Fundiária e Cultura Administrativa nos anos 80: governos federal, fluminense e paulista**. 1998. NÚMERO DE FOLHAS. Tese (Doutorado) – UNICAMP - IFCH, Campinas, SP, 1998.

NOVICKI, V.; GONZALEZ, W. R. C. Competências e Meio Ambiente: uma análise crítica dos referenciais curriculares da Educação Profissional de nível técnico. **Ambiente & Educação**, Rio Grande do Sul, v. 8, p. 95-116, 2003.

NOVICKI, V; MACCARIELLO, M. C. M. M. Educação Ambiental no Ensino Fundamental : as representações sociais dos profissionais da Educação. In: 25ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA ANPED, 2002, Caxambú. **Anais...** 25ª Reunião Anual. 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **La educación ambiental**: las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi. Paris: ONU, 1980.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Org.) **Educação Ambiental**: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília: IBAMA, 2002.

QUESNAY, F. **Quadro Econômico**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

RIO DE JANEIRO. Companhia Municipal de Limpeza Urbana. **CENSO 2003**.

RIO DE JANEIRO. Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S/A - Riotur, **Copacabana- Subsídios para sua História, 1892/1992**. Rio de Janeiro, 1992.

SMITH, A. **Riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução João Baraúna. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.2v.

COPACABANA. Disponível em : <<http://www.copacabanaonline.com.br/história.asp>>. Acesso em: 16 fevereiro 2006.

A HISTÓRIA DE COPACABANA. Disponível em: <<http://www.copacabana.com>>. Acesso em: 04 setembro 2004; 16 fevereiro 2006.

WALDMAN, M. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

ANEXO - Entrevistas com os dirigentes das organizações da sociedade civil:

1 - Na sua opinião, quais são os problemas socioambientais de Copacabana?

[...] São grandes. Primeiro a gente trata da poluição, que a gente está acostumado a perceber muito, é aquela mais visível: das praias, as poluições visuais e sonoras; mas, também, tem uma questão muito grave que são aquelas que a gente quase não percebe por exemplo: passa um emissário submarino aqui, tem um odor horrível, tem a sujeira que a própria comunidade deixa aqui sem nenhum tratamento mais específico, mas, também tem em algumas áreas é a queima de resíduos, vizinhos que fazem queima de resíduos, aqui na comunidade, ainda, tem algumas pessoas que tem esse hábito de queimar as coisas, alguma parte de seu lixo. Mas, também, as poluições quando agridem diretamente a nossa mata, quando você desmata você, também, está contribuindo para uma forma de poluição, você danifica um bem, é natural você está ajudando a degradar aquela área, também, considero isso como uma forma de poluição (COOPBABILÔNIA).

[...] Os problemas são inúmeros: Muita poluição, uso desordenado das areias da praia, má distribuição dos espaços, o que nós precisamos aqui é manter com o auxílio das autoridades competentes a melhor qualidade de vida para a população (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE) .

[...] Se eu for identificar [...] Não podemos esquecer das áreas de preservação que temos. É constante. Lá não vemos um trabalho de arborização. Não vemos uma preocupação de manter as pessoas em contato com a natureza como nas favelas. O espaço é mal utilizado.

Vemos uma concentração de atividades e carros em Copacabana. A população é muito grande (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA) .

[...] Antes de mais nada gostaria de falar, esse socioambientais se for do lado nefasto, eu digo que é por falta de recurso, porque sem nenhum preconceito, mas ao longo dos anos vem havendo toda a degradação do espaço físico ou então tanto da área verde, quanto aumento da favelização, estou falando justamente disso: o Poder Público não chegou ao parâmetro básico, que seria dar todo aquele suporte à comunidade, principalmente àquelas que pagam os seus tributos, que pagam o IPTU, que pagam toda sua carga tributária, quando comprou o seu imóvel fez um investimento e requereu uma valorização. Agora, requerendo dessa parte nefasta foi isso. Houve um crescimento desordenado das favelas, digo prá você, que foi sorteado tanto da restrita Babilônia, mas se analisar Copacabana, principalmente, morro do cabrito, Pavão, Pavãozinho, daí por diante houve um crescimento desordenado, porque quando a Prefeitura se propôs ou então o Governo do Estado, através da habitação, aliás das subsecretarias políticas houve sempre o que tem havido. É isso, esse desmatamento desordenado, porque se há um controle, mais ou menos organizado como esse projeto mirabolante como favela bairro, bairrinho, poderia não se coibir, mas pelo menos disciplinar todo esse sistema de favelização, por isso tem criado esse problema sócio ambiental em Copacabana, por causa disso tá havendo desmatamento constante, digo para você que no bairro e em Copacabana também tem havido reclamações constantes no bairro sobre desmatamento para construção de novas casas. Basta ver uma matéria, que foi feita no Globo no mês de setembro/outubro. Foi feita uma amostragem do alto e tem havido um crescimento desordenado. Se o Poder Público não tomar uma providência que possa realmente impedir ou então dar uma freada nessas condições irregulares, brevemente estaremos convivendo com uma pura Rocinha, quando as coisas estarão acontecendo nas portas do apartamento, como na Rocinha tem nas portas do Túnel, então não é questão de menosprezar o favelado, que muitas das vezes são pessoas que precisam do seu abrigo, mas o que tem havido é inoperância do poder Público, porque hoje em dia quem tem tomado e feito essas coisas são pessoas, que precisam morar. Mas o Governo sabe, tanto no âmbito municipal e estadual. Eles sabem, que não são pessoas pobres, o que tem havido é especulação imobiliária do morro e do bairro eu digo a você , que vontade eu tenho, porque moraram muita gente ai, porque eu estaria construindo em frentes as pessoas que são meus amigos, que me deram voto de confiança ao assumir a associação, tentar ajudar a amenizar ou então tentar em parceria solucionar esse problema de invasões do que podemos bem chegar, pegar uma área vazia , pegar empréstimos oficiais e construir lá a minha casa de 2, 3 andares e viver de aluguel, então parte desse problema compete a incompetência do Poder Público em não frear (AMAL,EME) .

[...] Sociosambientais, acho que temos vários problemas, por exemplo: população de rua para mim é um problema socioambiental.; eles sujaram coisas; a má conservação pra mim, também é um problema socioambiental, porque chove, o asfalto é ruim, aumenta o buraco. Mas, temos ao mesmo tempo uma conscientização maior hoje em relação há 10 anos atrás, o replantio, a vegetação natural do morro da Babilônia, morro São João está diminuindo, e já é uma grande melhora. Eu acho, que as próprias Escolas já estão vendo aquele pequeno, mas já é um avanço na educação ambiental. Eu acho que a conservação das Praças, Parques e Jardins sofrem para manter, mas, ainda deixam a desejar. Existem pessoas, já cuidando da praça nossa, por exemplo, também temos esse cuidado de conservar esses espaços de praça e planta. Começamos no Lido, quando fizemos uma calçada da fama, homenageando os moradores famosos de Copacabana, e ao jardins estavam muito feios, então, nós resolvemos por nossa conta reformar, claro, com a autorização de Parques e jardins. Foi tão bom o resultado, que agora a Prefeitura nos apóia em qualquer evento que se faça em Praça Pública, porque sabe que o retorno é para Praça, como agora, a gente fez pintura, replantio (CÂMARA COMUNITÁRIA DE COPACABANA) .

[...] Copacabana não tem muitos problemas, mas os poucos que tem são sérios. Tem o problema das encostas, particularmente as favelas, que estão ocupando cada vez mais as poucas áreas verdes que restam. E a praia, nossa região litorânea (SAC).

[...] Vou começar citando o abandono do parque da Chacrinha, que tem um poço que está cheio de água e com o risco de uma criança cair e morrer afogada. Tem uma árvore que está caindo. Uma já caiu e machucou o braço de uma criança. Outra queixa é a sujeira dos cachorros, que algumas pessoas pegam, outras não. A COMLURB não varre as ruas nas proximidades do parque alegando ser ali um condomínio, mas ali não é condomínio, porque entra carro, caminhão e tudo mais. Os meninos de rua também são um problema, pois com estes, nem a PM pode fazer nada! Os shows na praia também trazem problemas, mas também trazem turistas, e Copacabana vive disto. Acho que a fiscalização deveria agir mais, como fazer a pessoa catar o que jogou no chão, seja papel, latinha ou qualquer outra coisa (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA) .

[...] O Lions Club procura detectar os problemas sócios ambientais, procurando melhorar ao máximo na medida de suas possibilidades. Mantemos a feira de saúde todo último domingo do mês no Lido. Vem gente de todo lugar e não só do Bairro. Poluição excessiva, mal utilização de locais como praças e praias (LIONS CLUB).

2. Como esta organização pode fazer algo para mudar este quadro?

[...] Aliás a nossa Cooperativa já está dando uma pequena contribuição para mudar esse quadro. Nós temos uma parceria muito boa com a Prefeitura, agora com o Riotur. A gente vem fazendo um trabalho aqui com a Prefeitura começou em 95 e com o Riotur em 2001. Dizem que já reproduziu cerca de 50 hectares, com mais de 400 mil mudas plantadas nessa área de mata atlântica, nesse pedaço de mata atlântica, que, ainda resta aqui no Rio de Janeiro. É um trabalho muito bom, fora que é um apoio de agentes ambientais, que procuram fazer uma conscientização (COOPBABILONIA).

[...] Através de processos sócios educativos, ou seja, costumes, palestras voltadas para a população. Pretendo formar formadores, que é a melhor coisa, dando palestras em escolas e comunidades (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE).

[. . .] A gente já tem feito muita coisa, como reciclagem de pet, garis comunitários e mutirão de reflorestamento. A associação tem o compromisso de melhorar o meio onde vive, não deixando muito lixo ir lá para baixo, diminuir os focos de dengue e ratos (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA).

[...] São campanhas educativas, tanto é que está inserida lá dentro. LEME BAIRRO MODELO, são plaquinhas que são colocadas. A gente começa a colocar nas ruas, vêm pessoas mal educadas e então arrancam, PRESERVE A NATUREZA. Foram plantadas na Rua Hilário Gouveia da Costa 5 árvores. Teve uma moradora recalcada, frustrada, problemática, ela foi colocar o carro dela e conseguiu arrancar o gradeado. Então, porque compete a cada um ter a educação, porque nós tentamos fazer a nossa parte, tentamos unir forças, mas infelizmente a gente consegue com mil. Mas, basta um só para destruir todo aquele trabalho em função disso, da falta de educação. O que falta hoje em dia dentro do preceito de meio ambiente é a educação. A Amaleme é uma Instituição onde existe uma diretoria, o Conselho, onde representa a maioria, que foi o voto direto. Agora, temos tentado de tudo quanto é forma, a tentar resolver. Tanto é que basta ver, vou lhe dar boletins informativos, onde consta a minha visita de agenda com secretários e representantes do Poder Público. Tem inclusive inúmeras informações de moradores que me repassam e eu repasso ao Poder Público. Ao meio ambiente, a Secretaria

Municipal de meio ambiente, inclusive o meu amigo Renato Reis, Airton Xerez sabem que constantemente estou tocando a mesma tecla em função do desmatamento desenfreado, então a Amaleme tem feito a parte dela de comunicar certas situações adversas, que tem acontecido. Mas, infelizmente, quando voltei a citar da inoperância do Poder Público em não fazer nada, então a Associação fica de pé e mão atadas, porque ela não tem o poder de polícia. Ela tem poder de representar os moradores junto ao Poder Público. Agora, compete ao Poder Público de tomar suas providências e realizar e executar aquilo que o contribuinte lhe paga (AMALEME).

[...] É difícil, porque na verdade isso é uma coisa, que tinha que ser um trabalho. Que tinha que ser feito desde Escola desde criança em casa. A gente aqui não tem estrutura nem real objetivo de fazer isso. Nós temos outro objetivo não esse. Esse está inserido evidentemente no conceito de ambiente, mas não é específico, o que a gente faz é sempre ajudar a participar. O Lions , quando eles fazem mutirões a gente participa, ou o próprio Isaías do morro da babilônia quando precisa de ajuda, mas não é um trabalho que a Câmara desenvolva individualmente (CÂMARA COMUNITÁRIA DE COPACABANA) .

[...] Está em curso a discussão do plano diretor do município do Rio de Janeiro. Na esfera do meio ambiente, respeitar o eco-limite, preservando o que ainda se pode, e onde houver deficiência tem que haver reflorestamento. Meio ambiente não é só o verde, é o todo, até a área urbanizada. Copacabana tem uma deficiência na sua urbanização (SAC).

[...] Pode ajudar em tudo que for chamada. Todo ano distribuimos roupas e brinquedos no fim do ano, ajudamos no posto de saúde etc (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA) .

[. . .] Conscientizar a população/comunidade da necessidade da preservação da boa qualidade de vida e sustentabilidade para o bem de todos (LIONS CLUBE) .

3. Que tipos de atividades de educação ambiental esta entidade realiza?

[...] Olha, nós temos aqui 8 parceiros, fora a Associação de moradores, também, atua muito caminhadas programadas para mostrar esse trabalho, focando, justamente essa questão de divulgar o trabalho, ma também de falar da importância do trabalho. Educação ambiental tem que ser vista como um todo. Ela tem que ser trabalhada nas Escolas, nos ambientes de trabalho, não só pela Prefeitura, pelo Governo, mas, também nesses locais públicos, que a base da boa educação está aonde? Está nas Escolas, então a gente tem que ver aqui porque as crianças que moram aqui no futuro vão ter chances de acompanhar esse desenvolvimento e também fazer uso desse patrimônio natural, que nós temos aqui. Projetos que vão ser incrementados aqui: um dos principais, além do projeto de reflorestamento é um projeto de ecoturismo, que já existe e está sendo incrementado agora. Nós já

fizemos um curso. Semana que vem, dia 28, nós vamos dar início ao segundo. Esse projeto tem a finalidade de mostrar para a sociedade tudo que está sendo feito, gerar renda e preservar, ainda mais, o que a gente já tem aqui e em seguida contamos com todos aqueles parceiros o comitê de escopo, que se reúne uma vez por mês aqui no Forte. Sociedade civil está toda lá, tem a Prefeitura, o Exército, o Governo do Estado como parceiros e a gente discute todos os projetos que são incrementados aqui na área de proteção ambiental e a partir de 1991 é uma lei decreto municipal formalizando a criação de APA aqui no Morro da Babilônia e São João.

Nós fizemos um curso de Ecoturismo aberto ano passado, abrimos as portas para qualquer um que pudesse se inscrever e a gente pede que no mínimo o aluno estivesse no mínimo cursando o segundo grau, porque a gente precisa as pessoas terem no mínimo dois idiomas para poderem atender o turista internacional, principalmente para moradores daqui, que conhecem esse trabalho e a idéia é fazer com que eles recebam as pessoas, gerando renda e divulgando cada vez mais o nosso trabalho aqui.

Exatamente esse curso terá início na segunda-feira dia 28, e o período é de 30 dias e uma carga horária de 2 horas, para que a pessoa esteja muito bem essas informações, principalmente as que a gente tem aqui na comunidade, mas com algumas para que são necessárias para o bom andamento do projeto, ou seja, prevenção de acidentes, ou seja, entendeu de comportamento na trilha, de segurança na trilha. A trilha tem que ser respeitada, ela tem uma capacidade mínima. Ela não pode ser saturada, que depois, vem à erosão e ai a gente acaba perdendo. A gente não quer explorar o meio ambiente. A gente quer ter um meio ambiente, que ele possa nos dar retorno (COOPBABILONIA).

[. . .] Motiva as famílias e os educadores a desenvolver esses hábitos em toda coletividade, uma vez que o meio ambiente é voltado para pessoa da mais tenra idade aos idosos (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE) .

[. . .] O próprio mutirão de reflorestamento e garis comunitários e as crianças também a gente sempre procura dar uma aula temática, falando sobre a questão porque a educação ambiental eu não acho que ela deva ser uma matéria para constar no currículo mas eu acredito que ela deva estar presente em todas as atividades. Eu faço um programa de rádio, nele, não posso deixar de falar a questão do lixo, da harmonia entre o homem e a natureza, da importância disso. Eu acho que dentro de uma sala de aula, o professor tem que ter o compromisso também, né? Educação ambiental, eu acredito que é uma coisa muito ampla,

que pode ser falada na praia e em todos os lugares e nós devemos ter como obrigação falar de educação ambiental. As atividades de Educação Ambiental são realizadas com as crianças aqui da escola e com outros jovens, que agora semana passada a gente começou um curso de Ecopet, que é mexer e fazer arte com material velho. Temos os voluntários Alfredo e a Vera. Essa é uma atividade muito forte nessa questão ambiental, há ainda a reciclagem, além do que a gente cata e repassa. Nós tínhamos muito déficit dentro das canaletas que obstruíam toda essa coisa que a gente já sabe, então, a partir que a gente colocou 8 famílias dependendo daquela venda e tudo mais começou a melhorar isso dentro da comunidade. Nós temos o mutirão do reflorestamento, manutenção das trilhas ecológicas e muitas atividades ligadas à questão ambiental. A gente vai procurando ampliar isso aí (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA) .

[...] Prá ser sincero, de educação ambiental quase nenhuma, porque toda campanha que eu tenho feito, justamente, evitando para que não haja depredação do espaço físico, queimada de lixo, jogada de lixo em encosta, porque aqui em baixo hoje em dia a gente tem essa missão de procurar integração para essas duas comunidades, tanto do asfalto como da favela. Pelo contrário, comunidades organizadas que têm todo aparato de infra-estrutura, na medida do possível, que falta às vezes a educação, que não têm muita cultura de educação, dá mesma forma a má educação lá em cima, que chama de comunidade carente ou favela, acontece aqui em baixo na rua de jogarem ponta de cigarro no chão, papel no chão, lixo no chão, o próprio morador, eu tenho visto isso. Não posso colocar todos mas, não tem muita cultura e educação. Basta você observar, que no Sul existe todo aquele trabalho de qualidade de vida, porque vieram de uma cultura diferente. Mas, a nossa não, a nossa miscigenada e não somos irreverentes, então, de repente levamos toda uma forma e há aquela parte solidária do carioca, mas ele é muito irreverente e mal educado. Eu falo isso o tempo todo, mas não posso de repente expressar a minha opinião nesse momento, porque basta você ver no dia-a-dia tem tantas coisas, que se fizéssemos pelo menos parte de uma campanha educativa, que hoje em dia trabalho dessa forma, fazendo campanha educativa nos boletins dessa forma: Não dê esmola, não jogue; fazendo todo esse trabalho direcionado, então compete que nós olhamos lá dentro e se procurar ver, nós poderemos melhorar, então, depende do Poder Público, e muitas das vezes depende do nosso Poder de Educação (AMALEME).

[...] Educação ambiental nenhuma. A gente dá esse tipo de curso em apoio à Escola Pública. É claro que a professora fala do meio ambiente, a gente sempre tá falando de poluente, jogar papel na rua, enfim, fazer queimada, é isso que a gente faz, mas aqui não tem esse perfil (CÂMARA COMUNITÁRIA DE COPACABANA).

[...] Conscientização, que é um processo gradual. Dentro de todos os fóruns e reuniões, chamar a atenção do cidadão para que ele tenha uma preocupação com o meio ambiente. O meio ambiente é onde vivemos, é seu edifício, sua casa, limpeza da calçada, arborização de rua etc (SAC).

[...] Agora não está realizando nada porque não está mais tomando conta do parque, só leva as reclamações para os órgãos competentes, mas na época, realizava palestras sobre o meio ambiente, palestras sobre segurança, havia creche para as crianças, aula para adulto à noite e trabalho com crianças excepcionais. Na creche havia café da manhã, almoço e lanche. Custava R\$ 40 reais a mensalidade para os que pudessem pagar e para os outros, era de graça. As crianças aprendiam a plantar e a cuidar das plantas (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA).

[. . .] Nós realizamos Palestras, visitas à Colégios da região, Colégio Alencastro Guimarães, escola Roma e Cócio Barcelos. Visitamos todas as escolas da comunidade e fazemos um trabalho de integração de Lions, professores e alunos; falando sobre meio ambiente, conscientizando todos para a necessidade da preservação da qualidade de vida e os professores dos colégios, os diretores passam a ser formadores (LIONS CLUB).

4. Quais são as ações desenvolvidas na conscientização da população realizadas pela organização?

[...] Diretamente voltado para as crianças. Eu acho quando a gente consegue fazer a cabeça de uma criança com um propósito nobre desse, eu tenho certeza que ela vai levar uma mensagem para sua família. O adulto, ele está muito mais voltado para coisas mais rápidas, porque eles estão preocupados em pagar contas, em tirar boas notas e às vezes até com problemas familiares, e as crianças não. A criança está em formação, quando você consegue formar a criança, você vai conseguir com certeza influenciar o pai e a mãe (COOPBABILONIA).

[. . .] A Academia procura seguir os passos do artigo 225 da Constituição do Brasil de 1988, visa não somente uma boa qualidade de vida, o desenvolvimento, a sustentabilidade, e nós nos preocupamos, também,

com o estudo de pacto ambiental e política aplicada pelas autoridades competentes. Muitas vezes nos comunicamos com autoridades competentes a fim do Estado, da União a fim de pedir providência. Uma delas que nos preocupa muito é a despoluição da Baía da Guanabara, isso deve ser olhado com muito carinho (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE).

[...] A rádio comunitária é um instrumento muito forte porque eles são ondas de rádio e por ser ondas de rádio, a gente tem uma conectividade muito maior com as pessoas que estão ouvindo e aí a gente usa ela como um instrumento de divulgação, conscientizando, prevenindo de tudo que acontece. No momento da chuva a gente pede para o morador tirar o lixo de cima do telhado. As casas lá de cima que estão mais próximas da área de conservação ambiental ou dentro dela, tem dois fatores a serem observados: são antigas e pobres, mais pobres da comunidade. Então, às vezes, a consciência não está muito bem informada quanto aos riscos. Às vezes, o acúmulo de lixo atrás da sua casa, vem a ser um problema para o próprio morador. A gente procura dar esses toques: o tempo está fechado, vai chover [...]. Dê uma olhadinha em cima do telhado para ver se a água vai correr e tudo mais. Então a rádio é um instrumento de divulgação que tem além do fluxo de pessoas que frequenta, a associação de moradores e de cada um que entra ali e leva alguma coisa de conscientização (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA) .

[...] Olha a Amaleme uma vez fez um tempo atrás uma campanha: Não dê esmola. Eu quase que apanhei. Ainda bem, que eu tenho testemunha ocular das agressões moral em função da primeira: A pessoa disse que o dinheiro era dela e ela dava para quem quisesse. Se me lembro aqui tenho um boletim informativo, que a Amaleme faz campanha assim: A Amaleme está fazendo uma campanha de conscientização dos moradores para que não dêem esmola à população de rua, que possa manter um bairro limpo, sem existência de mendicância. Isso, a primeira colocação, porque quando eu citei um item ao dar esmola você está estimulando para que eles fiquem na rua pedindo, incomodando e a gente porque está discriminando, também, porque você está estimulando a tudo que é nefasto. Existem as coisas concretas, dizem Instituições Governamentais, a Secretaria de Apoio Social Bolsa-Escola, Bolsa-Família para que estimulem essas crianças a estudarem e a família manterem elas estudando. Se você não segue esse tipo de regra, você está sendo conivente com essa falta de educação e a criação de um futuro marginal, porque ele não teve nenhuma perspectiva de vida, ele vai ter sempre aquela necessidade que cresce de pedir, enquanto você não der você irá sofrer as conseqüências, como aconteceu, dessa senhora, que eu até ri da cara dela. Eu ri, não como Presidente, mas como uma pessoa comum, porque enquanto ela fez a chacota em frente ao local, que no momento eu colocava o papel: Não dê esmola, ela disse que o dinheiro era dela, e ela sofreu na pele um furto desses garotos tão meigos, tão honestos, tão

meiguinho, que assaltaram a filha dela, quer dizer uma agressão física não de certa raiva, para trocar o celular por drogas. Tudo é registrado e acompanhado, eu não cito o nome, porque isso ficou para mim, como um contra argumento, que a conscientização não discrimina, mas diminui o esforço. Você cortando a fonte dessas pessoas elas vão passar para outro lugar. E aqui não, aqui virou um paraíso, porque há pessoas bondosas, que fazem esse tipo de coisa e alimentam um futuro marginal. Temos feito diversas ações de conscientização, como campanha do agasalho, campanha do alimento não perecível, que passadas à comunidade, o Leme por ser um bairro pequeno, ele não é fácil de ser administrado, porque encontramos pessoas miseráveis, mas trabalhadoras e às vezes não têm aquela oportunidade que os de fora têm, porque se você analisar bem, olhando dentro do nosso contexto, dentro da comunidade existe pessoa, que tem dificuldade. Não só na própria comunidade como na Ribeiro da Costa, tem uma senhora que não vou citar, tem um filho doente, que inclusive vai fazer uma cirurgia de ponte de safena, colocar 4 pontes de safena, de repente pode não voltar e vai deixar o filho dela na mão de Deus. Essa é a maneira de se fazer o trabalho nº 1, não com cesta básica, mas todo o trabalho, que eu possa fazer, com a promessa minha pessoal. Você pode até confirmar. Ela é moradora da rua Anchieta, não vou citar. Ela tem um filho deficiente. Mas, o trabalho que eu faço, entrego cesta básica para ela e tenho tentado junto a amigos fisioterapeutas dar todo suporte, que ela possa vir precisar, porque ela é realmente um exemplo de vida. A luta dessa mulher é 24 horas por dia e agora ela vai fazer essa cirurgia. Então uma coisa como essa, silenciosa, como muita gente não sabe são feitas no dia 1º, eu estava entregando pessoalmente para ela uma cesta de natal, é pouca coisa isso, mas dando um voto de esperança e deixando ao inteiro dispor o que eu posso fazer; como estou procurando até hoje uma cadeira de rodas para o filho dela e não consigo achar uma cadeira de rodas. Então são trabalhos, que a gente faz na medida do possível, contando com a participação de todos. Esse é o trabalho da Amaleme (AMALEME).

[...] Olha aqui, depende do que você enfoca, a fonte desenvolvida. A gente faz aqui um trabalho social, temos essa feira artesanal, ajuda ao artesão, que é artesão mesmo a expor e comercializar os seus produtos. Às vezes a gente dá alguma palestra, chama alguém. Nós temos parceria com o Hospital Copadoor. Às vezes vamos lá e falamos alguma coisa, mas meio ambiente a gente não tem esse perfil. Essas ações sócios ambientais, a gente faz é isso, panfletos: Não dê esmola. Dê um cartão telefônico, um vale transporte para a pessoa procurar um abrigo; é isso que a gente faz (CÂMARA COMUNITÁRIA DE COPACABANA).

[. . .] Atuamos denunciando os absurdos que acontecem buscando primeiro uma conscientização do autor para a sua ação e uma conciliação no segundo momento cobrando do poder público a fiscalização (SAC).

[...] Programa de dona Ruth Cardoso, com 50 crianças de 12 aos 15 anos. Tinha prof. de ginástica, teatro, música, pintura e grafismo (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA) .

[...] Nós, de um modo geral conscientizamos do reaproveitamento da água utilizada que, ainda não fazemos, mas já estamos estudando o processo de reaproveitamento das águas, enfatizando, também, junto não somente às escolas, mas, com os síndicos de edifícios que tirar de uso a vassoura hidráulica , a vassoura hidráulica é um desperdício de água, pois os faxineiros devem ser orientados a varrer a calçada com a vassoura e não com o jato d'água (LIONS CLUBE).

5. Que recursos pedagógicos foram utilizados? Ainda tem folhetos, prospectos?

[...] É, nós temos alguns folhetos em parceria com a Prefeitura, que sempre me forneceu. Agora, com Riotur a gente, também, tem o folder para divulgar esse trabalho da caminhada, fora o trabalho que é feito no dia-a-dia com moradores e além do apoio da rádio estilo FM, que a gente tem aqui na comunidade. Então, o material, graças à Deus, é o que a gente mais tem para poder servir de apoio para esse trabalho (COOPBABILONIA).

[. . .] Recursos didáticos pedagógicos inúmeros. Não somente com palavras, exposições. Anualmente, fazemos duas exposições. A Academia Brasileira de Meio Ambiente realiza anualmente no mês de abril exposição de quadros no Forte de Copacabana, voltado para toda coletividade, não somente para a de Copacabana, mas, para toda população do Rio de Janeiro ou de outro Estado que queira participar. Sendo, que esse ano eu recebi um ofício do Ministério da Aeronáutica, dizendo que o Oficial participou, gostou muito e gostaria que fosse realizado na Aeronáutica, então, assim sendo no mês de dezembro nós realizamos uma exposição no Ministério da Aeronáutica, uma bonita festa, patrocinada em conjunto. No momento não temos impressos os folhetos e prospectos desse recurso pedagógico (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE).

[...] É, nós temos parcerias. Na questão da limpeza a COMLURB tem folhetos e a própria prefeitura tem material, vem aqui e deixa com a gente. Assim como na área de saúde, que vem agentes aqui e deixam panfletos para divulgação e quando não, quando o negócio ta muito brabo, que a pessoa ta tacando fogo em lixo, eu mesmo faço um cartas e a gente espalha para ter essa relação bem direta com a comunidade (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA) .

[...] Não, pois o nosso trabalho é muito abrangente, mas sempre que possível evocamos o assunto através da internet, por nossos informativos mensais e em nossas reuniões (SAC).

[...] Era de responsabilidade dos professores de português, música, artes, dança. do pedagogo e do psicólogo (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA) .

[...] No momento, nós não temos, porque, estamos no final do ano, mas, geralmente, desenvolvemos junto às escolas, desenvolvemos trabalhos muito bonitos como na Escola Penedo, que tivemos a oportunidade de fazer uma cartilha, essa cartilha que está aqui. Tivemos a oportunidade de fazer uma cartilha com a professora e alunos de tenra idade, nela mostra que a água serve para cozinhar, está aqui escrito, e o desenho da janela. O desenho a criança não faz muito bem feito, mas dá para entender, a senhora veja que o chuveiro, a criança diz que o chuveiro não deve ser utilizado, enquanto a pessoa está passando o sabão no corpo (LIONS).

6. Que temas foram abordados?

[...] Olha, a gente fala muito de questão das árvores, porque a gente mora numa região privilegiada, como eu falei, anteriormente num pedacinho do que restou da mata original, da mata atlântica, então a gente tem o foco mais voltado para essa questão da preservação dessas espécies aqui. E quando você preserva essas árvores, você está preservando pássaros, aquele roedor que está lá e toda uma fauna e uma flora (COOPBABILONIA).

[...] Bom, os temas, nós começamos pela Amazônia. Temos que ver aqui o que estão fazendo de errado e eu procuro saber, também, como é olhado a Amazônia no momento de fora para dentro, eu me preocupo com o estudo de fora para dentro da Amazônia, ou melhor, do Exterior, como os estrangeiros estão vendo a Amazônia no momento, o que estão vendo, o

que estão pensando, vejo também o que estão fazendo aqui (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE).

[...] É, na realidade a gente não chegou a ponto de ter reuniões específicas para discutir isso dentro da comunidade, né. Geralmente a gente vai a alguma conferência, a alguma palestra, porque o trabalho dentro da associação de moradores é árduo, toma muito o tempo, mas na realidade, sempre que estamos nesses eventos, discutindo, a gente costuma tocar nestes assuntos, trazendo como principal tema às construções irregulares, que trazem transtornos e denúncia do avanço da favelização. Essas construções irregulares, feitas as pressas, não tem uma boa técnica dentro da engenharia. Então, essa casa é um problema além de recebermos acusações de desmatamento porque limpou a área. Então o tema principal é a construção irregular (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA).

[...] Não, não temos tema específico, a gente não tem especificadamente alguma coisa. Fazer uma ação no dia da árvore, a gente fala sobre o dia da árvore, não é exatamente isso. O que a gente tenta fazer é dentro dos eventos trazer u pouco de cultura para pessoa, de qualidade, então vamos fazer um evento, vamos falar do folclore brasileiro, então, a gente faz isso uma forma de cultura, mas não m tipo estar lidando com meio ambiental.

A Câmara oferece muita coisa ao meu ver à comunidade. A gente tem psicólogos gratuitos, voluntários, isso que eu acho mais legal, nós temos advogados, nós temos mediadora, uma mulher famosa Ilza Campos, um espetáculo que também dá gratuitamente, recebe pessoas gratuitamente. Nós temos, também, um dentista, que está se propondo a fazer um trabalho aqui. Nós não vamos aceitar, porque está fora das proporções da Câmara. Nos temos um limite para andar com as nossas pernas. Nós encaminhamos para o Posto de Saúde, que tem consultório dentário, então nós encaminhamos prá lá, tem apoio à narcótico e aos alcoólatras anônimos, que também, a gente não está fazendo mais aqui. Encaminhamos, também para o Posto de Saúde, lá também tem um setor que faz.

O que a gente faz na verdade é uma ajuda individualizada, para realização de sonho de carreira, futuro, ideais, por exemplo: aqui nós já fizemos algumas vezes, o menino quer ir para

o Colégio Militar então ele tem aula aqui, e a gente paga um curso específico para colégio militar, que dá um sucesso com isso. Essa obra dá fruto impressionante, por exemplo: tem uma criança, filha de um porteiro, não por bolsa de estudo, mas por merecimento, que fez a prova e ganhou integral e isso nos deixa orgulhosos, porque a vida dessa criança, certamente, não será a mesma do pai, entendeu? Outro, também foi um rapaz, que nós pagamos o Curso Tamandaré, que o sonho dele era entrar para a Aeronáutica e entrou; mandou retrato. Ele tirou a família da favela, não está mais morando no morro que ele morava, melhorou a condição social dele e da família. Nós pagamos esse curso para ele, que é caro, durante 1 ano, para ele fazer essa prova. Isso são oportunidades, tem que dar chance e a pessoa tem que querer, é óbvio, tem que batalhar por isso, a gente está tentando. Agora, por exemplo: teve um rapaz aqui, que trabalha num Hotel, mas ele gostaria muito de fazer um curso de inglês. É óbvio que eu vou ajudar, quer dizer nós, quando falo nós, quero dizer nós Câmara, nem que a gente tenha que passar um papel, e isso acontece direto, cada uma dá R\$20,00 por mês, R\$ 40,00, R\$ 50,00, o importante é pagar o curso de inglês para o menino, porque nós estamos investindo em alguém que quer melhorar de vida, então, isso que a gente faz é um trabalho individual, tem gente que nem entende isso, é melhor pegar esse dinheiro e fazer uma sala de aula, mas será? Isso, pelo menos a gente vê o retorno de imediato.

Olha, na verdade, eu acho que até é egoísmo nosso, que a idéia é melhorar o bairro, que a gente mora, é melhorar a cidade que a gente mora. O Estado é grande demais, mas o bairro a gente tem aqui uma idéia da fiscalização.

A gente fiscaliza, cobra direto das Autoridades, fazemos dossiê do que está de errado, tanto do Estado, quanto da Prefeitura, mandamos, tiramos fotos. É uma beleza, porque, com a máquina digital a gente faz num minuto já está lá. Então, a gente está fazendo isso direto. Realmente, se você não cuidar do que é seu quem vai cuidar? Então, a gente tenta dentro do possível até fazer uma parceria com o Poder Público.

Nós já fizemos um levantamento em Copacabana, quem fez foi Ricardo e André, que são pessoas que participam da Câmara. Cento e dezessete postos inúteis tinham em Copacabana, que já foram retirados. Eles fizeram um levantamento do Posto Seis ao Leme, falta de árvores na rua. Já foram plantadas mil e tantas, mas, com esse planejamento. Então, eles fazem um trabalho para o Poder Público, não ganham nada pra isso. Tem gente que ganha e não faz. E acontece. Porque como é de uma forma voluntária até a própria Imprensa divulga, então o Poder Público sente até mal se não fizer. Então, existe essa parceria da gente conseguir alguma coisa através desse planejamento, que a gente faz de poste, falta e acaba acontecendo. Esse projeto de rearborização em Copacabana foi um negócio fantástico. Lá no Bairro Peixoto estava faltando não sei quantas árvores, muitas, foram plantadas feixes. Vai ficar lindo. Imagina quando florir daqui há 10 anos, aquilo ali vai ficar lindo, e na minha rua.

Na rua Santa Clara foram replantadas algumas árvores de oitis, que ali é de oitis. Então, essa preocupação que a gente tem, também com o meio ambiente. Esse projeto já aconteceu. Então, quando quebra uma árvore alguém tira uma foto e manda pro Parque e Jardins. Aqui tem na Barata Ribeiro um determinado cabeleireiro, a árvore estava grande. Ele mandou quebrar uma árvore que estava tirando a visão do letreiro dele. Alguém viu, tirou fotos, mandou pro Parque e Jardins, eles deram multa. É um absurdo isso, essa falta de conscientização com o meio ambiente.

Uma outra Síndica, só a árvore dela morria. Plantaram a primeira, plantaram a segunda. Então, decidiram mudar a terra, e mandaram um ofício dizendo que se morresse de novo pagaria multa, então, a árvore vingou. É muito estranho, falou em pagar multa a árvore decidiu vingar. Ai a resposta que foi dada não oficialmente. Árvore é muito ruim, que suja tudo, na época do outono a folha cai, suja o prédio, quer dizer, é impressionante.

Você não consegue atingir as pessoas, que têm um nível diferenciado, tem as crianças, tem aquela coisa, assim, vai sujar, porque árvore suja, não pode isso.

A gente agora está reparando algumas coisas que são tristes. Vão fazer até um artigo no jornal sobre isso. Antigamente, eu moro no bairro Peixoto há 48 anos, eu ouvia muitos pássaros cantando, muitos pássaros. O bairro era muito tranqüilo, você ouvia muitos passarinhos cantando. Hoje, não tem isso. E agora os micos saíram das áreas desmatadas, tanto do Pavão, quanto aqui São João e de repente ali da Catacumba, que estão desmatando, estão sem o habitat dele. Conclusão, estão vindo para Praças, estão comendo os ovos de passarinho, eles não estão mais onde deviam estar. Teve uma queimada enorme ali atrás da Santa Clara, e eles foram para as praças, e hoje você não ouve mais tantos pássaros, e o próprio mico que não é o habitat dele está reproduzindo. Então, esse assunto a gente vai tentar ver com o Parque e Jardins como vai ficar, como a gente consegue contornar isso, levar casais para o zoológico, prá uma área que é habitat dele mesmo, área própria dele. Tem coisa estranha, que acontece em Copacabana (CÂMARA COMUNITÁRIA DE COPACABANA) .

[. . .] Copacabana é um bairro muito urbanizado, então se procura desenvolver uma consciência no cidadão de que meio ambiente não é só verde, é sua casa, seu lar, população de rua, camelô, tudo isso é meio ambiente. É qualidade de vida (SAC).

[...] Brasil, Copacabana, meio ambiente geral. Cada um falava também de si, de suas necessidades e aspirações (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA) .

[...] A senhora veja essa praia aqui, veja essa praia cheia de objetos estranhos, a própria criança de tenra idade vê que não é próprio da praia portar esses objetos (LIONS).

7. Qual a carga horária e o número de participantes?

[...] Olha, hoje nós temos cerca de 30 associados na cooperativa. Estamos com 20 trabalhando, efetivamente, no grupo, mas, o trabalho não é só feito pela cooperativa, tem os agentes da associação de moradores, têm os garis comunitários, os diretores, o grupo das escolas, o grupo de teatro que atua ali, tem o pessoal de uma colônia de férias, também. Todos esses parceiros são voltados, também, dentro do tema de cada um falar também, dessa questão ambiental (COOPBABILONIA).

[...] A carga horária obrigatória é uma palestra mensal que nós temos, com a duração de cerca de 2 horas e além disso programas elaborados. Participamos, também, de eventos internacionais com a contribuição sobre o meio ambiente, cidadania. Geralmente, o auditório fica lotado (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE).

[...] Os cursos são realizados aos sábados, mas quem poderá responder isto melhor será a professora Vera e o professor Alfredo. Quanto a Escola Tia Percília, onde o trabalho é feito com as crianças são quatro horas diárias (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA) .

[. . .] As reuniões são realizadas toda última segunda feira do mês nas dependências da delegacia com uma duração de 3h. É muito relativo o numero de participantes, podem surgir 200 ou 5, vai depender do tema a ser abordado (SAC).

[...] A carga horária era das 10:00 h. às 12:30 h., mas haviam outras atividades, então o parque ficava aberto de 7:30 às 19:00h. Era em torno de 50 crianças. Meninas com mais de 15 anos aprendiam na prática como lidar e cuidar das crianças. Eram responsáveis e ajudavam nos trabalhos com isso (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA) .

[...] O número de participantes varia entre 40 e 60. Às vezes em alguns colégios chega à 100 pessoas no auditório, que os diretores resolvem reunir mais de uma turma. E a carga horária do trabalho do Lions na referida escola geralmente é de uma hora por semana, durante uns dois meses (LIONS).

8. Qual o perfil dos participantes?

[...] Então, a caminhada, ela tem duas vezes por ano, fora as atividades que a gente desenvolve durante o nosso ano, nós temos duas programadas, uma no início do ano, uma no final do ano, sempre numa data comemorativa; no dia da terra ou no dia da árvore. Ela tem início com saída de dois locais diferentes. Aqui na Praça de Lauro Miller, aqui na comunidade de Babilônia, com início às 11:00 horas, com término previsto para às 14:00 horas (COOPBABILONIA).

[...] O perfil é variável, mas, geralmente, classe média alta (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE).

[...] De jovem para criança. O investimento tem que ser feito nessa faixa etária, para que a gente possa, não a curto, mas a médio, longo prazo, obter o fruto desse investimento das crianças. É o público preferencial (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA).

[...] Os moradores do bairro (SAC).

[...] Meninos de baixa renda. E as palestras eram feitas por responsáveis pelos assuntos, como o coronel do batalhão, que sempre ia lá levar uma mensagem. As crianças participavam também das palestras (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA) .

[...] E o perfil dos participantes são os alunos das escolas públicas e particulares, porém todos muito interessados no assunto (LIONS).

9. Qual a eficiência dessas ações?

[...] Têm sido muito boas. A gente tem conseguido mostrar para a sociedade local isso aí. Outras comunidades fora da zona sul do Rio de Janeiro essa consciência. E as pessoas pensam que as comunidades só podem ser vistas daquela forma que a gente está acostumada a ver na mídia, então ela faz questão de divulgar e ao contrário disso, cada comunidade tem o seu particular, e o nosso aqui é essa questão ambiental, a educação, a cultura. Então, eu acho que esse ponto, trazendo a mídia, trazendo as pessoas para mostrar isso aí, isso aí é um fator muito importante (COOPBABILONIA).

[...] A Palestra é o que os Chineses dizem no provérbio dos deuses: Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura, então nós temos que inculcar na população, através dos formadores (ACADEMIA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE).

[...] A gente vê, a criança tem a mente mais fértil, o jovem tem a mente mais aberta eu diria até eficácia. Bons profissionais que sabem construir a consciência, construtores de conhecimento, bons professores. A criança dá um retorno muito rápido, a gente entende, a gente percebe no comportamento dela dentro de casa e aqui na escola. No caminho o comportamento vai mudando e isso aí é uma coisa muito boa da gente ver (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA) .

[. . .] A eficiência é difícil de ser estabelecida, pois não são poucas as reivindicações. Se conseguir resolver um único problema para uma pessoa, para o universo dele isso é muito bom, mas na universalidade um só problema resolvido é muito pouco (SAC).

[. . .] Foi muito boa, porque aprenderam boas maneiras, a cuidar do meio ambiente. Principalmente a plantar e cuidar da terra (SOCIEDADE E AMIGOS PARQUE DA CHACRINHA).

[...] Ah, a eficiência vai se notando. As próprias professoras comentam que os alunos passam a não jogar o lixinho nos corredores e já procuram dar um aproveitamento (LIONS).

10. Que resultados foram alcançados?

[...] Na prática, quem passa por aqui de helicóptero ou tem como fazer uma passagem numa banca de jornal lá tem um pôster enorme de uma foto do Pão-de-acúcar aqui do lado de Copacabana e Leme, e lá está o Morro da Babilônia. Se você for lá hoje e tirar uma foto do mesmo local, você vai perceber a diferença, tanto é que a gente já tem aí várias espécies de árvores, que não existiam mais aqui e estão retornando (COOPBABILÔNIA).

[...] Inúmeros, hoje em dia os *modus vivendi* já vão se alterando, chupa uma bala e não joga na rua o papelzinho da bala, toma um refrigerante não joga a lata pela janela do carro. O povo é educado e vai se educando cada vez mais (ACADEMIA BRASILEIRA DO MEIO AMBIENTE).

[...] Importantes vitórias: do cinema Roxy, do batalhão da PM, do posto de saúde, inauguração do metro Siqueira Campos etc (SAC).

[...] Muito bom, pois eles aprenderam a respeitar, cuidar da higiene e tudo o mais (SOCIEDADE E AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA).

[...] Resultados ultra-positivos. Os alunos das comunidades carentes, eles próprios já servem como formadores (LIONS).

11. Vocês perceberam que com o tempo as pessoas voltaram a ter as mesmas atitudes de antes ou houve realmente mudança de comportamento?

[...] Eu vou dar exemplo: Quando eu falo das pessoas, eu gosto de falar da minha pessoa, também. Eu fui um grande caçador até meus 20 anos. Hoje a minha consciência é outra. Então, a gente quer receitar para alguém, a gente tem que ter o início. Esse início é o que a gente está se propondo. Não adianta você falar que o meio ambiente é bom, mas, para as pessoas você mostra que a sua compostura não está condizente com o que você diz. Então o nosso comportamento tem que ser exemplar, para que as pessoas acreditem naquilo que a

gente está falando. Não adianta eu brigar com o cara que jogou o papelzinho pela janela do ônibus, se em seguida eu faço a mesma coisa. Então, eu acho que o exemplo tem que ser por aí. Quando a gente quer que participe de alguma coisa a gente tem que mostrar para ele que é viável e fazer isso um hábito, não só palavra. As pessoas estão mudando com certeza, porque eu mudei, e isso é uma grande vantagem (COOPBABILÔNIA).

[...] Tem havido mudanças de comportamento para melhor. As pessoas já estão se conscientizando da preservação do meio ambiente (ACADEMIA BRASILEIRA DO MEIO AMBIENTE).

[...] Olha, isso aí é uma via de mão dupla. No caso aí a mudança de comportamento da pessoa ela vai ter se o programa for permanente, e para chegar ao ponto da pessoa fazer aquilo sem sentir. Agora se a gente vai vir para uma área e bota panfleto lá, fala e depois não volta para ver o que aconteceu, a pessoa volta a incidir no mesmo erro (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILONIA).

[...] A mudança do comportamento acontece de uma forma lenta e sutil. Hoje os proprietários de animais já são mais conscientes, você já observa as pessoas removendo fezes de animais (SAC).

[...] Houve mudança de comportamento mesmo. Posso citar como exemplo o caso de um ex-aluno, que quando me encontrou, já formado, lembrou do tempo do curso e se ofereceu para ser professor na próxima turma que for abrir (SOCIEDADE E AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA).

[...] Não, a mudança parece ser definitiva, sabemos disso porque já fazemos isso há mais de dois anos (LIONS).

12. O que os levou a introduzir a questão do meio ambiente em sua proposta de trabalho?

[...] Primeiro, foi uma opção natural, porque eu trabalhei muitos anos em vários meios de esportes, de comunicação, trabalhei um pouco no Governo do Estado e a minha experiência como morador aqui acabou me trazendo para a minha própria comunidade, então eu resolvi, entrei com um grupo que começou trabalhando com mutirão de reflorestamento junto à Prefeitura, e depois nós constituímos uma Cooperativa com moradores daqui, e aí isso me fortaleceu mais, e, aí eu voltei mais para essa questão ambiental (COOPBABILÔNIA).

[...] É o fato de eu ser uma estudiosa dos problemas nacionais, e o meio ambiente não é problema nacional, é internacional. Tudo que preocupa o Brasil me preocupa (ACADEMIA BRASILEIRA DO MEIO AMBIENTE).

[...] Primeiro é o compromisso comigo mesmo, com a saúde com minha família e com o local onde moro. Eu estou vendo que eu por ser uma pessoa nativa daqui nós temos ameaça de tudo isso acabar, todo esse verde. Eu cresci pescando, pegando jacaré, chupando manga. Eu olhei para mim mesmo e para minha infância, o que tinha sido isso aqui de verde para mim e vejo uma grande ameaça que nem as instâncias governamentais estão conseguindo conter que é o êxodo rural, que as pessoas estão vindo de outras partes do Brasil, para as grandes metrópoles, e o Rio de Janeiro é uma vítima em potencial. Essas pessoas ao chegarem aqui, se desiludirem e acabam numa favela, né? E se isso ocorrer aqui de uma forma veloz, com esta proposta, pelo sistema atual, a gente vai perder tudo isto, esse é o meu principal interesse pelo tema de educação ambiental (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA) .

[. . .] Porque o meio ambiente é tudo, é um conceito muito vasto, é qualidade de vida, pega tudo, população de rua, trânsito, conflito de vizinhança, aquecimento demasiado do bairro que trás problemas respiratórios. Excesso de numero de veículos, déficit de arborização. Até a segurança (SAC).

[...] O gosto por plantar rosas, salsa etc (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA) .

[. . .] O que levou o Lions de Copacabana introduzir o meio ambiente, é o que está estabelecido no artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil. É garantir a sadia qualidade de vida para os habitantes do Planeta e para futuras gerações (LIONS).

13. Se a instituição não realiza porque não realiza?

[...] Olha volto a lhe falar, vontade de apresentar temos, não temos recursos financeiros. Temos uma vontade de realizar e fazer ai. Mas, toda aquela colocação, que é feita ao Poder Público seria obrigação do Poder Público realizar, porque é um desejo dos moradores, o que a Associação hoje apresenta a gente faz, porque quando você cobra esse tipo de deficiência sócio ambiental, você está tocando esse assunto; só que você encaminha para a Prefeitura e encaminha para os Órgãos competentes, ai nós ficamos naquela boa vontade. Fazer, queremos fazer, agora, compete ao Poder Público realizar. Vou te dar exemplo: o caminho dos pescadores é um ponto turístico. É um ponto excelente, onde você tem toda aquela visão panorâmica, onde você curte a natureza pertinho de você: o visual da montanha, do Corcovado à sua frente, à sua direita, não ampla do Pão-de-Açúcar, toda visão ampla de Copacabana, toda essa beleza natural, que o pessoal de fora não valorizam. Mas, infelizmente não podemos, tanto é que eu tenho o jornal O Globo vem pedindo. Uma das minhas bandeiras é

essa: a reforma dos caminhos dos pescadores, porque, quando foi feito o reflorestamento, quando foi ainda a harpa do morro do Leme, onde foi feito o reflorestamento o Leme tornou-se um paraíso de beleza natural. Nunca mais tivemos um incêndio, porque houve um trabalho cultural, inclusive com a participação do comandante Itamar, que é o comandante do Forte, que abriu as portas, tem aberto as portas para tudo que é de bom para o bairro. Agora, infelizmente se analisar bem tem aquele documento de toda solicitação, todo trabalho de base que eu faço frente aos Órgãos Públicos e infelizmente não tivemos resposta; que alegam que é falta de verba, que o dinheiro está se direcionando para o Banco, que realmente é interessante, que ele vai dar uma visão mais ampla da cidade do Rio de Janeiro no mundo afora e no Brasil também, e nós estamos fazendo ao relento, à mercê de certos trabalhos, que na realidade não está sendo condizente aos moradores do Leme (AMALEME).

[...] Nós não temos condição de realizar. Para fazer educação ambiental você tem que dar palestra, você tem que promover vídeos, chamar gente. Nós não temos esse perfil. Temos até um geógrafo que trabalha conosco que poderia fazer, mas nós não temos esse enfoque. A gente faz esporadicamente, como lhe falei uma ajuda. Precisa rodar panfletos, a gente ajuda rodar. É uma coisa mais material. Mas, o curso de educação ambiental a gente não dá. A gente nem em espaço para isso (CÂMARA CUMUNITÁRIA DE COPACABANA).

[...] Atualmente não tem realizado nada porque o parque foi entregue ao IEF e o seu administrador não se interessa por esse tipo de trabalho (SOCIEDADE E AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA).

14. Vocês acham ser a questão ambiental importante? Por quê?

[...] Porque nós fazemos parte desse meio ambiente. Os indivíduos quando eles falam de meio ambiente eles não se colocam como membro desse sistema, e ai fica parecendo que o meio ambiente está de um lado e nós estamos do outro. Eu acho que é certamente diferente, o ser humano ele tem que se sentir como membro desse sistema, desse modo a gente vai continuar vendo por ai as florestas sendo agredidas, os rios sendo poluídos e as coisas acontecendo. Então, eu acho que a gente tem que colocar de uma forma que a gente faça parte desse sistema, que enquanto nós tivermos vendo o meio ambiente como uma fonte de renda ou uma área que vai ser renovada naturalmente, nós vamos cada vez mais destruir esse sistema e quando nós destruímos esse sistema estamos trabalhando contra a nossa vida mesmo (COOPBABILONIA).

[. . .] De suma importância, porque o bem mais valioso que nós temos é a vida, então, temos que tutelar a nossa vida, preservando a boa qualidade através do ambiente, o ar que respiro (ACADEMIA BRASILEIRA DO MEIO AMBIENTE).

[...] É uma coisa que a gente já tem na consciência. A gente já sabe que os responsáveis somos nós mesmos. As grandes catástrofes ocorrem por acúmulo de sujeira, até mesmo a camada de ozônio... nós somos os responsáveis diretos (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA) .

[. . .] Muito, porque se analisarmos bem o meio ambiente hoje em dia é tudo, faz parte da nossa vida, se não tivermos um ambiente puro para respirar, vamos respirar o quê, se não tivermos um ambiente limpo para conviver. Então o meio ambiente é tudo. Hoje em dia, ele faz parte da nossa vida porque analisando bem o homem foi tão nefasto com a natureza, que hoje ela tem dado a resposta de acordo com o que o povo está merecendo. Tem se destruído a natureza para se especular, tem feito de tudo quanto é forma. Temos visto que hoje em dia furacões, Surinames, mais tudo. Basta reparar ao nosso redor o que tem acontecido. O homem está se auto destruindo, destruindo a natureza ele está se auto destruindo. Então, o meio ambiente é muito importante e sempre foi. Ele faz parte do ciclo da vida (AMALEME).

[...] Claro, isso aí acho que é sobrevivência, quando você vê o que a natureza está respondendo. Basta ver o Suriname e outras coisas mais. Por exemplo: A gente tem uma grande preocupação com aquela parte do cemitério ali, no morro do Cabrito. Ali tinha umas 80 casas. Hoje, tem certamente mais de 250, porque está cada vez crescendo mais, e esse crescimento está descontrolado, desenfreado nas encostas é preocupante, porque uma chuva, um deslizamento é uma tragédia anunciada ali. A gente tem essa preocupação. As pessoas não têm essa noção, que ali é terra, que a terra ela desliza, que não tem uma convenção própria naquela casa. Você cava para fazer a fundação de uma casa, está abrindo um buraco, isso que é preocupante. Mas, esse papel é do Poder Público. Isso, a Secretaria de Habitação tinha que chamar todos os moradores na comunidade e explicar isso prá eles: Que a de vocês está arriscada também, a desmoronar junto.

Eu me lembro, que eu era pequena, em 68, teve uma chuva horrorosa, que desceu essa Santa Clara. Olha, vou lhe falar uma coisa impressionante. As pessoas viam descer

geladeira, berço, bebê dentro do berço. Foi uma tragédia, e na época aqueles shoppings estavam vazios, botavam os desabrigados ali. Eu lembro que a minha mãe cozinhava, fervia leite; na época tinha que ferver; fazia risoto, macarrão, uma coisa impressionante; os moradores ajudando. Isso é resultado desse tipo de construção sem planejamento. Isso eu atribuo uma parte da culpa ao Poder Público mesmo, porque eles tinham que conscientizar e de repente moldar, não permitir esse tipo de coisa.

Agora, por exemplo, aqui em cima, falando de Copacabana atravessa o Santo Leocádio, há 4 anos, nós víamos umas duas luzes ali. Deviam avisar; Olha gente, fica de olho, já tem 3, 4 luzes, não. Já estão desmatando. Não deu outra, já tem umas 90 casas, eu acho, um ano e meio ou dois aquilo expande, que é uma loucura. Em cima do Túnel Velho, que é até uma matéria no jornal; Construindo no Túnel Velho, que foi construindo no Século XIX. Além deles destruírem o túnel, que a parte do túnel é oca, que deles passam os conduítes, então eles fazem ali esconderijos, moradias, escondem roubos ali. Já roubaram 165 luminárias, e, ainda, estão construindo em cima do túnel, será que o túnel vai agüentar aquele peso? De repente, não. Mas, já foram avisados, já foram mandados a própria Prefeitura já demoliu, mas fazem de novo. O que a gente vê ali é uma constante. Existe uma resposta do Poder Público, mas não é uma coisa constante, mas não dá para botar ali uma pessoa todo dia para fiscalizar. Isso é uma das coisas que a gente faz. É um bar barulhento, é uma casa de show que não deixam as pessoas dormir, ai, fazem essas denúncias e a gente faz esse papel de repassar para quem é de direito (CÂMARA COMUNITÁRIA DE COPACABANA).

[...] Meio ambiente é importantíssimo, por ser qualidade de vida. Um local de trabalho que não seja agradável afeta a sua produção. É importante que ele seja agradável. Para que a pessoa trabalhe com prazer (SAC).

[. . .] Sim, porque a pouco, não terá água, não terá sol, só escuridão, porque a terra não vai dar mais comida. Será miséria completa (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA).

[...] Importantíssima, tanto é que nós atacamos por ser de suma importância e não é só isso, nós vemos, também, a qualidade da saúde. Temos um banco de aparelhos áudio visuais, aliás temos banco de óculos, temos aparelhos de áudio-visuais, estabelecemos convênios com entidades, como Hospital dos Servidores do Estado. Agora, tivemos no mês passado um programa de acuidade visual para detectar focos de glaucoma; tivemos na Central do Brasil, que é um lugar de grande acesso, tivemos esse serviço com êxito (LIONS).

15. O que pretende fazer agora em relação à educação ambiental, depois de saber ser esta de responsabilidade não só da escola, mas também da sociedade?

[...] Minha parte aqui como membro de um grupo, que trabalha protegendo é dizer para as pessoas isso, é trazer as pessoas para cá, para elas entenderem isso, se a gente conseguir conscientizar a nossa família, e a nossa comunidade fica mais fácil levar essa proposta para outras pessoas, que não tem, ainda, essa visão. Às vezes não têm, porque não têm alguém lá que diga: olha, vocês têm um patrimônio e não estão conseguindo se valer desse patrimônio. Prá você ter uma idéia, há quatro anos atrás foi feita uma pesquisa muito tempo aqui na comunidade e 80% dos moradores da comunidade apontaram a vegetação como maior patrimônio, que a comunidade tem (COOPBABILONIA).

[...] A responsabilidade concordo plenamente com a pergunta, aliás essa sua pergunta parece uma afirmativa, a responsabilidade cabe à todos nós, como eu já falei , anteriormente, a uma criança de tenra idade ao macróbio (ACADEMIA BRASILEIRA DO MEIO AMBIENTE).

[...] A minha luta é que eu serei um lutador inveterado sempre, não vou desistir, e termino com uma frase de Darci Ribeiro dizendo: se no final de tudo, perder essa batalha, essa guerra, eu já vou ser um vencedor, só por não ter passado para o lado deles, os errados [...] (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA BABILÔNIA).

[. . .] Foi como lhe falei em relação a auto destruição. Ela faz parte da nossa vida. Então depende muito não só da campanha educativa, mas, da conscientização de cada um. A educação está em cada um. Quando se joga uma garrafa de vidro na rua, sabe que se pode quebrar e alguém passar e se machucar. Hoje em dia existe lei proibindo na praia esse tipo de material, por exemplo mesmo que vi foi pessoa na praia se corta, então foi preciso criar uma lei para educar o povo (AMALEME).

[...] Olha, eu como pessoa faço, como instituição não sei. Isso, de repente se houver um consenso geral aqui, das pessoas acharem que deve abrir isso aqui para fazer panfleto, por mim eu acho bom. Eu, pessoalmente sou muito slide. Eu brigo por causa da árvore, eu brigo por causa de cocô de cachorro na rua, eu brigo porque tem lixo na praia, eu brigo, porque tem língua negra. Nós já pedimos ao Secretário de obra para fazer uma obra na Santa Clara, porque há aquela língua negra horrorosa há anos, não é possível que ninguém dê uma solução nisso, é uma coisa nojenta. Essas coisas a gente faz de uma forma individual, cada um de nós aqui tem suas preocupações e tenta fazer alguma coisa em casa, mas, como Instituição, a gente nunca fez um trabalho, a não ser esse, o replantio de árvores, que nós realmente fizemos, mas não como palestra, como você tinha falado. Mas, isso se houver consenso que é bom fazer e tiver local para isso a gente faz (CÂMARA COMUNITÁRIA DE COPACABANA).

[...] Isso não é novidade para nós. Por isso procuramos todas as possibilidades que nos são dadas para tratar sobre o assunto (SAC).

[. . .] Espero continuar conscientizando as pessoas para que as mesmas economizem água, apaguem as lâmpadas para economizar luz, cuidem da terra, respeitem mais as pessoas e o meio ambiente (SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DA CHACRINHA).

[...] Vamos continuar fazendo e solicitando colaboração de todos como já vínhamos fazendo (LIONS).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)